



Curso de
**Serviço de
Atendimento
Educativo
Especializado
em contexto
de Pandemia**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

VOL. II

ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO EM CONTEXTO
DE PANDEMIA

Organizadoras:
Gessiele da Silva Corrêa
e Verônica Porto Gayer

ESTÚDIO BRIO

Créditos:

Universidade Federal de Pelotas

Reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Isabela Fernandes Andrade

Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFPel

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitora de Ensino da UFPel

Maria de Fátima Cossio

Coordenador do Instituto de Biologia da UFPel

Luis Fernando Minello

Coordenadora Geral dos Cursos de Serviço em Atendimento Educacional Especializado da UFPel

Rita de Cássia Cossio Moren Rodriguez

Coordenadoras Adjuntas dos Cursos de Serviço em Atendimento Educacional Especializado da UFPel

Maria Teresa Nogueira

Francele de Abreu Carlan

Raquel Lüdtke

Lidiane Bilhalva

Conselho Editorial

Anelise do Pinho Cossio - Universidade do Minho

Francele de Abreu Carlan - Universidade Federal de Pelotas

Lidiane Rodrigues - Universidade Federal de Pelotas

Rita de Cássia Cossio Morem Rodriguez - Universidade Federal de Pelotas

Aline Bettin de Oliveira - Universidade do Minho

Equipe do Curso de Extensão em Serviço em Atendimento Educacional Especializado em em contexto de Pandemia

Professores(as) Formadores(as)

Andreia Texeira Leão
Anelise do Pinho Cossio
Carla Lourenço Belem
Débora Luiza Schuck Jacks
Laura Terezinha Limons
Fabiane Beletti da Silva
Rita de Cássia Morem Cossio Rodriguez
Valéria Urdangarin Borba

Pesquisador(a)

Verônica Porto Gayer

Supervisor(a)

Gessiele da Silva Corrêa

Secretário(a)

Aline Herbstrith Batista

Técnica Administrativa IB UFPel

Michele Peper Cerqueira

Tutores

Adriane Soares da Silva Muñoz
Ana Paula Caldeira Francioni Lang
Ana Paula Jeske Ney
Antonio Carlos Rodrigues Nunes
Beatriz Timm Rutz
Deivis Cristina Pereira Sá Brito
Estéfany Medeiros Silve
Jamile Seus Jeske
Joseane Cruz Monks
Karina Monteiro Barros
Matheus Gonçalves Crochemore
Pâmela Renata Machado Araújo
Rubia Fabiane da Silva Ferreira
Sabrina Guidotti Furtado
Suélen Teixeira da Silva
Susane Barreto Anadon
Veridiana Lopes Gonçalves Hofstatter

Equipe Técnica dos Cursos de Serviço em Atendimento Educacional Especializado da UFPel

Revisor(a) Pedagógico

Verônica Porto Gayer
Gessiele da Silva Corrêa

Revisor Linguístico

André Rodrigues da Silva

Design Educacional

Fabiane Beletti da Silva
Verônica Porto Gayer

Design Gráfico

Fabiane Beletti da Silva
Verônica Porto Gayer

Diagramação

Verônica Porto Gayer

Apoio Acessibilidade

Maximira Rockemback da Porciuncula

Tecnologias de Informação

Rogério Lêdo Matos

Produção audiovisual

Rogério Lêdo Matos

Streaming

Daniel Porto
Fábio Nora
Tiago Louzada Teles

Arte de Capa

Rogério Lêdo Matos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação inclusiva [livro eletrônico]:
atendimento educacional especializado em
contexto de pandemia: volume 2 / organizadoras:
Gessiele da Silva Corrêa e
Verônica Porto Gayer.

- Bagé, RS: Estúdio Brio, 2022. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-997903-1-7

1. Atendimento Educacional Especializado (AEE)
2. Coronavírus (COVID-19) - Pandemia - Educação
3. Educação inclusiva
4. Ensino - Metodologia
5. Ensino auxiliado por computador
6. Prática pedagógica
7. Tecnologia educacional

I. Corrêa, Gessiele da Silva.
II. Gayer, Verônica Porto.

22-135791

CDD-371.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Prática pedagógica: Educação inclusiva 371.9

Inajara Pires de Souza - Bibliotecária - CRB PR-001652/O

Sumário

Editorial	8
Apresentação	14
REVENDO CONCEITOS E PRÁTICAS SAEE PARA ALUNOS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	15
Características e definições da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	16
Estudo de caso	23
Estrutura do planejamento Individual:	25
O Papel do Serviço do AEE em tempos de Pandemia	27
Instrumento de Mapeamento no contexto de Pandemia	30
Retorno às atividades Presenciais	32
Fechamento	32
ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: SINGULARIDADES E DESAFIOS PARA O ENSINO REMOTO	36
Estratégias de ensino para o aluno da Educação Especial para o ensino remoto	37
Sugestão de atividades para o ensino remoto	43
Recursos e tecnologias para o atendimento do público alvo neste momento de pandemia	50
DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM E O TRABALHO COLABORATIVO PARA INCLUSÃO NA SALA DE AULA COMUM E O PAPEL DO AEE	54
O Desenho Universal da Aprendizagem no Ensino Remoto	58
Fechamento	64
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO ATENDIMENTO: COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS	67
Fechamento	103

TECNOLOGIA ASSISTIVA: METODOLOGIA E RECURSOS ADAPTADOS	105
INTRODUÇÃO	105
Tecnologia Assistiva: metodologia e recursos adaptados	106
Tecnologia Assistiva de baixo custo para o processo educacional: produção, finalidades e utilização	113
Produção de materiais adaptados e alternativos para apoiar o processo educativo no ensino remoto	115
Fechamento	118
Considerações Finais	125

Editorial

Escrever este editorial, como parte desta publicação, ao mesmo tempo que me honra e alegra, me remete ao percurso vivenciado no decorrer do curso e seus objetivos ao ser proposto.

A pandemia de COVID-19 surpreendeu e desacomodou a todos nós, em todos os sentidos. De um momento para outro, nos vimos exilados de nossos cotidianos, de pessoas, atividades, espaços, lugares. Além do estranhamento e do medo, das dores e ansiedades, precisamos redimensionar radicalmente nossa prática pedagógica e adentrar para lugares ainda desconhecidos.

Por mais que, alguns de nós, professores, tivéssemos habilidades e acessos às tecnologias, certamente não pensávamos que teríamos que construir este outro formato para a totalidade de nosso fazer.

Sabemos que muitos de nós tiveram que criar formas para isso, alternativas de acesso, montagem, filmagem.... conhecemos histórias de professores que fizeram dos azulejos da cozinha o quadro de giz, da cadeira o suporte para o celular a fim de gravar ou ministrar as aulas. Também de professores que imprimiram o material para levar nas casas dos alunos sem acesso à internet.

Tantas e tantas histórias, emocionantes, resilientes, potentes. De professores, famílias, alunos. E, com este sentimento, pensamos o curso de Atendimento Educacional Especializado em contexto de pandemia. Sentimento de partilha, de acolhimento, de colaboração, de estar junto. Até porque reconhecemos o empenho de todos os educadores, antes, durante e depois da pandemia, para que seus alunos tenham acesso e direito à aprendizagem e somos parceiros nesta caminhada.

Temos consciência que, se antes da pandemia, a inclusão e o apoio especializado já apresentavam dificuldades no interior das escolas, por diferentes questões, durante a pandemia estas dificuldades se acirraram e, ao retorno, muito teremos que rever, resgatar, reaprender, reavaliar. A Educação Inclusiva ainda precisa ser conceituada como princípio de uma educação para todos e todas, não só

pela presença do aluno com deficiência em sala de aula ou por estar nos ordenamentos legais do Brasil.

O aluno, em seu direito de aprendizagem em sala de aula comum, precisa aprender, interagir, conviver, dialogar, com seus pares, não só em momentos, ou com alguns recursos. E, neste sentido, o Desenho Universal para a aprendizagem se coloca como balizador das práticas. Por outro lado, a negativa dos apoios a que tem direito, fragiliza o processo de inclusão. E, neste campo, se insere o Atendimento Educacional Especializado, não restrito a sala de recursos multifuncionais ou ao atendimento individualizado ao aluno.

O AEE perpassa e transversaliza todas as ações da escola. E se dimensiona como suporte para que o aluno aprenda efetivamente na sala de aula comum, não como espaço ou serviço responsável único pelo ensino, ou pela mera adaptação de materiais, ou realização de provas. AEE não é sala de reforço escolar, ou sala aos moldes das classes especiais, vigentes nas concepções de integração que foram alteradas a partir dos anos 90 com os movimentos, postulados e legislações sobre a educação inclusiva.

O profissional de AEE apoiando o professor da sala e os alunos, possibilita recursos e estratégias para a aprendizagem, oportuniza suporte para que o aluno organize seus processos, sejam através dos recursos e materiais adaptados, quando de tecnologia assistiva e, mais ainda, no desenvolvimento das funções cognitivas. Não no sentido de compensar o que já foi considerado como "faltante", em busca de uma normalização do aluno, mas na premissa de compreender as singularidades, demandas e, principalmente, possibilidades que o aluno apresenta.

Não aprendemos da mesma forma, ao mesmo tempo, do mesmo jeito. Aprender é fazer sentido, é organizar e avançar nas estruturas que já temos, nas habilidades que possuímos. Assim o AEE e a sala comum, não se centrarão no que o aluno não sabe, não pode, não consegue, como se este "não pode" constituísse o próprio sujeito e ali se limitasse. Mas sim, centrando no que ele pode, no que ele sabe, no que ele consegue, até como via de acesso para os percursos aos quais tem maiores dificuldades.

Um hiperfoco de um aluno com TEA pode se tornar o material pedagógico a ser trabalhado com a turma e sua habilidade na área valorizada através de registros dele para os demais. Um mapa em alto relevo, acessível para aluno cego, pode se tornar atrativo para toda a turma e, principalmente para os alunos que aprendem mais pelas vivências do que pela explicação do conceito. Uma forma de registro através de imagens e marcações coloridas em uma produção de textos pode ser fundamental para o aluno disléxico, mas também para o aluno com déficits cognitivos ou mesmo para os alunos neurotípicos, mas que aprendem de forma mais simbólica e concreta.

Este foi o sentido da formação oportunizada, relacionando teoria e prática, princípios e conceitos, estratégias e indicativos, mas principalmente reflexões teórico-práticas, não só para o tempo de pandemia, mas já vislumbrando o retorno, perseguindo o desejo de que os alunos apoiados pelo AEE não sejam alijados do processo de aprendizagem de seus pares, fato que podemos constatar de forma ampliada no período mais intenso da pandemia.

Sem buscar responsáveis, culpas ou culpados pois como já relatamos, os professores foram além de suas próprias possibilidades e das estruturas a ele disponibilizadas, temos que constatar que, muitos alunos apoiados pelo AEE tiveram acesso restrito, ou quando muito somente o serviço de apoio como vínculo educacional. Seja pela falta de acessibilidade nas turmas, seja pelas dificuldades dos professores das salas comuns em adequar as práticas, seja ainda, pelas próprias singulares e dificuldades, de acesso, mas também de concentração ou outras, dos alunos apoiados pelo AEE.

Aliada a estas dificuldades, temos as que vivenciamos na maioria das famílias brasileiras durante a pandemia. A luta por sobrevivência e por se manter saudável, assim como as dores pelas perdas, os esforços para superação. Um celular com pacote de dados limitados e várias pessoas para acessar. Ausência de condições estruturais para participação nas aulas, abandono para apoiar financeiramente a família, enfim...pontos que, certamente, levaremos muitos anos para superar totalmente.

Por outro lado, entramos nos lares dos nossos alunos, convivemos com as famílias, convivemos até mais com nossos colegas, reaprendemos sobre tecnologias,

mas também sobre a importância do toque, do abraço, do olho no olho. Enfim, aprendemos. E buscamos aprender nos três meses de curso, que agora ficam registrados e socializados nesta publicação, a partir de um grande esforço da equipe gestora deste curso, formadores, tutores, equipe técnica, cursistas.

Com esta publicação, encerramos esse ciclo de estudos e de diálogos, de convivência e cumplicidade, de abraço (mesmo que virtual) e aconchego. Um curso pensando no contexto da pandemia, mas também já pensando nesse modelo híbrido nesse modelo já presencial que algumas escolas já estão vivendo.

Salientando que a inclusão é o norte de tudo que fazemos, a inclusão nos move, nos movimenta. Inclusão é construção filosófica, é visão de mundo e exige de nós uma ruptura de paradigmas, pois não basta inserir o aluno com Deficiência, Transtorno, Altas Habilidades ou superdotação na escola. A inclusão é muito mais, ela é muito maior, ela vai muito além. Inclusão é compreender o ser humano, é entender que a singularidade faz parte da nossa humanidade, faz parte da nossa vida.

Assim como os termos usados em nosso trabalho, o “termo educação inclusiva” se refere a estruturação da escola para prover esta inclusão e esta acessibilidade para todos os alunos e para todas as alunas. Aqui emerge o que viemos discutindo ao longo deste editorial e ao longo do curso, que a escola precisa se organizar para isso, se organizar em todos os momentos, em todos os sentidos, não só na sala de aula ou na sala de recursos, mas em todos os momentos, no ppp, no regimento, na organização das matrículas, na distribuição da sala, mas também na entrada, no refeitório, no recreio, no contato com as famílias, na forma com que os alunos vivenciam os seus espaço dentro da escola e no atendimento educacional especializado, seja na pandemia, seja no modelo híbrido, seja no presencial.

Escolas inclusivas tem altas expectativas para todos e todas. E isso muda tudo, ter altas expectativas é uma escola que não reprova, mas não reprova, não porque os alunos foram aprovados mediante um parecer e não por rendimento e aprendizagem, ou porque ficamos com pena e vamos avançando os alunos, mas não reprova ninguém porque os alunos aprendem de fato. A escola inclusiva respeita, celebra, ensina, acolhe, assume.

A escola inclusiva é rompida, é estilhaçada e porque falo isso: “escola rompida e escola estilhaçada”?, porque fiquei pensando que essa escola é rompida no sentido de sair da caixa, romper o seu espaço, estilhaçada por romper muros, estar aberta à comunidade, ao mundo, ter empatia, ter sensibilidade, e aí me lembro de algumas escolas que são chamadas de escolas rompidas, escolas estilhaçadas, eu penso na escola da ponte, eu penso na escola Reggio Emilia, eu penso na escola de Bonnel. Escola da Ponte em que o currículo não é o currículo, as séries não são séries, as avaliações não são avaliações. Também experiências que temos no Brasil, que temos muitas, que vocês têm, que nós temos, de escolas que podemos chamar rompidas, escolas realmente inclusivas, que acreditam em todas e todos os seus alunos.

São escolas que arriscam a sair do que historicamente entendemos como escola, onde a reprovação é vista como parte do seu funcionamento e o fracasso é visto como resultante de fatores externos à escola ou do próprio sujeito, porque não se interessou, por que não acompanhou, porque não tinha uma família e mantém a escola da forma como ela está, sem mudanças. Inclusão não é isso, inclusão não se faz com reprovações e evasões. Inclusão não se faz com discriminação e exclusão, ao contrário, se faz com acolhimento, se faz com pertencimento, se faz com compreensão, se faz com aceitação, das diferentes culturas, diferentes formas de aprendizagem, se faz daquele jeitinho que a gente tanto fala que não convida para o baile, dança junto.

E é entendendo que a deficiência não é desvantagem, ela só será, e vou reforçar mais uma vez, só serão desvantagens se não eliminarmos as barreiras, sejam elas de qualquer ordem, sejam elas curriculares, sejam elas arquitetônicas, sejam elas comunicacionais, sejam elas pedagógicas. E o nosso papel é eliminar barreiras, é romper barreiras, e por isso eu trago essa imagem da escola rompida, da escola estilhaçada, onde essas barreiras em nome de uma inclusão, muitas vezes, deixa o aluno à própria sorte e provoca ou acirra exclusões.

Não é essa escola que nós construímos aqui, e que vocês trouxeram para nós, onde vocês batalham, onde vocês lutam, onde vocês privilegiam seus alunos, onde vocês concretizam no dia a dia o direito subjetivo de todo o humano, que é o direito à educação. Então neste momento, encerrando um ciclo e iniciando outro, deixamos como mensagem final que, como UFPEL e como pessoas envolvidas e tomadas pela

inclusão, estaremos sempre aqui. Em outros cursos, outras ações, outras atividades, mas principalmente como parceiros nesta busca por uma educação de qualidade, justa, democrática, igualitária e não excludente.

E trazendo como ideário que não temos um modelo de educação inclusiva, não temos pontos de chegadas únicos e definidos previamente. Temos princípios, visões de mundo, caminhos, indicativos. Inclusão é construir a marcha ao andar, ao caminhar.

CAMINHANTE

Caminhante, que bagagem carregas?

O que fez com o peso acumulado no caminho?

Onde estão as alegrias vividas?

Onde estão os sonhos? As realizações?

Onde ficam os medos, inadequações, a coragem, a força e o poder de ser e realizar?

Caminhante, olha para trás

Tem um caminho percorrido rico de experiências e aprendizados

Caminhante, olha ... olha para a frente

A passos lentos.... lentos ... uma nova jornada se inicia

O que fica? O que leva?

Somente o que o coração guardou de amor e sabedoria

Segue caminhante, na sua jornada!

(Edisa Lopes)

Seguimos caminhando. E aproveitem o que as páginas deste e-book tem a nos oportunizar, como retratos de uma caminhada, pontos de um novo caminho, passos de uma trajetória.

Rita de Cássia Morem Cóssio Rodriguez
Coordenadora Geral do Programa de Educação
Inclusiva e dos Cursos de AEE-UFPEL

Apresentação

Caro(a) leitor(a),

Desejamos, com a leitura deste material, que você possa ter acesso aos cadernos de estudos desenvolvidos pela equipe de formadores do curso de Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) em Contexto de Pandemia, oferecido no ano de 2021, a professores da rede pública de ensino de todo o Brasil, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Como equipe de gestão, gostaríamos de mencionar que foi um imenso prazer e uma experiência indescritível trabalharmos com o desenvolvimento deste curso que tanto contribui para a educação especial e para a formação continuada dos professores da educação básica do nosso País.

O desenvolvimento deste curso nos proporcionou a incrível experiência, de conhecermos professores de todas as regiões do Brasil, e ainda, com uma equipe de professores extremamente qualificados, contribuir para o aperfeiçoamento das suas práticas de sala de aula e, também, a oportunidade de auxiliar cada professor(a) em sua busca insaciável por conhecimento. Conhecimento este, que a UFPel, como Universidade pública, sempre oferece com a máxima qualidade possível.

Sabemos que o curso de SAEE em Contexto de Pandemia auxiliou muitos professores em suas práticas de sala de aula, principalmente em um momento muito desafiador, que foi o ensino remoto. A partir das falas dos cursistas que realizaram nosso curso, percebemos o quão importante, e até mesmo incentivador, foi a participação neste curso durante este momento de aulas remotas.

Por isso, como equipe gestora, desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

REVENDO CONCEITOS E PRÁTICAS SAAE PARA ALUNOS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Formadora: Débora Luiza Schuck Jacks

Prezados(as) Leitores(as)

A inclusão das pessoas com deficiência, TEA e Altas Habilidades/Superdotação é um direito reconhecido, porém ainda encontramos barreiras que impedem ou dificultam a permanência e a qualidade do ensino para o público-alvo da educação especial/educação inclusiva. Importantes políticas públicas nasceram da luta das pessoas com deficiência e suas famílias, fortalecendo o direito de todos os alunos frequentarem as escolas comuns. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das principais políticas de acessibilidade dentro das escolas, prevê na sua ação a derrubada de barreiras, promovendo o acesso do aluno a recursos, estratégias e metodologias que possibilitam uma participação efetiva nas atividades realizadas. Já sabemos que não basta estar em sala de aula, para pertencer a escola é necessário também participar e aprender.

É necessário incentivar e promover a autonomia e independência no cotidiano da escola, possibilitando espaços de interação dos alunos com deficiência com todos os colegas, tendo na diferença o fortalecimento do respeito, com ações pedagógicas que estimulem os alunos, promovendo dessa forma a superação das possíveis barreiras encontradas no contexto escolar. Sendo assim o serviço de Atendimento Educacional Especializado funcionará de forma articulada aos demais serviços existentes dentro da escola, começando pelo diálogo com os professores do aluno e profissionais de apoio como os cuidadores e professores auxiliares.

Vamos pensar que este profissional especializado é um grande construtor de pontes, que media as relações entre a escola e as famílias, promovendo espaços de escuta aos pais, de trocas de informações, de estreitamento nas relações interpessoais. Com a chegada da pandemia o AEE, assim como os demais serviços

ofertados pela escola precisaram se reinventar, os desafios que já eram significativos foram ficando mais evidentes, desde o acesso aos alunos até os recursos a serem utilizados. Foram escancaradas fragilidades, e a necessidade de estruturação de vínculos com as famílias dos alunos com deficiência se tornaram fundamentais na construção de ações que atendessem este público-alvo. Vamos começar entendendo a construção do AEE, seu respaldo legal, o papel dos profissionais que desempenham esta função. Nos slides da aula buscaremos compreender este serviço e seu papel fundamental na construção de uma escola inclusiva.

Características e definições da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

O respeito às diferenças se constitui em uma das principais premissas na construção de escolas inclusivas. Os ordenamentos legais e a estruturação dos serviços de apoio subsidiam a implementação de ações que possibilitam espaços democráticos e diversos. O serviço de AEE possui enfoque pedagógico, é realizado na Sala de Recursos Multifuncional e nos demais espaços da escola, os atendimentos em sala de recursos é desenvolvido no turno inverso ao da sala de aula comum. O professor especializado responsável pelo atendimento poderá acompanhar os alunos no mesmo turno, quando necessário, observando o mesmo em contextos diferenciados, a fim de elaborar estratégias adequadas às necessidades específicas apresentadas pelos alunos com deficiência, TEA ou Altas habilidades/Superdotação.

Salas de recursos

As salas de recursos são espaços organizados, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos. Existem dois perfis de sala, a sala tipo I e a sala tipo II. Na sala tipo II são acrescidos recursos voltados ao atendimento de alunos com baixa visão e alunos com cegueira. As escolas que ainda não possuem sala de recurso com a promoção do serviço de AEE poderão ter seus alunos público-alvo da educação especial atendidos pelas escolas-pólo, onde o atendimento é ofertado. As salas não possuem um tamanho padrão, sendo que a organização da

sala é de responsabilidade do professor especializado com o apoio da coordenação pedagógica da escola. Na imagem a seguir a professora de AEE auxilia a aluna na execução da atividade.



Figura 1.
Fonte: Acervo pessoal.

Na perspectiva do conceito de educação para todos, o processo de aprendizagem de cada criança, jovem ou adulto com deficiência é singular, precisamos entender que cada sujeito aprende de diferentes formas, com diferentes estratégias. Portanto, pensar em uma escola inclusiva é sem dúvida pensar em todos, alunos com ou sem deficiência, e toda a diversidade pertencente à comunidade escolar. O rompimento das barreiras que ainda estão presentes nos espaços da escola se faz necessária na medida que entendemos as diferenças como valor, e não como dificuldade. E este é o grande desafio das escolas, estimular e utilizar práticas

pedagógicas que permitam a todos os alunos não somente o acesso, mas a permanência e a qualidade do atendimento.

[Clique aqui e entenda melhor a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.](#)

A Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva tem como paradigma a concepção de que toda a pessoa é capaz de aprender, independente das dificuldades e barreiras impostas. As práticas pedagógicas adotadas pelas escolas devem olhar as habilidades dos alunos, mapear as dificuldades para promover recursos e estratégias que possibilitem a todos o acesso à aprendizagem. Alguns princípios são essenciais na construção de escolas inclusivas, são eles:

- O acesso à educação é um direito de todos.
- O aprendizado se dá ao longo da vida;
- Conviver é um direito de todos,
- Toda pessoa aprende.

A ação pedagógica precisa ser planejada, organizada e estruturada, O Serviço de AEE se articula, construindo um trabalho colaborativo, Profissionais e família constroem uma cultura inclusiva em todos os espaços educacionais.

No AEE é fundamental conhecer o contexto do aluno, avaliar as questões pedagógicas, de comunicação, comportamento, linguagem e demais habilidades, identificando quais são suas áreas de potencialidade, quais recursos adaptados serão necessários e quais serão as estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento. Os instrumentos avaliativos serão selecionados de acordo com as necessidades específicas. O Serviço de AEE é dialógico, sempre articulado aos demais profissionais que atendem o aluno. Nas imagens a seguir estão alunos realizando atividades voltadas ao desenvolvimento de habilidades.



Figura 2.
Fonte: Acervo pessoal.

Objetivos da atividade:

- Promover autonomia nas decisões e resolução de problemas;
- Desenvolver a comunicação;
- Qualificar habilidades de leitura e escrita;
- Interagir com colegas na construção de hipóteses.



Figura 3.
Fonte: Acervo pessoal.

Objetivos da atividade:

- Identificar as cores amarela, verde e vermelha
- Identificar as figuras geométricas quadrado, círculo e triângulo.
- Desenvolver a coordenação motora fina;
- Desenvolver noções de espaço;
- Promover experiências sensoriais.

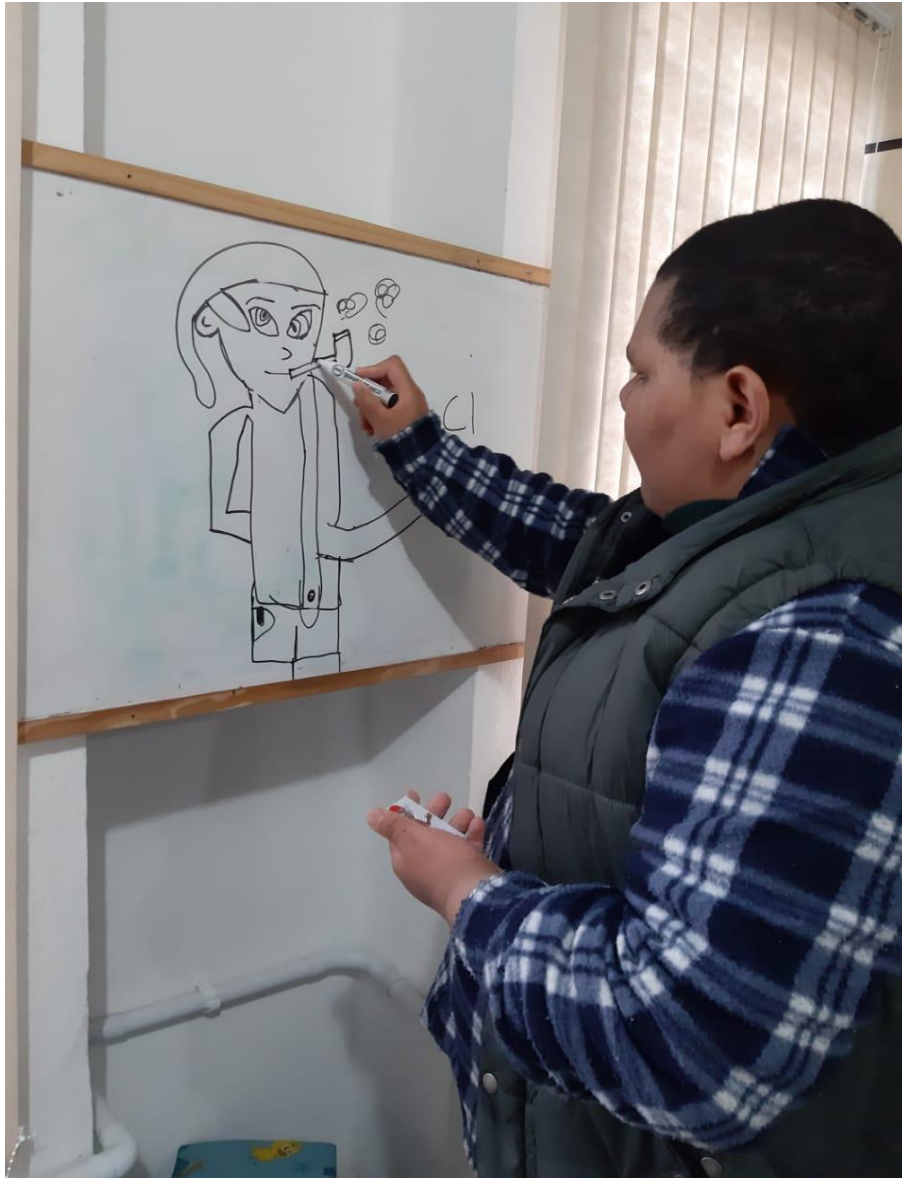


Figura 4.
Fonte: Acervo pessoal.

Objetivos da atividade:

- Desenvolver a linguagem compreensiva e expressiva;
- Desenvolver habilidades motoras;
- Qualificar o tempo de atenção na execução da atividade;



Figura 5.
Fonte: Acervo pessoal.

Objetivos da atividade:

- Identificar a cor verde e amarela;
- Ampliar o tempo de atenção;
- Aprimorar os movimentos motores;
- Desenvolver a percepção visual;
- Desenvolver a noção de quantidade.
- Promover experiências sensoriais.

Dois instrumentos são fundamentais para embasar o Serviço de AEE. São eles: **o estudo de caso e o plano de AEE**. Vamos ver a seguir como cada um destes instrumentos são elaborados.

Estudo de caso

A construção do estudo de caso deve levar em consideração a forma como o indivíduo com deficiência aprende, quais recursos e estratégias serão necessárias para que de fato tenha acesso a aprendizagem. Analisando e percebendo o sujeito em todas as áreas do seu desenvolvimento. Estruturação do estudo de caso:

a) Apresentação do problema:

Na apresentação do problema devem constar as principais características do aluno. As informações da família, da escola e da avaliação realizada pelo profissional do AEE. Serão observados os níveis de desenvolvimento nas áreas cognitiva, na linguagem oral e escrita, raciocínio lógico, aprendizagem, desenvolvimento psicomotor, afetivo e interação social.

b) Esclarecimento do problema:

É preciso escutar atentamente a família, coletar informações com os professores da sala de aula comum, selecionar recursos para atender as necessidades específicas do(a) aluno(a). Identificar as situações de sala de aula e demais contextos escolares onde o aluno necessite de suporte e as áreas de maior interesse. Verificar o nível de autonomia do(a) aluno(a).

c) Identificação da natureza do Problema:

Após a realização das duas primeiras etapas, o professor do AEE já possui informações que permitem a identificação das principais dificuldades, bem como identifica as potencialidades do aluno, percebendo-o nos diversos espaços da escola, identificando as principais áreas a serem trabalhadas.

d) Resolução do problema:

Na quarta etapa, com a avaliação finalizada, está na hora de definir as estratégias e recursos que serão utilizados. Para então subsidiar a elaboração do planejamento individual do aluno público-alvo da Educação Especial.

e) Elaboração do Plano de AEE

Estudo de caso finalizado, coleta de dados completa, tendo clareza das necessidades específicas apresentadas pelo aluno, o Plano de AEE deverá ser elaborado.

O plano de AEE é um documento orientador do trabalho a ser desenvolvido com o aluno, as atividades deverão estar em consonância com os objetivos. Os recursos devem ser pensados como instrumentos de acesso ao conhecimento, as tecnologias são importantes ferramentas e a formação de conceitos é fundamental para que o aluno consiga compreender e organizar sua aprendizagem. O plano deverá ser cuidadosamente organizado e aplicado nos atendimentos, sejam eles promovidos na sala de recursos ou nos demais espaços da escola. O plano deverá ser acompanhado e revisado pelo professor especialista, para posterior análise, verificando como o aluno está se desenvolvendo, sua autonomia e evolução na aprendizagem.

Estrutura do planejamento Individual:

Dados de Identificação:

Nome:

Idade: Ano: Turma: Turno:

Escola:

Professor da sala de aula:

Professor de AEE:

1 – Objetivo geral:

2- Objetivos específicos:

3 - Organização do atendimento:

Período de atendimento (de quanto a quanto. Ex: De março a julho)

Frequência (quantas vezes na semana)

Tempo de atendimento: (50 minutos, 1 hora...)

Composição do atendimento (individual, dupla, trio ou grupo)

4 – Atividades a serem desenvolvidas no atendimento do aluno: (Selecionar atividades que estejam em consonância com o plano de AEE)

5 – Seleção de materiais a serem produzidos para o aluno: (Quais materiais pedagógicos ou de acessibilidade devem ser construídos especificamente para o aluno)

6 – Adequações de materiais:

Liste os materiais que necessitem de adequações para atender às necessidades do aluno (exemplo: engrossadores de lápis, papel com linhas espaçadas, plano inclinado, recursos de Tecnologia Assistiva e outros).

7 - Seleção de materiais e equipamentos que precisam ser adquiridos: Verificar quais materiais a sala de recursos ainda não possui e que não podem ser construídos. Exemplo: recursos como lupas, calculadoras, impressora Braille, etc...

8 - Tipos de parcerias necessárias para aprimoramento do atendimento e da produção de materiais:(terapeuta ocupacional para criar uma tesoura adaptada, costureira para

fazer uma calça com enchimento para trabalhar com a criança, professor auxiliar para produzir material em relevo e outros.

9 - Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno:

Professores;

Monitores;

Cuidadores;

Orientadores;

Outros.

10 – Avaliação do plano:

Especificar os critérios de avaliação.

11 – Observações gerais:

(demais suportes e estratégias utilizadas no contexto escolar para possibilitar a inclusão do aluno)

Assinatura e carimbo da professora de AEE.

Data:

Carimbo da escola.

O Papel do Serviço do AEE em tempos de Pandemia

Tendo clareza da importância do serviço de AEE na construção de uma escola inclusiva, vamos pensar no ensino remoto e quais foram as mudanças necessárias para contemplar o público-alvo da Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva. Segundo as orientações do MEC, as atividades pedagógicas não presenciais devem incluir os estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades. E devem envolver parcerias entre profissionais especializados e demais professores, além de dar orientações e apoios necessários aos responsáveis.

O ensino remoto se tornou um dos maiores desafios da educação brasileira, e para as pessoas com deficiência as dificuldades se ampliaram, nem todos os alunos possuem acesso à internet, muitos vivem em situações precárias, a diversidade é grande e os contextos variados. Mesmo diante de tantas adversidades, não podemos deixar de buscar estratégias que possibilitem ao público-alvo do AEE acesso à aprendizagem. Destaco a importância da parceria entre a família e a escola para organizar a melhor forma de acesso ao aluno. O caminho é um planejamento bem-organizado que embase a prática a ser aplicada.

Trabalhar de forma articulada e dialógica com a escola e a família. O primeiro passo é conhecer o contexto do seu aluno, as famílias nos auxiliam muito com informações importantes, com relatos que identificam algumas das necessidades apresentadas pelos filhos, quais comportamentos se evidenciaram durante a pandemia, e até mesmo as condições em que vivem. Nos informam se possuem acesso à tecnologia, qual é este acesso e quantas pessoas da família dependem deste recurso em casa. Com informações fornecidas pela família, podemos organizar ações voltadas a despertar o interesse e a atenção do aluno, primeiramente pensando no vínculo e gradativamente inserindo atividades que desenvolvam habilidades, utilizando recursos visuais, jogos, brincadeiras, sempre respeitando a faixa etária do aluno. Da mesma forma, o professor do AEE intensificará suas ações conjuntas com os demais professores, as informações devem ser compartilhadas, e as estratégias construídas de forma articulada, promovendo para o aluno com deficiência as adequações necessárias para que ele consiga participar da proposta pedagógica da escola. Uma das estratégias fundamentais para boa parte dos alunos com deficiência

são as flexibilizações curriculares, elaboradas pelos professores da sala de aula comum com a parceria do professor de AEE.

Primeiramente vamos pensar em recursos e estratégias para alunos com deficiência que tenham acesso à tecnologia, alunos que por meio do recurso do tablet, celular ou notebook acessam a internet, para estes alunos algumas estratégias podem contribuir de forma significativa na aquisição de habilidades, promovendo espaços pedagógicos ricos em estímulos e aprendizagem. A maioria dos alunos das redes públicas que possuem acesso à internet, utilizarão o celular como principal recurso, sendo assim alguns cuidados se evidenciam, é preciso que as imagens fiquem bem visíveis na tela, evitar desenhos ou imagens que não tenham a ver com a atividade, da mesma maneira evitar luzes piscando ou cores fortes que possam desviar a atenção do aluno, imagine que a tela passou a ser sua sala de aula.

Importante os professores em diálogo com a família identificarem quais recursos estão disponíveis dentro de casa, quais as possibilidades na utilização dos materiais. Neste momento de ensino remoto a escola necessita da participação da família, sendo assim, permitir a participação dos irmãos, primos, avós além dos pais, fará toda a diferença, como fator motivador para que a criança ou jovem com deficiência realize a atividade. Na imagem a seguir o recurso utilizado é o tablet, e o tema trabalhado é o uso do vaso sanitário.

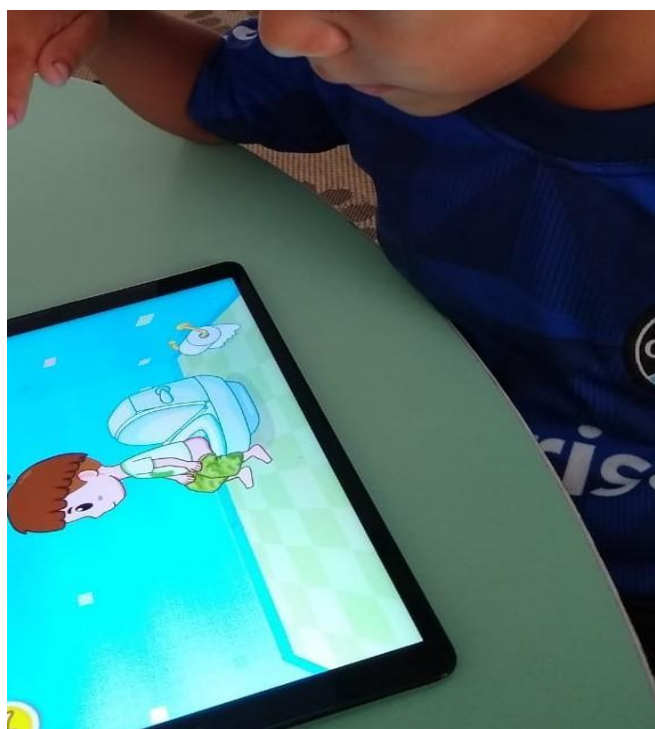


Figura 6.
Fonte: Acervo pessoal.

Da mesma maneira que organizamos um planejamento para o atendimento presencial precisamos organizar um planejamento para o ensino remoto, selecionando recursos e estratégias adequadas a cada caso específico, tendo claro as questões individuais de cada aluno, utilize vídeos, faça contato com seus alunos, explique as atividades detalhadamente, estimule, elogie, desafie seu aluno. Lembrando que uma mesma deficiência poderá demandar estratégias e abordagens diferenciadas.

A seguir seguem os vídeos elaborados pela professora Aline Lameirão do Centro de Atendimento ao Autista Doutor Danilo Rolim de Moura de Pelotas/RS. Clique nos links e conheça um pouco mais a estrutura dos vídeos.

[Vídeo parte 1](#)

[Vídeo parte 2](#)

[Vídeo parte 3](#)

Para alunos com deficiência que não possuem acesso à internet, cujas atividades são disponibilizadas para serem retiradas na escola, alguns cuidados são essenciais. É preciso compreender o contexto do aluno, dialogar com a família e demais profissionais. Os materiais disponibilizados devem ser adaptados às necessidades de cada aluno. Atenção a apresentação do material, ao tamanho da letra, utilize imagens de referência, e sempre dê retorno quanto a execução da atividade.

Alguns instrumentos podem auxiliar na coleta de informações sobre o aluno, cada escola poderá de forma colaborativa entre os profissionais organizar o seu. A seguir um exemplo.

Instrumento de Mapeamento no contexto de Pandemia

Dados:

Nome do Aluno(a):

Idade:

Responsável:

Escola:

Ano:

Turno:

Em relação ao ano de 2021, responda as seguintes perguntas:

- 1) Seu filho(a) compreendeu os cuidados de COVID-19?
- 2) De forma geral, como está sendo para o seu filho(a) quanto à utilização dos EPIS-equipamentos de proteção individual, e cuidados de higiene pessoal? Ele(a) aceita usar máscara e passar álcool gel?
- 3) Qual a rotina instituída no ano de 2021? Ele(a) seguiu uma rotina?
- 4) Qual foi a rede de apoio que o seu filho(a) recebeu durante a pandemia? Quais atendimentos?
- 5) Durante o ano de 2021, com quem o seu filho(a) ficou?
- 6) Como foi para o seu filho(a) a adaptação ao ensino à distância? Foi possível organizar uma nova rotina? Acompanhou as atividades escolares? De que forma?
- 7) Acompanhou as atividades do AEE? De que forma? Usou o grupo para solicitar ajuda do professor(a) quando necessário?
- 8) Como se deu o uso das tecnologias durante este período? O aluno(a) teve acesso? Quais?

9) Conte um pouco, sobre o comportamento do seu filho(a) durante a pandemia? Houve mudanças no comportamento? Quais?

10) Caso a resposta anterior tenha sido SIM, de que forma a família lidou com a questão?

11)Quais as maiores dificuldades que a família teve neste período, não só em relação ao seu filho(a), mas em geral?

12) Juntamente com os pais, foi possível, o seu filho(a) desenvolver habilidades durante a pandemia? Em quais áreas? Faça um círculo abaixo:

Brincadeiras

Comunicação

Comportamento

Ecolalia

Sensorial

Outras:

13) Atualmente, quantas pessoas estão morando na mesma residência com o seu filho(a)? Algumas delas, estão no grupo de risco, ex.: idosos etc.?

14) Neste momento da Pandemia, hoje, como seu filho(a) se encontra?

15) No retorno as aulas, a família, neste momento, optam pelo atendimento presencial ou remoto? (Marque X abaixo de acordo com a sua escolha)

Presencial()

Remoto()

Cada escola irá assinar com o nome do professor de AEE, coordenador da escola, e acrescentará os dados da própria escola no instrumento. O importante é que as informações irão auxiliar no planejamento, tanto do ensino remoto, como no planejamento de retorno às atividades presenciais.

Retorno às atividades Presenciais

No retorno às atividades presenciais os cuidados com a higiene e proteção devem ser mantidos. A grande preocupação dos professores é quanto ao uso de máscara pelas crianças e adolescentes com deficiência e TEA. Cada caso deverá ser analisado, porém existem recomendações que poderão auxiliar na avaliação. O Instituto Rodrigues Mendes elaborou um protocolo sobre a educação inclusiva durante a pandemia da covid 19:

- A máscara prejudica a socialização das pessoas com surdez e deficiência auditiva, principalmente daqueles que praticam a leitura labial ou se comunicam pela língua de sinais (LIBRAS), uma solução é adotar o uso de máscaras transparentes. O mesmo vale para os profissionais que desempenham a função de intérpretes de LIBRAS.
- Estudantes com deficiência ou Transtornos do Espectro Autista podem apresentar maior dificuldade para tolerar o uso da máscara, neste caso o uso deve ser flexibilizado. Seguindo as demais medidas de higiene e distanciamento social.
- Pessoas com movimentos reduzidos nos membros superiores, que não consigam retirar a máscara sozinhas, não devem ser obrigadas a usá-las, pois correm o risco de sufocamento.
- Profissionais que auxiliam a pessoa com deficiência devem fazer uso da máscara, todo o tempo. Máscaras e outros equipamentos de proteção devem ser trocados com frequência e os procedimentos de higiene realizados nas trocas de atendimentos aos alunos.

Fechamento

Precisamos ter clareza de que não adianta somente garantir a vaga para a criança, jovem ou adulto com deficiência, TEA ou Altas habilidades/Superdotação, é preciso dar condições para que todos participem da escola, façam parte, independente da diferença que apresentem, afinal somos todos diversos. São as práticas pedagógicas inclusivas que promovem espaços voltados à diversidade. Em um momento em que vivemos a pandemia intensamente, não podemos esquecer ou ignorar as pessoas com deficiência. Além do respeito é fundamental que as ações e

planejamentos sejam colocados em prática e possibilitem aos alunos o acesso e a melhor qualidade possível no atendimento. Aos professores fica o desafio na apropriação de novas estratégias, de domínio das tecnologias e desenvolvimento de rotas alternativas que possibilitem a superação das barreiras que impedem a participação e/ou aprendizagem dos alunos. O Atendimento Educacional Especializado é um importante serviço disponibilizado como suporte, este serviço se adapta e se renova tendo como foco a garantia de que os alunos público alvo da educação especial terão seus direitos respeitados, e para que isto aconteça a escola participará desta construção, consolidando através de suas ações e seus documentos norteadores a prática inclusiva em toda a comunidade escolar.

Referências

BAPTISTA, Cláudio Roberto (Et al. Orgs). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. In: Ensaios Pedagógicos, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006.

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. In: **Atendimento Educacional Especializado Deficiência Física**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4 de 2009 - Institui Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**, 2009.

BRITES, L., BRITES, C. **Mentes únicas. Aprenda como descobrir, entender e estimular uma pessoa com autismo e desenvolva suas habilidades impulsionando seu potencial**. São Paulo, Editora Gente, 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 13/2009. **Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: 2009.

_____. Decreto n. 6.949/2009. **Promulga a convenção internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo**. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Educar na Diversidade: material de formação docente**. Secretaria da Educação Especial – MEC/SEESP, 2006.

_____. Presidência da República. Decreto n. 7611/2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Decreto n. 7.612/2011. **Institui o Plano Nacional das Pessoas com Deficiência - Plano viver sem limite**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada**. Conselho Nacional de Educação - CNE/CBE, 2015.

CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia. **Políticas públicas e possibilidades de construção da escola inclusiva.** In: DOTTI, Corina M. Diversidade e inclusão: reconfiguração da prática pedagógica. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

GHEDIN, E. LEITE, Y. U. F. ALMEIDA, M. I. de. **Formação de Professores: caminhos e descaminhos da prática.** Ed. Liber Livro, 2008.

MACHADO, Rosângela, MONTOAN, Maria Teresa Égler (org). **Educação e Inclusão: Entendimento, Proposições e Práticas.** Blumenau: FURB, 2020.

RODRIGUES, M. E. N. **Avaliação da tecnologia assistiva na sala de recursos multifuncionais: estudo de caso em Fortaleza Ceará.** Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: SINGULARIDADES E DESAFIOS PARA O ENSINO REMOTO

Formadora: Valéria Urdangarin Borba

Dialogar sobre a educação inclusiva, pressupõe partir da premissa de que todos somos seres humanos. Assim, Beyer (2005), reitera que todos pertencemos à mesma espécie e por isso, apresentamos nossas diferenças. E essa é a grande maravilha, cada um carrega em si a essência da unicidade, por mais características que possua em comum com o outro continua sendo um ser único, incomparável que merece ser respeitado pelo sujeito que é.

Outra característica de extrema importância na educação inclusiva, refere-se à flexibilização, tanto nas concepções como nas ações e processos pedagógicos. O autor Baptista (2004), nos traz uma bela metáfora que compara as escolas com prédios e tendas, indicando a possibilidade de nossas escolas tornarem-se tendas, pois estas são mais flexíveis, moldam-se às necessidades daqueles que as utilizam e ao mesmo tempo apresentam-se resistentes aos problemas do cotidiano; acolhem e ampliam seu espaço. Assim, para que possamos construir escolas inclusivas em suas concepções, precisamos pensar em liberdade para que nossos alunos possam expressar seus aprendizados de formas dinâmicas e com respeito às suas singularidades. Abertas as trocas e a construção de práticas através do diálogo e da diferença.

Pensando nessa perspectiva, a disciplina procura buscar a discussão e reflexão de práticas que contemplem o respeito pela diversidade. Para tanto, tem como objetivo identificar alternativas para o trabalho remoto para os alunos públicos alvo da política de educação especial na perspectiva inclusiva, traçando estratégias de planejamento, intervenção e recursos, possibilitando o desenvolvimento e a aprendizagem de forma significativa.



Figura 7.

Fonte: https://m.facebook.com/espectrodoautismoeinclusaosocial/photos/a.804365702925090/3602970859731213/?type=3&source=57&refid=52&_tn_ =EH-R

Estratégias de ensino para o aluno da Educação Especial para o ensino remoto

1.1 Contexto da Pandemia

A pandemia da COVID19 afetou o mundo em todas as áreas e a educação como parte integrante da sociedade, também sofreu as consequências do isolamento e distanciamento social. As escolas foram fechadas e a alternativa para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, foi a instituição do ensino remoto. Essa forma de organização do ensino, pressupõe a utilização de recursos tecnológicos, como: a internet, celular, notebook, computador...

Entretanto, todas essas alternativas não são acessíveis na totalidade e muitos ficaram aquém desse processo. Conforme Saviani (2020), afirma que a pandemia atingiu principalmente aos mais vulneráveis, dentro desse contexto, podemos inserir as pessoas com deficiência, transtornos e/ou superdotados.

1.2 Quem é esse público. Como conhecê-los?



Figura 8.

Fonte: <https://nutti.com.br/blogs/posts/vamos-falar-sobre-inclusao-com-as-criancas>

O público da Educação Especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos e/ou superdotação que se encontram inseridos nas salas de aulas regulares na modalidade inclusiva. Esses alunos também são atendidos nas salas de recursos multifuncionais (SRM) e necessitam de um trabalho colaborativo com a comunidade escolar. (SEESP/MEC, 2008). Para tanto, o professor que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), atua como articulador e mobilizador desse processo, revelando a importância de sua ação.

Ao receber o aluno na sala de recursos multifuncionais, para avaliação e/ou atendimento, o professor prepara o estudo de caso, que é fundamental para dar continuidade ao planejamento. Na coleta de dados, as articulações com os familiares, bem como todos os profissionais, tornam-se uma prioridade, pois são estabelecidas as prioridades, onde a escuta e definição do que, de fato, se espera alcançar no trabalho pedagógico é fundamental. (BRASIL, 2009).

Assim além, das entrevistas, outro aspecto importante são as observações, nos diferentes espaços, tais como: a sala de aula, no pátio, na relação com os colegas, nos momentos de aprendizagem a fim de que tenhamos um instrumento que contemple a realidade vivida pelo aluno. Quando se menciona as observações é importante garantir que transcorrem tanto nos ambientes naturalísticos como nos controlados, porque assim, pode-se, traçar um paralelo entre ambos e é uma das

principais oportunidades para se identificar as reações da criança, contudo faz-se necessário saber, exatamente, o que se quer observar em cada situação e registrar o que foi presenciado. Em momento de pandemia, essas informações são colhidas através de diversos recursos e estratégias, tais como: formulários pelo *google forms*, videochamadas, conversas pelo *WhatsApp* no telefone e envio de planilhas para a família, além de vídeos para conhecer mais e observar as rotinas das famílias.

É importante após a realização do plano de atendimento que ele seja constantemente avaliado e revisitado a fim de verificar se o que foi previsto, os recursos elencados estão promovendo a acessibilidade e a participação dos alunos nas atividades escolares. A questão central é que cada criança seja atendida em suas especificidades, que se evite comparações com o outro, mas que a análise tenha como referência seu desenvolvimento, o que evolui com o que foi proposto e o que pode ser pensado para superar os desafios existentes.

Nesse sentido é importante que, na escola, seja constituída uma equipe, onde professores da sala de aula, coordenadores pedagógicos, gestores, família e, principalmente, que os alunos estabeleçam laços de afetividade e busquem o aprender e ensinar juntos. E para Cunha (2010) “Esses valores devem vir antes de qualquer ensino. A vida é extremamente afetiva; precisa ser trazida para dentro da escola”.

É importante enfatizar que a elaboração do plano de atendimento do AEE é uma ação conjunta que requer estudo e a participação de todos, por isso é importante que cada instituição contemple, em seu planejamento, momentos de estudo, somente, assim, o instrumento torna-se reflexo da realidade vivida.

Dentre as estratégias que buscam o sucesso na aprendizagem temos o modelo de ensino colaborativo, quando professor da sala de aula e do AEE trabalham em colaboração.

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes. No Brasil, esse modelo não é conhecido e/ou realizado pela maioria dos municípios, sendo utilizado apenas em casos pontuais e experimentais. (Vilaronga e Mendes, 2014, p. 142)

Assim sendo, diante da situação que vivenciamos, no último ano, torna-se inevitável repensar a forma de trabalho em nossas escolas, em especial, quais os

resultados queremos atingir como grupo e frente à reflexão propor o trabalho colaborativo como alternativa ao embate social que exclui e deixa a cada ano, inúmeros analfabetos funcionais, à margem da sociedade.

O conceito de trabalho colaborativo contribui para romper com práticas isoladas, onde os professores trabalham em suas salas com as portas fechadas, inertes, solitárias, sem trocas e interações. Assim, compreende-se como:

...o trabalho colaborativo no contexto escolar como uma estratégia em ascensão, tanto para solucionar problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem de alunos do público-alvo da Educação Especial como para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores. (MENDES, 2014, pg.45)

Por outro lado, o AEE, em algumas escolas também funciona, isoladamente, atendendo de forma individual, um aluno por vez. Segundo Mendes (2014) o trabalho do AEE ainda apresenta pouca interlocução com o professor do ensino comum. Entretanto, existem ações que buscam romper com essa concepção, na busca de novas práticas, onde a responsabilidade de aprendizado do aluno, seja compartilhada pelos professores, tanto o do ensino regular como o especializado.

É na colaboração, que um grupo se constitui, isto é, ao trabalharem juntos, com objetivos comuns, comprometimento, responsabilidade pelas decisões tomadas, apoio mútuo, confiança, enfim pensando na coletividade que se entende o trabalho colaborativo como uma estratégia pedagógica.

1.3 Mediação



Figura 9.

Fonte: <https://br.depositphotos.com/vector-images/m%C3%A3os-juntas.html>

Reafirmando a importância de tal conceito, Para Wertsch (2007), a mediação é um processo que ocorre quando os sujeitos entram em contato com o mundo que os cerca e estabelecem essa relação por meio de signos. Os signos podem ser as mais variadas manifestações, tais como: a linguagem, mapas, esquemas, símbolos, escrita, imagens, filmes, etc. contribuindo na construção e no desenvolvimento dos significados dos conceitos.

Wertsch (2007), identificou duas formas de mediação, sob o ponto de vista da teoria de Vygotsky: a mediação explícita e a implícita. A mediação explícita ocorre de forma mais clara e fácil de identificar. Dessa forma, ocorre a introdução de signos de forma intencional por algum instrumento ou alguém de fora que contribuirá na organização ou reorganização de uma determinada atividade. Já a mediação implícita é mais difícil de detectar, pois envolve signos presentes no desenvolvimento da linguagem natural, ou seja, geralmente no estabelecimento da comunicação. Essa forma de mediação ocorre de forma natural, pois a própria estruturação da linguagem apresenta-se como mediadora. A aprendizagem se constrói mediante as interações, portanto, as relações que o professor estabelece com os alunos ou com outros colegas, também é um exemplo de mediação, porém essas interações são restritas nas escolas, pois para (FULLAN e HARGREAVES 2000, apud DAMIANI, 2008), o trabalho do profissional da educação é muito solitário.

A solidão do trabalho pedagógico é explicada por questões históricas, acentuando-se pelas questões de estrutura física, organização dos currículos, horários e sobrecarga de trabalho, fatores que justificam o isolamento e a dificuldade de compartilhar saberes e práticas. O trabalho colaborativo emerge como alternativa de rompimento desse padrão de isolamento, apresentando potencial para qualificar as práticas pedagógicas inclusivas, como mostraram. (CREESE, NORWICH e DANIELS 1998, apud DAMIANI, 2008). Esse tipo de trabalho contribui para que um grupo identifique suas limitações e potencialidades e reconstrua seu trabalho conforme suas necessidades, perpassado pela socialização do conhecimento e a construção de sua identidade.



Figura 10.
 Fonte: Borba e Silveira (2020).

1.4 Trabalho colaborativo e mediação com os cuidadores



Figura 11.
 Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Projeto-M%C3%A3os-Unidas-1132520483445291/posts/>

A função que o trabalho colaborativo assume é de extrema importância, atuando como mediador da aprendizagem e das interações, sejam referentes ao conhecimento formal ou os do cotidiano. Nessas ações diárias, os familiares ou cuidadores da criança são os sujeitos que realizam as intervenções e mediam em situações variadas.

Entretanto, nesse momento de pandemia, as interações e mediações pedagógicas também foram exercidas, em grande parte, por essas pessoas, em virtude do afastamento das escolas e ausência do ensino presencial. Dessa forma, foi possível visualizar a referida importância de qualificar essas pessoas para tal ação. Assim a proposta de trabalho colaborativo com as famílias surge como uma das alternativas para enfrentar o afastamento e para contribuir com a organização e mediação pedagógica com os alunos.

Nesse contexto, o professor do AEE mantém contato com as famílias disponíveis para orientar como proceder com as questões de organização das crianças e como mediar na execução das atividades escolares. Sempre compreendendo que esse processo precisa ser combinado e que é necessário estabelecer parcerias, assumir um compromisso comum entre as partes, e nem todos conseguem estabelecer esse compromisso. Mas aqueles que sinalizam interesse, podem construir colaborações para esse momento de afastamento e para outras ocasiões, afinando e estreitando parcerias.

Sugestão de atividades para o ensino remoto

Na escola, o ensino colaborativo tem sido o diferencial para favorecer a inclusão, envolvendo a parceria direta entre professores da sala de aula e AEE, no entanto, nesse período, tornou-se urgente firmar parceria com os cuidadores (pais, familiares, profissionais e outros) dos alunos, a fim de que pudesse exercer a função de mediador. Afinal, “mediador é aquele que interage de tal forma que faz a aprendizagem se tornar real, constante e autogeradora” (Meier, 2016). Assim, mediar é uma tarefa instigante e, ao mesmo tempo, extenuante, pois nem sempre as estratégias pensadas e lançadas atingem seus objetivos e é preciso reavaliar as alternativas e reelaborar nosso planejamento para atingir a aprendizagem.

Em relação a elaboração de recursos acessíveis há de se considerar que, independentemente do recurso, outros fatores influenciam na utilização do mesmo, quer seja o desenvolvimento da criança, a organização do ambiente, a expectativa do mediador e, principalmente, a sensibilidade em perceber a necessidade de retomar conforme a necessidade da criança. Por isso, a importância de manter uma relação de parceria com todos os que estavam em contato com as crianças a fim de que, desta forma, pudessem ser pensados e elaborados materiais que fossem significativos nesse momento. Em relação aos recursos, a autora conceitua como:

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. (SARTORETTO e BERSCH, p.11, 2010)

Para a maioria das escolas o uso das tecnologias (sempre que possível) pode ser utilizada como uma opção, no entanto, quando não é possível busca-se outras possibilidades como a entrega de materiais impressos direto às famílias quer seja nas escolas ou em casas, de modo que as atividades escolares atingissem às crianças e jovens, em suas casas, no entanto, em ambos casos, os recursos são elencados como de extrema importância. Esses são ofertados para melhor andamento das atividades, sobretudo, nesse período, afastados do contato com seus pares. Os recursos apresentaram como objetivo atender as necessidades e diversidades, sendo acessíveis e procurando colaborar para que fosse garantido a participação no processo de aprendizagem. (SARTORETTO e BERSCH, 2010).

Portanto, a diversificação de recursos disponíveis ainda se torna a alternativa mais viável. Empregar tecnologias, ferramentas digitais, trabalho online com quem possui condições de acesso e com os demais alunos investir em outras formas como a entrega de materiais impressos, kits de atividades sempre, respeitando o universo do aluno e, trazendo os responsáveis para um trabalho compartilhado, na mediação das atividades propostas.

2.1 Exemplos de recursos

Rotinas e agendas motoras



Figuras 12, 13 e 14.
Fonte: Acervo pessoal.

Público alvo: Crianças que necessitam de ação física (habilidades motoras).

Objetivo: Oferecer informações sobre o que vai ocorrer.

Material: Réalias representando os momentos significativos para a criança (entrada, lanche, banheiro, saída).

Rotinas e agendas com imagens



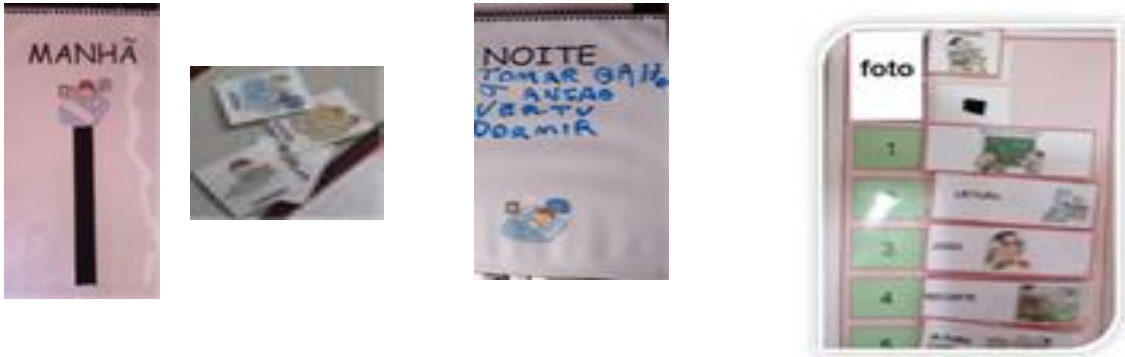
Figuras 15 e 16.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: Destinada a crianças e pessoas que compreendam imagens, normalmente, realizam combinações de classe e categorias.

Objetivo: Previsibilidade sobre o que vai ocorrer.

Material: Base com velcro (ou imã), fichas contendo os principais momentos a ser trabalhados.

Rotinas e agendas com escrita



Figuras 17, 18, 19 e 20.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: Crianças que interagem com a leitura e escrita.

Objetivo: Organizar o dia.

Material: Base, fichas, caneta.

Legal X não legal



Figuras 21, 22 e 23.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: alunos com dificuldades em lidar com o “Não”.

Objetivo: Estimular comportamentos considerados adequados com o legal e apresentar o Não sem usar a palavra, mas, de modo, a se fazer compreendido.

Material: Mão em EVA com enchimento e pedacinhos de velcro para fechar os dedos.

Trabalho com combinados



Figuras 24, 25 e 26.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: Crianças com dificuldades em aceitar os combinados.

Objetivo: Retomar, individualmente, toda ação considerada perigosa realizada pela criança.

Material: Chaveiro individual para acompanhar em todo local, placas a serem anexadas nos locais perigosos, fichas com cobertura removível para ser usada durante o diálogo com a criança.

Ampulhetas



Público-alvo: Crianças com dificuldades nos comportamentos básicos, por exemplo, sentar.

Objetivo: Aumentar o tempo de nas atividades.

Material: Garrafas pets, areia colorida, cola quente, durex colorida, prego, vela acesa, lixa.

Variação: As ampulhetas podem ser usadas em diversas outras atividades, incluindo a noção do tempo.

Figura 27.
Fonte: Acervo pessoal.

Temporizador



Público-alvo: Crianças com pouco tempo de duração nas atividades ou de permanência nos locais.

Objetivo: Ampliar a tolerância nas atividades ou nos ambientes.

Material: Preferencialmente, usar personagens de sua área de interesse, como forma de envolvimento.

Variação: Pode-se usar objetos de diferentes tamanhos e à medida que o tempo for passando ir trocando, do maior para o menor e, posteriormente, estabelecer outras formas de combinação, por exemplo por cores.

Figura 28.
Fonte: Acervo pessoal.

Sequências



Figuras 29 e 30.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: Crianças que estão ampliando a oralidade.

Objetivo: Organizar a sequência de acordo com os passos.

Material: Base, fichas com imagens, imagens e palavras.

Atividades com gel



Figuras 31 e 32.
Fonte: Acervo pessoal.

Público-alvo: Crianças em fase de exploração de diferentes materiais.

Objetivo: Realizar pareamento de letras, números, objetos em ambiente gelatinoso.

Material: Saco zipado com gel, base plastificada, letras, números ou objetos de acordo com a base.

Recursos e tecnologias para o atendimento do público alvo neste momento de pandemia



Figura 33.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/curso-online-tecnologia-assistiva>

Para elaboração de recursos tecnológicos com o público do AEE, torna-se primordial compreender quem é nosso aluno, qual o contexto que está inserido e quais as condições que possui. Partindo da análise dessa realidade, torna-se possível traçar estratégias que contemplem verdadeiramente o seu cotidiano. Identificando a funcionalidade do sujeito, bem como, do recurso tecnológico. (BRASIL, 2009).

As tecnologias Assistivas, conforme Galvão Filho (2009) apresentam-se como potencializadoras do processo inclusivo, na medida que pode proporcionar maior interação e autonomia das pessoas nos espaços educacionais e sociais.

Dessa forma, podemos conceitualizar tecnologia assistiva, como a totalidade de recursos tecnológicos elaborados para as pessoas com deficiência poderem desenvolver sua autonomia e conseqüentemente, qualificarem suas vidas, Passerino (2015). Além dos recursos podemos inserir as estratégias empregadas para a utilização desses recursos.

No contexto da pandemia, podemos compreender a importância da tecnologia assistiva como meio que proporciona a inclusão e participação no processo educacional dos alunos público da educação especial, assim como a mediação pode ser utilizada como estratégia desse processo.

Esses recursos podem potencializar a autonomia e a inclusão social, em especial nesse momento de Pandemia, elas se tornaram valiosas para garantir o acesso à escola. Para Bersch (2006), na educação, a Tecnologia Assistiva vem

assumindo um papel importante, na medida que aproxima a aprendizagem e a autonomia pedagógica dos sujeitos com deficiência, potencializando as interações.

Como recursos e estratégias nesse momento de pandemia, puderam ser testadas e avaliadas para esse público, dentre elas podemos citar: videochamadas, videoaulas, plataformas de ensino (*classroom, Meet*), *WhatsApp, padlet*, entre outros. Todos eles levando em consideração a necessidade e especificidade dos alunos.

Sobre o *padlet*, a autora afirma que é um:

“... recurso educacional aberto do tipo ferramenta no formato de mural interativo, on-line, colaborativo, auxilia processo de ensino-aprendizagem. Permite imagens, links e vídeos capazes de reunir ideias e compartilhar conhecimento...” (Rêgo, 2020, p.18)

Também, foi possível traçar estratégias de colaboração com as famílias para trabalhar formas de mediação através de conversa por instrumentos tecnológico, potencializando essas pessoas para que pudessem intervir com os alunos e mediar essas tecnologias ou os recursos. O apoio familiar e/ou cuidadores no processo educacional e de aprendizagem, diante dessa realidade, tornou-se valioso, visto que não há a presença física do professor para apoio e execução das atividades.

A experiência na pandemia proporcionou inúmeras alternativas de trabalho e inserção da tecnologia assistiva, porém ampliou a compreensão que devemos respeitar as diversidades de saberes e de interações com o aprendizado. Assim, a cada aluno foi pensado e executado uma estratégia que visou a apropriação do conhecimento. Algumas crianças se beneficiaram com as alunas via *Meet*, necessitando de mediação na execução das atividades ou a adaptação de um recurso que possibilitasse o acesso à informação. Em outras situações, foram necessários a individualização das aulas, através de vídeos chamadas com a mediação mais próxima e a utilização de inúmeros recursos. Apontando que não há uma única forma de construir a aprendizagem e que nesse momento, mais do que nunca, foi necessário lutar pela diferenciação, para assim, garantir a igualdade de oportunidade a todos.

Referências

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas**. 12^o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. conhecimento local e conhecimento universal. Curitiba, 20 de agosto a 1^o de setembro de 2004. Disponível em: <http://peadinclusao.pbworks.com/f/palestraclaudio.pdf>, acessado em 28 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. ***Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009. <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-62.pdf>.

BERSH, R. C. R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. Ensaios Pedagógicos. In: Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 3., 2006. Brasília: MEC/SEE, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acessado em 28 de junho de 2021.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educativas especiais**- Porto Alegre: Mediação, 2005.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educarn. 31, Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. **(disponível no formato PDF em www.galvaofilho.net/assistiva.pdf)**

MEIER, Marcos e BUDEL, Gislaine Coimbra. **Mediação Da Aprendizagem na Educação Especial**, ed. Intersaberes, 2016.

MENDES, Eunicéia Gonçalves [et.al]. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Paulo: EduFSCar, 2014).

PASSERINO, Liliana Maria. **A tecnologia assistiva na política pública brasileira e a formação de professor. Que relação é essa?** BAPTISTA, Cláudio Roberto (org) São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.

RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes [et. al]. **Ensino remoto emergencial estratégias de aprendizagem com metodologias ativas**, UFRN, 2020.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa**. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/fasciculo_6_15841022072542_4477.pdf

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt <Acesso em: 20 de novembro de 2020>

SAVIANI, Demerval. **Crise Estrutural, conjuntura Nacional, Coronavírus e Educação. O desmonte da Educação Nacional**—Revista Exitus, Santarém/ PA, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>.

WERTSCH, J. V. Mediation. In: DANIELS, H.; COLE, M.; WERTSCH, J. V. **The Cambridge Companion to Vygotsky**. New York: Cambridge University Press, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM E O TRABALHO COLABORATIVO PARA INCLUSÃO NA SALA DE AULA COMUM E O PAPEL DO AEE

Formadora: Anelise do Pinho Cossio

A pandemia da COVID-19 configurou-se como um marco na mudança do ensino-aprendizagem dos alunos. Este fato deu-se por conta da suspensão das aulas presenciais, a qual migrou para o ensino remoto, com o intuito da preservação da vida (VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021).

De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2020), a pandemia da COVID-19 já afetou pelo menos 1,5 bilhões de alunos no mundo com deficiência e suas famílias devido ao fechamento das escolas pois, em muitos casos, houve interrupção do processo educacional. Detectou-se o aumento da desigualdade social no mundo e as barreiras à educação, como acesso aos recursos de tecnologia assistiva; interrupção dos apoios formais; acesso aos bens digitais e públicos; e a escassez de professores de Educação Especial habilitados a trabalhar com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino remoto (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2020).

No Brasil, a desigualdade social já perdura há anos devido ao processo histórico social baseado em privilégios em detrimento de direitos. Com a pandemia da COVID-19, ficou ainda mais evidente essa disparidade entre as classes sociais (MAGALHÃES, 2020). Isso porque, com a substituição do ensino presencial para o ensino remoto, publicado pela Portaria N.º 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC), a exclusão digital impossibilitou totalmente ou parcialmente o acesso à internet de cerca da metade da população brasileira (MAGALHÃES, 2020).

No Parecer CNE/CP N.º 5/2020, de 28 de abril de 2020, que reorganizou o Calendário Escolar, foi reconhecido que o ensino remoto poderia acarretar danos a médio e longo prazo aos alunos. Dentre eles, a dificuldade no retorno às aulas presenciais futuras; o retrocesso no processo de ensino e aprendizagem

proporcionados pelo longo período de isolamento social; e prejuízos sociais e no sistema familiar (aumento de estresse, violência doméstica, abandono e evasão escolar), sobretudo nos estudantes de baixa renda.

Com a intenção de minimizar as desigualdades sociais devido a pandemia de COVID-19, o Parecer CNE/CP N.º 5/2020, orientou que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) fosse garantido, onde os professores regentes, os professores de Educação Especial e as famílias teriam que organizar colaborativamente as atividades pedagógicas. Os professores do AEE deveriam trabalhar junto dos professores regentes para que fossem devidamente adequados os materiais, orientassem as famílias, promovessem os apoios necessários e elaborassem o Plano de Ensino Individualizado (PEI).

Tratando das medidas adotadas internacionalmente em tempos de pandemia e diminuir as desigualdades sociais geradas por esse momento da história mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2020) orientou a utilização de sete recursos:

- 1. Avaliação de acomodações:** Professores, pais e alunos discutem os ajustes necessários de acordo com cada realidade. Podem ser utilizados os recursos de impressão, áudios, imagens, prazos flexíveis e tecnologia assistiva.
- 2. Modificar os currículos e as instruções:** Os currículos devem ser ajustados à diferenciação pedagógica, uma vez que os ambientes remotos se diferenciam dos convencionais – como a sala de aula. A expectativa em relação aos alunos e às metodologias de ensino devem ser ajustados. Por exemplo, simplificando o dever de casa, utilizando-se de materiais de áudio ao invés de digitação.
- 3. Utilizar o Desenho Universal da Aprendizagem:** Com o objetivo de ajudar os professores a estenderem o ensino-aprendizagem ao maior número de alunos, com foco em *como* os alunos aprendem e demonstram os seus conhecimentos.

- 4. Implementar a aprendizagem baseada em projetos:** Evidências científicas mostram que alunos com deficiência aprendem melhor quando são utilizadas pesquisas e análises para concluir projetos. Esse método também promove a autoestima e o envolvimento positivo. Para isso, os professores regentes e os professores de Educação Especial são essenciais para a implementação desse método de aprendizagem, pois devem projetar e apresentar responsabilidades aos alunos, certificando-se de que todos compreendam como atendê-las.

- 5. Garantir um Plano de Ensino Individualizado (PEI):** A construção do PEI requer a colaboração entre os professores, alunos, pais e famílias para que possam ser decididas as aprendizagens eficazes no ensino remoto, procurando formas de procedê-las da melhor maneira no ensino de cada aluno.

- 6. Apoiar professores:** Na transição do ensino presencial para o ensino remoto durante a Pandemia do COVID-19, importa que os professores recebam orientações e recursos baseados em evidência sobre como administrar as aulas em ambientes remotos e online na Educação Especial.

- 7. Fornecer apoio familiar e cuidador:** Ajudar os pais e responsáveis em suas responsabilidades domésticas e na educação dos filhos por meio de abordagens sistêmicas.

Diante do exposto, percebe-se que muitas dessas orientações já se encontram nos documentos legais brasileiros, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que tem como objetivo proporcionar inclusão de qualidade no ensino presencial (BRASIL, 2015). Apesar disso, espera-se que as escolas estejam preparadas para garantir o acesso educacional de todos os alunos, com ou sem deficiência, no ensino remoto, levando-se em consideração o desenvolvimento de políticas institucionais que prezam pela inclusão e a acessibilidade; a formação pedagógica; e o acesso aos recursos e serviços necessários para o ensino e a aprendizagem.

Nesse sentido, o método do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) pode ser um aliado, pois propõe a diferenciação pedagógica. Este modelo não obedece a estratégias fixas; o Projeto Político-Pedagógico é desenvolvido de maneira individual e flexível para que cada aluno seja contemplado conforme as suas potencialidades e fragilidades. Por meio de diversos materiais e metodologias, os alunos são incentivados a expressar aquilo que sabem (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2014).

O fato das estratégias pedagógicas serem diferenciadas proporciona a inclusão acadêmica e social do aluno. Assim, com o aluno com deficiência e que possui diferenciação pedagógica será trabalhada a sua inclusão e as suas diferenças individuais serão atendidas. A sua inclusão será promovida por meio de atividades com o seu grupo de pares, proporcionando a aprendizagem cooperativa (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

De acordo com Maset (2011), na Educação Inclusiva, a aprendizagem cooperativa é uma intervenção educativa que possibilita a inclusão, pois está estruturada de forma com que os alunos sejam distribuídos em pequenos grupos heterogêneos, para que, durante as atividades e tarefas, ocorra a motivação e a *interajuda* mútua. Este modelo de aprendizagem possibilita, assim, a autonomia deles, pois não é somente o professor que ensina; todos os alunos possuem capacidades para contribuir na aprendizagem uns dos outros por meio do trabalho em equipe.

A aprendizagem cooperativa diminui a competitividade e a individualidade, reduzindo a rivalidade e a exclusão. Para que seja considerado um trabalho colaborativo de qualidade, todos os alunos devem ser ativos no desempenho das atividades. Conseqüentemente, o grupo alcançará benefícios na aprendizagem. A aprendizagem colaborativa é passível de ser medida pela participação equitativa, interação simultânea, interdependência positiva e responsabilidade individual (MASET, 2011).

O ensino planejado, com objetivos e atividades em comum, mas onde o professor aja como o mediador e o facilitador da aprendizagem, possibilita que os alunos construam o conhecimento no seu ritmo e à sua maneira (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2019). Além do fator da comunidade de aprendizagem, a coesão do grupo proporciona um ambiente de solidariedade e o desenvolvimento de relacionamentos positivos, na qual

os alunos formam amizades e passam mais tempo juntos. A Educação Inclusiva aliada ao DUA é, assim, importante para a promoção da aprendizagem e dos relacionamentos interpessoais (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2014; LIMA, 2020).

Nesse sentido, serão trazidas sugestões baseadas em evidências científicas para auxiliar no desenvolvimento do currículo pedagógico de alunos com ou sem deficiência (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2014).

O Desenho Universal da Aprendizagem no Ensino Remoto

Neste subtópico, serão apresentados exemplos de práticas que podem ser utilizadas com os alunos. Ressalta-se que nem todas estas estratégias funcionarão em todas as áreas disciplinares; cabe ao professor perceber aquelas com que se sente confortável e que estejam alinhadas com os objetivos de cada um dos alunos. Também é importante continuar a busca por referências e trocas de estratégias de ensino com os colegas de trabalho, os pais e com os alunos, que possam auxiliar na elaboração destas (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2014).

Para construir o Projeto Político-Pedagógico com base no DUA, o professor deverá elaborar os objetivos e atividades de acordo com os princípios que compreendem esse método, a notar **Representação**; **Ação e Expressão**; e **Envolvimento**, para desenvolver as atividades (Imagem 1).

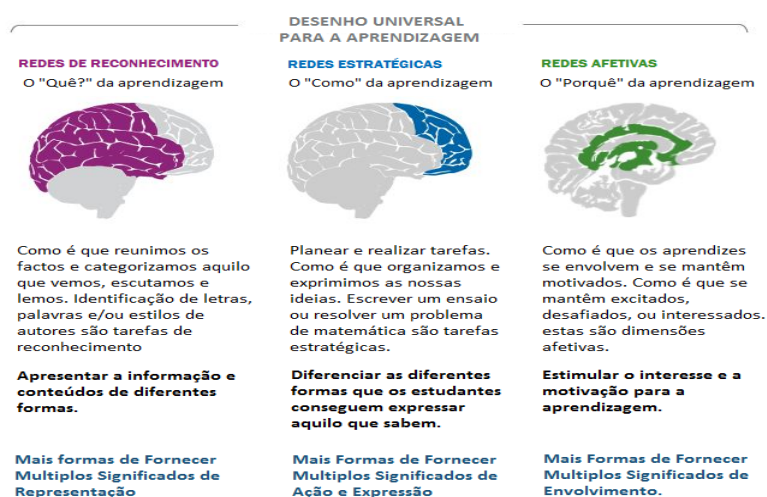


Imagem 1.: Descrição dos princípios do DUA (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2013).

Múltiplos significados de representação: O professor utilizará múltiplos meios ao lecionar e conceber os currículos para facilitar a aprendizagem. Ao fornecer os conteúdos de maneiras diferentes, o professor poderá ajudar os alunos a desenvolverem conhecimentos disciplinares importantes e diferentes maneiras de pensar sobre os conteúdos (FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2014).

Na execução dessas estratégias, podem ou não serem utilizadas as tecnologias digitais. Para que todos os alunos sejam contemplados, opta-se pela tecnologia de baixo custo e por recursos gratuitos. Caracterizam-se como exemplos (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2014):

Desenvolver vocabulário importante:

- Fornecer glossário de termos-chave;
- Fornecer um *link* de recursos que os alunos possam utilizar para encontrar informações sobre conceitos e figuras importantes relacionados ao conteúdo da disciplina.

Fornecer recursos que:

- Possa-se controlar tanto velocidade de reprodução quanto o som;
- O professor possa gravar uma parte ou todas as aulas utilizando *software* que capture a aula para que os alunos possam visitá-la em seu próprio ritmo após a aula;
- Apresente recursos de vídeo *online* que possam aprimorar os conhecimentos sobre o conteúdo da disciplina.

Apontar relações e estruturas importantes:

- Utilizar mapas conceituais;
- Fazer anotações nos textos dos aspectos importantes;
- Fornecer vídeos que enfatizem as conexões ou os elementos estruturais da matéria estudada.

Agrupar informações:

- Conteúdo separado em pequenas informações por vez, para que os alunos consigam gerenciá-lo de maneira mais eficaz;
- Dissecar o conteúdo em segmentos, tópicos ou conceitos e destacar conexões entre estas ideias.

Tipo de Aprendizagem ou Desafio da Aprendizagem	Estratégia do Professor
Alunos visuais (incluindo alunos com incapacidade auditiva)	Objectos ou imagens (fotografias, desenhos de linha concretas ou representações visuais abstratas); informação com código de cores; organizadores visuais.
Alunos auditivos (incluindo alunos com incapacidade visual)	Palestras ou aprendizagem baseada em discussões, actividades com base nos colegas; livros áudio, software de conversão de texto para fala.
Crianças com dificuldades de aprendizagem ou de atenção	Pouca informação, repetições frequentes, materiais de texto com vários níveis, vários exemplos, experiências de aprendizagem concretas.
Alunos cinestésicos ou crianças activas	Aprendizagem prática, objectos tácteis, diagramas tácteis, movimento frequente, aprendizagem baseada em projectos.
Alunos culturalmente diferentes	Materiais e métodos de ensino culturalmente relevantes.
Crianças com diferentes níveis de conhecimentos de base sobre os temas	O conhecimento de base pode ter de ser ensinado ou revisto previamente.

Imagem 2.: Promover Representações (FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2014, p. 13).

Múltiplos meios de ação e expressão: Conceber o currículo de maneira que os alunos gerenciem e expressem as suas aprendizagens. Bem como o desenvolvimento de habilidades como resultado da disciplina estudada (FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2014). Alguns exemplos selecionados pelo Center for Applied Special Technology (2018):

- Criar oportunidades para que os alunos comuniquem o seu conhecimento por meio de uma variedade de formatos;

- Partilhar com os alunos listas de verificação, guias ou anotações para que eles desenvolvam a capacidade de fazer anotações dos aspectos importantes dos conteúdos de maneira autônoma;
- Fornecer diferentes exemplos de como resolver problemas da vida real e acadêmica, a fim de se desenvolverem com autonomia e darem significado àquilo que é aprendido em sala de aula e que possa ser utilizado na vida real;
- Considerar diferentes maneiras pelas quais os alunos possam expressar os seus conhecimentos com o professor e com os colegas.

Tipo de Aprendizagem ou Desafio da Aprendizagem	Estratégia do Professor
Alunos que preferem expressar-se através da palavra impressa (incluindo alunos com dificuldades na fala)	Oportunidades para fazer o diário, preencher as actividades em branco e fazer redacções; escrever histórias ou poemas.
Alunos que se expressam oralmente (incluindo alunos que têm dificuldades na escrita)	Oportunidades de discussão na aula ou 'responder' às perguntas.
Alunos que comunicam melhor através do desenho, da escultura ou de diagramas (incluindo alunos com dificuldades na fala ou na escrita)	Oportunidades de demonstrar conhecimento em formato visual ou artístico.
Alunos cinestésicos ou crianças activas	Oportunidades de usar o teatro, os movimentos do corpo ou a música para demonstrar conhecimento; criar modelos; concluir projectos.
Alunos que necessitam de tempo para pensar antes de responder (incluindo alunos de segunda língua)	Disponibilizar tempo para os alunos elaborarem respostas antes de partilharem com o professor ou com os colegas.
Alunos com deficiência física complexa	Olhar para a informação correcta, pessoa de apoio à escrita.
Alunos com dificuldades de aprendizagem ou de organização	Organizadores, apoio de colegas, 'frases iniciais' por escrito, bancas de trabalho, fotografias, listas de tarefas, listas de verificação de tarefas.

Imagem 3.: Promover Expressão (FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2014, p. 17).

Múltiplos significados de envolvimento: Envolver todos os alunos nos processos de aprendizagem, de forma que todos sintam-se motivados e alcancem o sucesso acadêmico e pessoal (UNICEF, 2014). Por meio dessa estratégia, o professor será capaz de auxiliar os alunos a compreenderem a importância do

conhecimento da disciplina nas suas vidas acadêmicas, profissionais e pessoais (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2018).

Alguns exemplos selecionados pelo Center for Applied Special Technology (2014):

Experiências imersivas:

- Atividades com propósitos que possam ser utilizados no dia-a-dia.

Experiências hipotéticas:

- Identificar possíveis públicos para o trabalho que está sendo desenvolvido na disciplina;
- Refletir em quais situações do mundo real pode-se aplicar a atividade que está sendo realizada;
- Solicitar que os alunos de séries mais avançadas compartilhem as suas experiências de aprendizagem.

Opinião dos alunos:

- Criar oportunidades para que os alunos opinem sobre como as tarefas e atividades podem ser projetadas pelo professor;
- Definir com os alunos as discussões *online*, por meio de fóruns;
- Coletar *feedback* dos alunos de maneira regular e informal durante as atividades, relacionado com os seus resultados de aprendizagem.

Tarefas com vários níveis de dificuldades e ordens:

- Atividades variadas com níveis de envolvimento e atenção para ajudar os alunos a lidar com ideias desafiadoras ao longo da disciplina, ao invés de um exame (prova) intermediário ou final;

- Variar a ordem das atividades, no sentido do esforço que os alunos devem ter (e. g., comece com atividades difíceis para as fáceis; ou de atividades fáceis para as difíceis).

Feedback imediato e frequente para o professor:

- Utilizar rubricas para clarificar as expectativas e agilizar o processo de classificação;
 - Ao mesmo tempo que fornece informações concretas e oportunas sobre como os alunos podem melhorar o seu desempenho no futuro;
 - Ou definir as datas de quando serão realizados os *feedbacks* para que o professor não fique sobrecarregado com o fornecimento de *feedback*;
- Não descartar o *feedback* formativo que os alunos possam fornecer, especialmente se se utilizar rubrica ou diretrizes de classificação.

Tipo de Aprendizagem ou Desafio da Aprendizagem	Estratégia do Professor
Alunos não estão interessados no tema da aula	Tornar relevantes a ligação entre o tema e a vida do aluno; apresentar aos alunos aplicações práticas do tema ou da capacidade; usar exemplos associados aos interesses do aluno.
As crianças não estão motivadas para participar nas actividades de aprendizagem	Apresentar opções na sala de aula, aumentar as oportunidades de aprendizagem baseada em pares, garantir que a tarefa de aprendizagem tenha um nível de dificuldade adequado.
Alunos têm relutância em participar na aula	Apresentar opções para a participação, ser flexível nas expectativas de participação, incentivar a participação entre colegas/parceiros ou pequenos grupos.

Imagem 4.: Promover Envolvimento
(FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2014, p. 21).

Fechamento

O impacto da pandemia do COVID-19 dificultou o acesso educacional de alunos em todo o mundo, sobretudo aqueles que foram penalizados pela carência de atendimento virtual adequado. Entretanto, por meio do DUA o professor regente, juntamente com o professor de Educação Especial, o aluno e a família, poderá desenvolver um Projeto Político-Pedagógico que compreenda o ensino e a aprendizagem do aluno, de acordo com as suas potencialidades, fragilidades e realidades. Sobretudo porque este é um método flexível em que podem ou não ser utilizadas tecnologias digitais para executar as atividades propostas, pois o aluno utilizará de diversos recursos materiais disponíveis em sua realidade.

Ressalta-se a importância de os professores estarem atentos às condições socioeconômicas dos seus alunos ao propor as atividades remotas, para que sejam passíveis de serem realizadas. Assim, quando empregado adequadamente, o método do DUA aumentará as probabilidades de se atingir o sucesso da inclusão.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Portaria nº 343, de 17 de março 2020**. Substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 outubro de 2021. Seção 1, Pág. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 05, de 28 de abril 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de outubro de 2021. Seção 1, Pág. 32.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.**, 2018. Disponível em: <<http://udlguidelines.cast.org>>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. **Guidelines developed and researched**, 2014.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Acesso à escola e ao ambiente de aprendizagem II – Ambiente físico, informação e comunicação**. Nova York, 2014.

LIMA, M. C. G. S. Plasticidade neural, neurociência e educação: as bases do aprendizado. Em: **Arquivos do Mudi**, 24(2), 2020, 30-41. <http://doi.org/10.4025/arqmudi.v24i2.53548>.

MASET, P. P. Aulas inclusivas e aprendizagem cooperativa. Em: D. Rodrigues (Org.). **Educação inclusiva: Dos conceitos às práticas de formação** (pp. 45-88). Instituto Piaget, Edição 2ª, 2011.

MAGALHÃES, T. F. A. A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da covid-19: tecendo algumas possibilidades. Em: **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6 – N. Especial – p. 205 - 221 – (jun. – out. 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. <https://doi.org/10.12957/riae.2020.53647>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508?fbclid=IwAR1Vwlemq8Ma6NDMum-WbgFYLFDU0PkcFYpxL33RR30qC80ZYEpocSC6HF4>>. Acesso em 2 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Empowering students with disabilities during the COVID-19 crisis**. 04 de junho de 2020. Disponível em: <<https://bangkok.unesco.org/content/empowering-students-disabilities-during-covid-19-crisis>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F.; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. Em: **Revista educação e cultura contemporânea**, vol. 14, n. 35, 2017, p. 264- 281.

VAZ, K.; BARCELOS, L. G.; GARCIA, R. M. C. Propostas para a educação especial em tempos de pandemia: Exclusão escancarada. Em: **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-10, 2021. <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.24.16018.05>

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO ATENDIMENTO: COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

Formadora: Carla Lourenço Belem

Prezados(as) leitores!

Ao fazer-se uma retrospectiva histórica sobre o transcurso do processo educacional na perspectiva da inclusão, percebe-se a importância de fortalecer as ações educacionais centradas não somente na interação social e sim em estratégias pedagógicas que envolvam métodos e técnicas diferenciadas. Atualmente, se pode dizer que muitas já foram as conquistas, bem como os marcos históricos que registram a legalidade e a valorização das diferenças físicas, cognitivas, culturais e linguísticas de crianças, jovens e adultos.

É considerada escola inclusiva, aquela que recebe os seus alunos independentemente das suas dificuldades. A inclusão escolar de pessoas com formas diferenciadas no aprender e com múltiplas dificuldades frente às exigências impostas pelos processos formais de escolarização, constitui-se em uma transição de valores, ética e crenças, até então praticados nos dois contextos: escolar e familiar.

Sabe-se que os assuntos relacionados a inclusão, causam desconforto e insegurança por parte de alguns profissionais da área da educação, pois quando um aluno inclusivo é inserido em uma turma de ensino regular, não é raro surgir inúmeros questionamentos a respeito dos novos procedimentos adotados para o desenvolvimento escolar do aluno em evidência.

Quando se pensa em inclusão, logo sabe-se que uma grande parte dos alunos inclusivos possuem um laudo/diagnóstico específico a sua dificuldade, sendo identificado pelo CID: Código Internacional de Doenças. É de extrema importância sabermos sobre a patologia das crianças pelas quais somos responsáveis, porém devemos ter discernimento para enxergarmos as crianças além destes códigos e apesar de muitas ainda não obterem um diagnóstico claro sobre as suas reais dificuldades, é relevante buscarmos auxílio e apoio educacional em cada caso.

As práticas pedagógicas no ensino inclusivo, demandam de qualificação

profissional, recursos adaptados e/ou adequados, organização curricular que atenda às dificuldades educacionais de cada aluno. Sendo assim esses desafios acerca das práticas inclusivas e um desafio constante, tornando-se ainda mais desafiador em tempos de pandemia e ensino remoto no contexto familiar e escolar, pois para que as atividades possam ser realizadas é importante que ocorra investimentos, formação continuada, uso adequado das tecnologias assistivas e orientação direcionada às famílias.

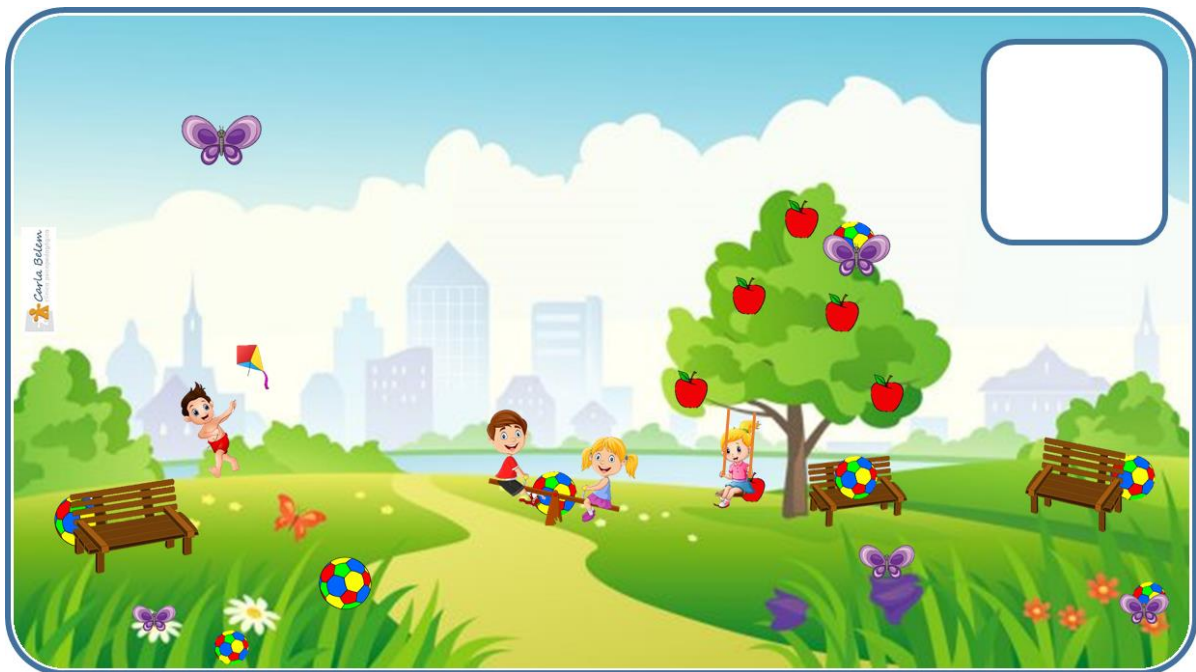
Lembrando:

Primeiramente devemos saber e lembrar que os recursos pedagógicos disponíveis no contexto familiar são muito diferentes dos disponíveis na escola, portanto, as instruções deverão ser dadas de forma detalhada e bem explicada aos familiares para que consigam instruir seus filhos da melhor forma possível. Sendo assim as atividades deverão ser planejadas evidenciando a retomada da aula anterior, para que os conceitos ou conteúdos fiquem desconexos entre si.

Sugestões para adaptações ou adequações de atividades remotas para os alunos com deficiências e necessidades específicas, atividades para trabalhar com números/quantidades, cores, formas e desafios matemáticos.

Os alunos desde crianças já têm contato direto com os números como exemplo a sua idade e a demonstração das quantidades nos dedos, sendo assim já está trabalhando com o apoio visual e a conservação dos números relacionados às quantidades e, além disso essas atividades favorecem o desenvolvimento do raciocínio lógico, percepções visuais, auditivas e sensório-motoras.

Na atividade a seguir o aluno deverá circular os objetos que aparecem na imagem, a partir da quantidade sugerida em cada cartinha, os objetivos dessa atividade são melhorar a percepção visual, noções de números e quantidades e atenção.



Atividade realizada



Figuras 34, 35.
Fonte: Acervo pessoal.

Na atividade abaixo o aluno poderá ir marcando cada bala à medida que for fazendo a contagem para que não repita os elementos que já foram contados.

LIGA OS NUMERAIS NAS QUANTIDADES CORRETAS:




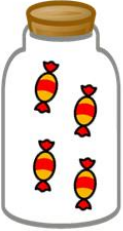




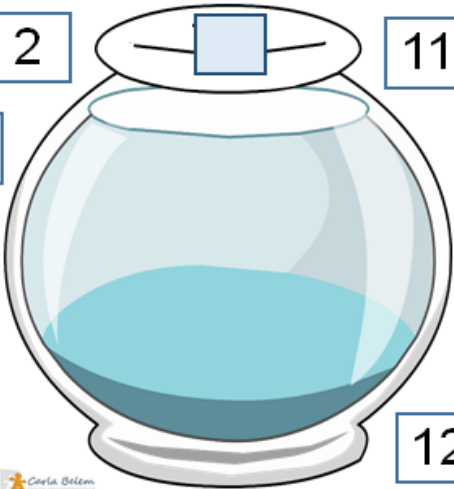










	5 9 1		2 8 3		4 9 7
	5 4 1		2 3 6		9 8 7

Figura 36.
Fonte: Acervo pessoal.

Na atividade abaixo o aluno irá colocar o numeral indicado do quadrado e após irá colocar as quantidades de peixes indicados dentro do aquário.

		1	2		11
		3	4		
		5	6		
		7	8		
		9	10		
					12

Atividade realizada

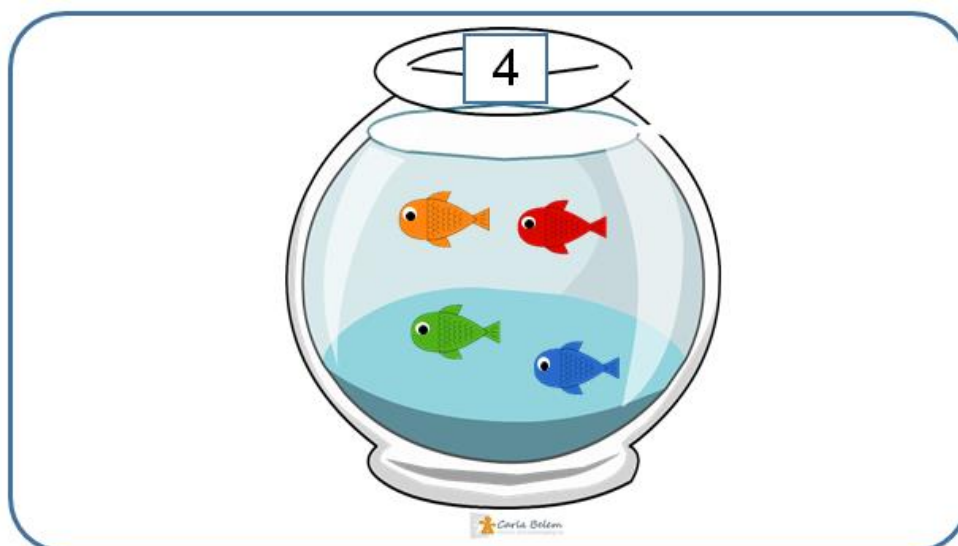





























Figura 37 e 38.
 Fonte: Acervo pessoal.


Na atividade abaixo o aluno irá escrever ou colar o número a partir das quantidades de cada um dos brinquedos dispostos no quadro. A atividade tem como objetivo melhorar a percepção visual, identificação de quantidades e escrita de numerais.


QUANTOS SÃO?












Figura 39.
 Fonte: Acervo pessoal.

Como opção poderá ser disponibilizado os números para serem recortados e colados nos espaços adequados.

9 3 5 2 6

RESOLVE A SUBTRAÇÃO E ESCRIVE O RESULTADO NO QUADRINHO AO LADO:

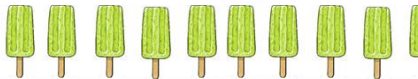







$10 - 8 = \square$ 	$5 - 5 = \square$ 
$7 - 3 = \square$ 	$9 - 5 = \square$ 
$6 - 3 = \square$ 	$4 - 3 = \square$ 
$8 - 1 = \square$ 	$3 - 1 = \square$ 

Figura 40.
Fonte: Acervo pessoal.

O cálculo de subtração é muito utilizado no contexto escolar e no cotidiano e está associado com a ideia de retirar ou separar, simplesmente quando fizemos uma conta para sabermos o troco no qual iremos receber ou quanto tempo falta para uma aula chegar ao final, estamos usando os cálculos de subtração. Por vezes torna-se necessário proporcionar aos alunos as estruturas organizativas dos cálculos, pois é comum os alunos apresentarem dificuldades de abstração e por consequência as dificuldades de realizarem cálculos de armar e efetuar as atividades.

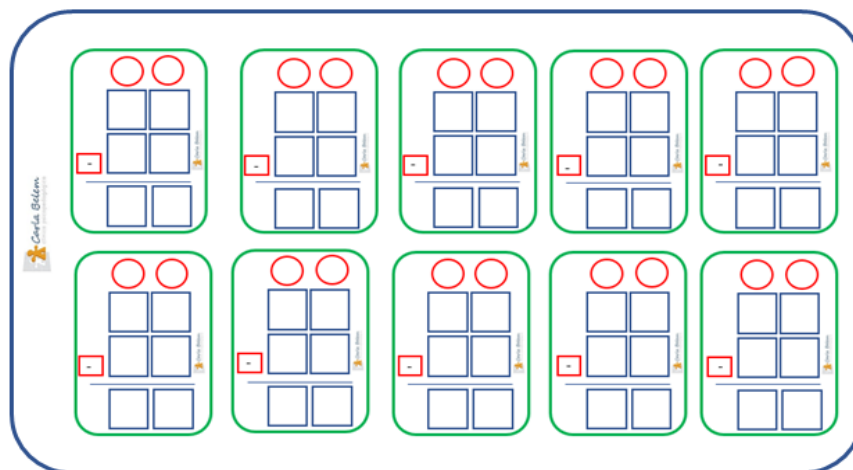
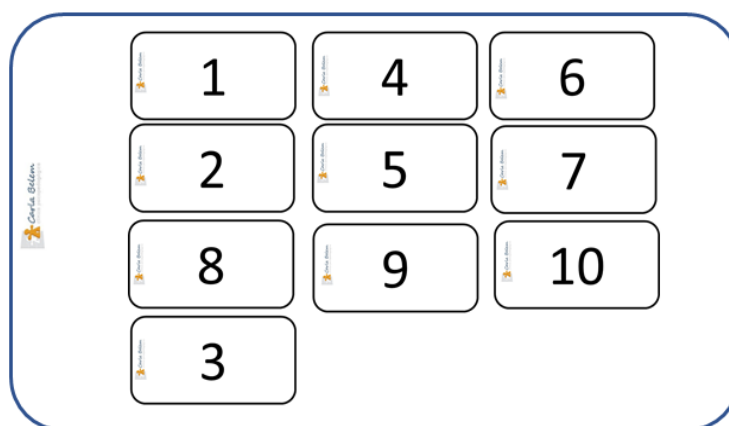
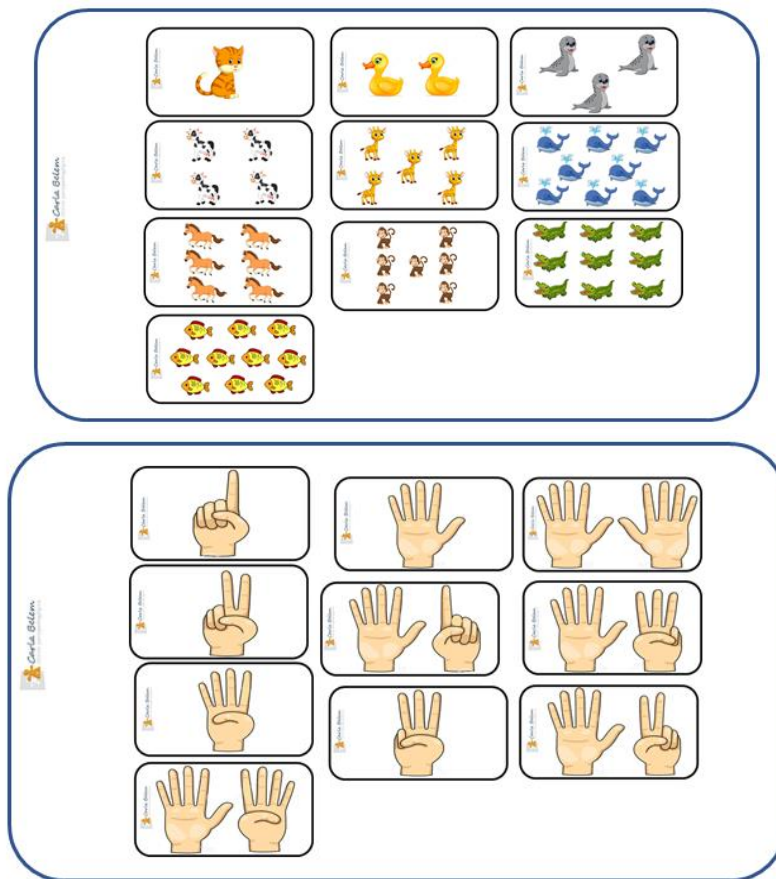


Figura 41.
Fonte: Acervo pessoal.

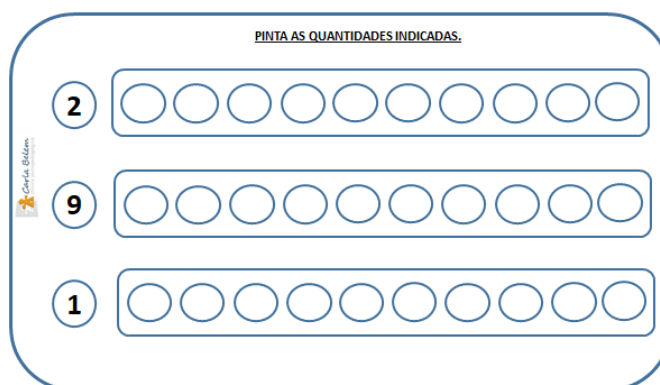
Na atividade abaixo poderá ser realizada em forma de jogo de memória, a fim de serem reconhecidas as formas de representações dos numerais, pode ser utilizada também apenas para reconhecimento de números e quantidades de forma tradicional. Essa atividade tem como objetivo despertar o interesse do aluno para o reconhecimento dos numerais, trabalhar os conceitos de forma lúdica e exploração das quantidades de elementos com os numerais correspondentes.

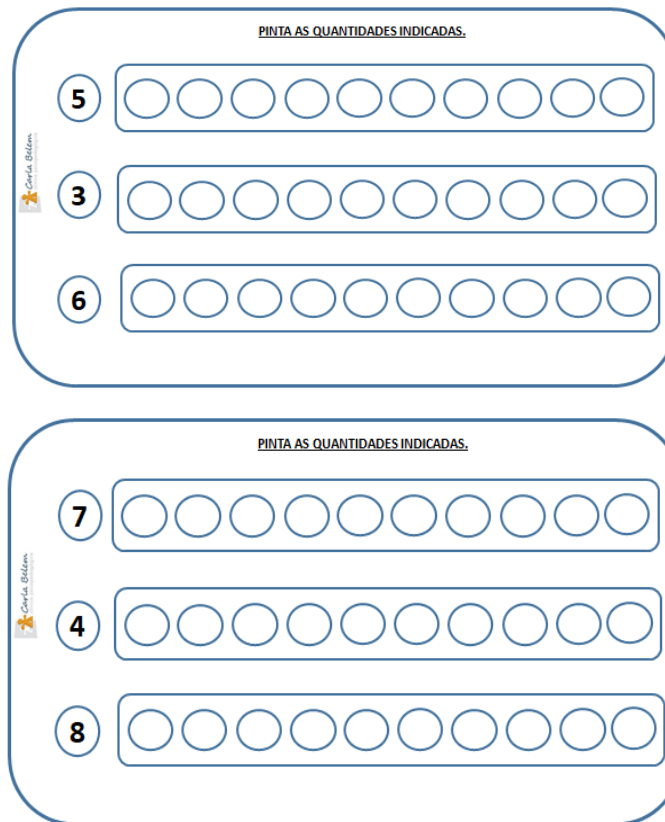




Figuras 42, 43 e 44.
 Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo auxilia os alunos no desenvolvimento da psicomotricidade bem como motricidade fina e percepção visual, explorando assim a contagem sequencial e relação número/quantidade. A maioria das atividades que estimulam o raciocínio lógico matemático requer a utilização do material de apoio para a realização de tais atividades como: material dourado, materiais de contagem, ábaco e etc.





Figuras 45, 46 e 47.
Fonte: Acervo pessoal.

O processo de ensino e aprendizagem é uma prática encantadora e ao mesmo tempo desafiadora, pois precisamos ter consciência que cada aluno aprende de formas diferenciadas, uns são mais visuais, outros auditivos ou cinestésicos e cada um tem seu tempo específico em relação às aprendizagens. Por essa razão é importante conhecer esses estilos de aprendizagem de cada aluno, segue abaixo:

Visual

Este é um estilo de aprendizagem em que o estudante **aprende** por meio da **visão**. É aquele aluno que tem mais facilidade para assimilar as informações quando estas estão registradas em gráficos, vídeos, imagens, diagramas, mapas, símbolos e listas. Por isso, são alunos que gostam também de aprender por vídeo aulas.

Auditiva

É aquele estudante que retém melhor a informação utilizando dos meios sonoros. Um exemplo disso são as palestras, uma vez que o seu pensamento é









estruturado por meio de palavras. Por isso, ele é um grande memorizador de conversas. Seu aprendizado se dá melhor ouvindo o professor em sala, entrevistas, podcasts, repetições ou músicas, ou seja, por meio do conhecimento que é falado e ouvido.

Cinestésico









Este é um estilo de aprendizagem em que o aluno aprende fazendo, colocando a mão na massa. Quando ele experimenta na prática as atividades propostas, é mais fácil para ele entender e reter novas informações e conhecimentos. Seu senso de realidade quando está aprendendo é concreto, por isso, a necessidade de vivenciar o conhecimento na prática. Esses são estudantes que precisam de movimentos e interação e, por isso, têm o hábito de escrever o que escutam.

Sugestões para adaptações ou adequações de atividades remotas para os alunos com deficiências e necessidades específicas, atividades para trabalhar com alfabetização e letramento.

ESCREVE O NOME DA FIGURA COM AS LETRAS DO QUADRINHO AO LADO:

	ALBA		PSAO
	CAAV		RBOÔ
	ALMA		TOGA
	ORAT		ULAV

ESCREVE O NOME DA FIGURA COM AS LETRAS DO QUADRINHO AO LADO:

	_____	OBLO		_____	ISNO
	_____	ELBU		_____	BBEÊ
	_____	OGAT		_____	ACFO
	_____	OVÔV		_____	ACSA

RECORTA E COLA AS PALAVRAS NAS IMAGENS CORRESPONDENTES.

CEBOLA		
CAMA	<input type="text"/>	<input type="text"/>
COLA		<input type="text"/>
CINTO		
CUIA	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figuras 48, 49 e 50.
 Fonte: Acervo pessoal.

As atividades abaixo têm como objetivos trabalhar a motricidade fina (recorte e colagem), bem como a identificação das palavras através da consciência fonológica.

**RECORTA E COLA AS PALAVRAS NAS IMAGENS
CORRESPONDENTES.**

BIGODE

BONÉ

BALA

BULE

BEXIGA













Figura 51.
Fonte: Acervo pessoal.

As atividades de caça-palavras estimulam o desenvolvimento da percepção visual, melhoram a ortografia de palavras diferentes e disponíveis em posições diversas: vertical, horizontal, diagonal e debaixo para cima e de cima para baixo.

CAÇA-PALAVRAS

M	O	T	O	R
A	B	I	C	A
L	U	V	A	T
A	V	M	J	O
N	S	I	N	O

CAÇA-PALAVRAS









M	E	I	R	B
E	G	V	O	A
I	A	A	B	L
A	T	C	Ô	A
N	O	A	N	O











Figuras 52 e 53.
 Fonte: Acervo pessoal.

As atividades abaixo são importantes no processo de alfabetização, pois auxiliam na contextualização de frases através de palavras e imagens, fazendo com que os alunos possam praticar a leitura e a escrita e como opção caso os alunos tenham dificuldades de escrita pode ser disponibilizada às palavras que poderão ser recortadas e coladas nos espaços adequados.









ESCREVE OS NOMES DAS IMAGENS PARA COMPLETAR AS FRASES

A 	USA	
O 	COME	
O 	COME	
A 	TOMOU	

ESCREVE OS NOMES DAS IMAGENS PARA COMPLETAR AS FRASES

	
A _____	É DE _____.
	
O _____	É DE _____.
	
O _____	JOGA _____.
	
O _____	ESTÁ NA _____.










ESCREVE OS NOMES DAS IMAGENS PARA COMPLETAR AS FRASES

	
NA _____	TEM _____.
	
O _____	TOMA _____.
	
O _____	PULA NO _____.
	
O _____	É DA _____.










Figuras 54, 55 e 56.
 Fonte: Acervo pessoal.

As atividades abaixo têm como objetivo estimular a escrita através da consciência fonológica das vogais e estimulação da escrita. Vale ressaltar a importância de os alunos terem um alfabeto móvel para apoio da escrita e da leitura.

DITADO DE IMAGENS:

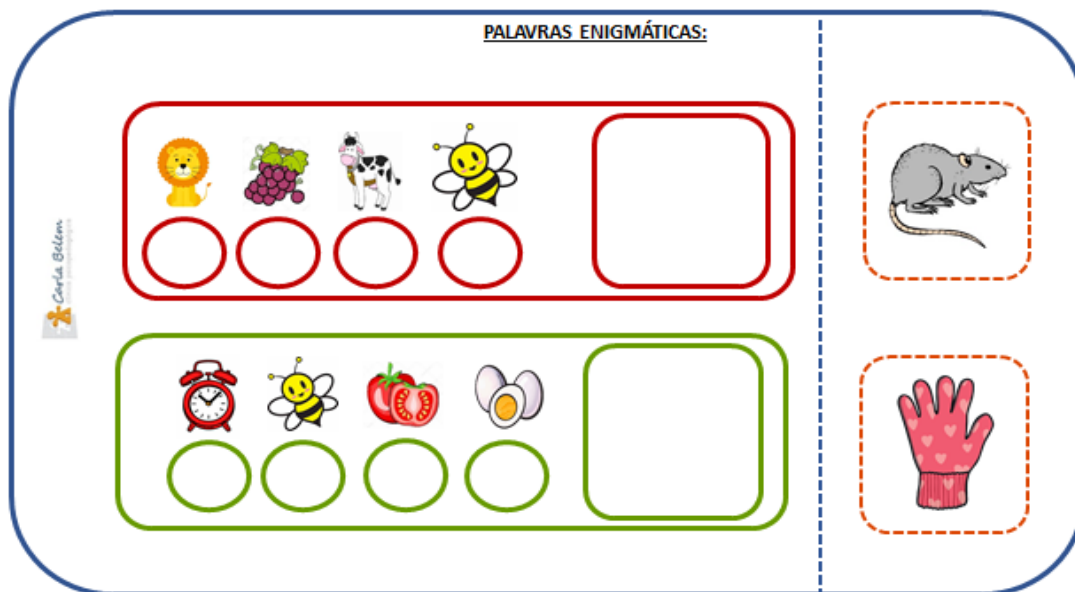
	S _ C _		C _ F _		V _ V _
	C _ S _		G _ T _		V _ V _
	B _ B _		B _ L _		B _ L _

DITADO DE IMAGENS:

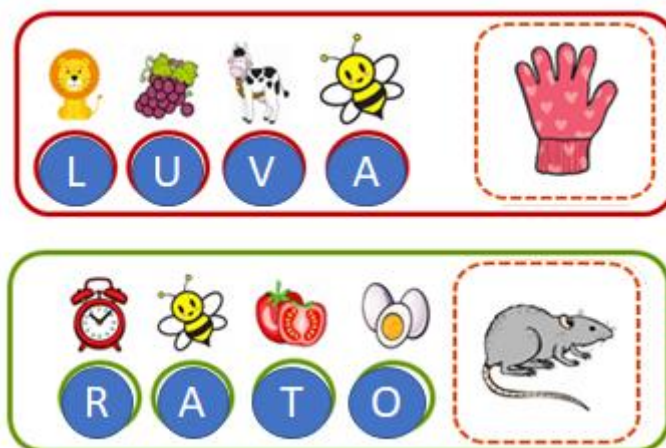
	M _ L _		M _ P _		D _ D _
	S _ N _		B _ L _		L _ V _
	G _ L _		V _ C _		D _ D _

Figuras 57 e 58.
Fonte: Acervo pessoal.

As atividades abaixo foram desenvolvidas com o objetivo de identificar o som inicial de cada imagem para a formação de outra palavra e com apoio visual de cada palavra enigmática.





Atividade realizada



Figuras 59 e 60.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo tem como objetivo circular ou pintar a palavra correta de cada imagem, auxiliando a motricidade fina e a consciência fonológica.

PINTA A PALAVRA CORRETA DE CADA IMAGEM

			
BALA	MACACO	DEDO	MINHOCA
SAPATO	CAVALO	SAPO	FORMIGA
			
GIRAFÁ	JANELA	BALA	MILHO
SAPATO	CASACO	LÁPIS	ALHO


PINTA A PALAVRA CORRETA DE CADA IMAGEM


			
BATATA	SUCO	SORVETE	ÔNIBUS
FACA	PANELA	CAFÉ	CARRO
			
NOITE	CACHORRO	CASA	MOLA
LEITE	AVIÃO	XÍCARA	BOLA


Figuras 61 e 62.
 Fonte: Acervo pessoal.


A atividade abaixo estimula a escrita espontânea e contextualizada de anúncios de jornais, incentiva a criatividade, repertório de palavras diferentes e etc.

**ESCREVE UM ANÚNCIO PARA TENTAR VENDER OS
PRODUTOS ABAIXO:**













Carla Bilém

**ESCREVE UM ANÚNCIO PARA TENTAR VENDER OS
PRODUTOS ABAIXO:**









Carla Bilém

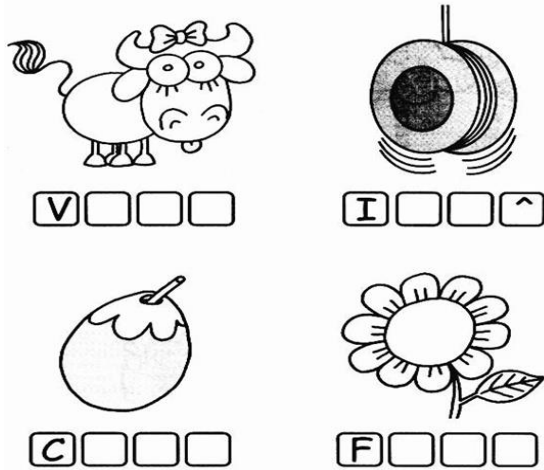
Figuras 63 e 64.
Fonte: Acervo pessoal.

Adaptações ou adequações pedagógicas são os ajustes e modificações necessários para atender as dificuldades de cada aluno, favorecendo condições específicas para o ensino/aprendizagem e assim poder auxiliar as famílias que estejam com seus filhos em ensino remoto. Segue algumas sugestões acerca de atividades propostas pelos professores e ideias de adaptações.

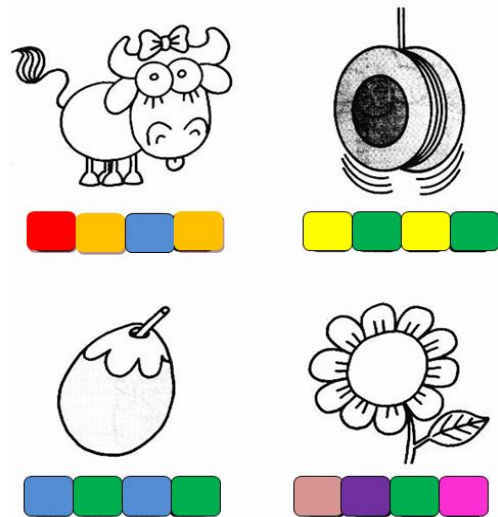
Na primeira imagem consta a atividade original proposta pela professora titular, porém foi necessário fazer algumas adaptações para que o aluno com deficiência cognitiva conseguisse realizar de forma autônoma. Na segunda imagem foram feitas

as alterações acerca de estímulos visuais com cores e a disposição das letras relacionadas. O objetivo das atividades apresentadas a seguir é justamente proporcionar a autonomia, percepção visual, identificação das letras e a grafia.

ESCREVA OS NOMES
ESCREVA OS NOMES NOS QUADRADINHOS.



ESCREVA OS NOMES



Figuras 65.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo foi adaptada a partir da primeira imagem da atividade original, sendo assim a segunda imagem já com a devida adaptação contendo as palavras a serem recortadas e coladas nos espaços adequados em cada imagem das frases enigmáticas.

⇒ COMPLETE AS FRASES COM AS PALAVRAS ABAIXO:

A) A _____ DO PALHAÇO É ENGRAÇADA.

B) O NOME DO PALHAÇO É _____.

C) PAÇOCA FAZ PALHAÇADA NA _____.

D) VOVÓ FEZ CAFÉ E COLOCOU _____.

E) MEU TÊNIS TEM _____.

F) O PAPAÍ GOSTA DE BEBER ÁGUA NA _____.

G) TODA _____-FEIRA PAÇOCA VAI À CIDADE.

H) O PALHAÇO USA LENÇO NO _____.

I) PAÇOCA AMA A _____.

J) O PALHAÇO PAÇOCA MORA NA _____.

PESCOÇO	CALÇA	CRIANÇA
TAÇA	CADARÇO	AÇÚCAR
TERÇA	PRAÇA	PAÇOCA
ROÇA		

COMPLETE AS FRASES COM AS PALAVRAS ABAIXO:

O PAPAÍ GOSTA DE BEBER ÁGUA NA _____.

A _____ DO PALHAÇO É ENGRAÇADA.


MEU TÊNIS TEM _____.

VOVÓ FEZ CAFÉ E COLOCOU NA _____.

CADARÇO	MEIA
GARRAFA	XÍCARA

Figuras 66.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo tem como objetivo simplificar através de ilustrações a atividade original e a possibilidade de proporcionar ao aluno o entendimento das ilustrações com imagens reais.



O MACACO

ELE É UM MACACO GULOSO
QUE BEM CEDO, DE MANHÃ
PENDURADO EM UM GALHO
GOSTA DE COMER MAÇÃ

GI BARBOSA

1. OBSERVE A LEITURA E MARQUE CORRETAMENTE.

O TEXTO FALA DE UM...

() LEÃO () CAVALO () MACACO

O MACACO DO TEXTO GOSTA DE COMER...

() ROMÃ () MAÇÃ () AVELÃ


2. QUE OUTRO TÍTULO VOCÊ DARIA AO TEXTO?

3. UTILIZE AS SÍLABAS DO QUADRO PARA COMPLETAR AS PALAVRAS.




MA - ME - MI - MO - MU		
------------------------	--	--

CA _____ MÃE RI _____

_____ LA _____ MI CARA _____ RU






O MACACO




ELE É UM  GULOSO
QUE BEM CEDO, DE MANHÃ
PENDURADO EM UM 
GOSTA DE COMER 

1. MARCA A RESPOSTA CERTA:

O TEXTO FALA DE UM...

()  ()  () 


O MACACO GOSTA DE COMER...

()  ()  () 

Figuras 67.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo foi adaptada com apoio visual substituindo algumas palavras dos desafios matemáticos por imagens reais. O estilo da letra script utilizada na atividade original foi trocada pela letra bastão para melhor entendimento do aluno, pois no momento o mesmo consegue ler e escrever somente com este estilo de letra.

Histórias Matemáticas



Resolva as histórias matemáticas abaixo:

1) Marina tinha 45 bonecas em sua coleção. Resolveu doar 13 para um orfanato. Com quantas ficou?

Resposta: _____

2) Na classe de Joelma estudam 12 meninos e 11 meninas. Quantos são ao todo?

Resposta: _____


3) Tenho 1 dezena de bolinhas azuis e 2 dezenas de bolinhas verdes na minha coleção. Quantas bolinhas têm em toda a coleção?

Resposta: _____



4) Mamãe fez 65 docinhos. Comemos 35. Quantos sobraram?

Resposta: _____



Histórias Matemáticas

1) MARIANA TINHA 45  EM SUA COLEÇÃO. RESOLVEU DOAR 13 PARA UM ORFANATO. COM QUANTAS FICOU?


RESPOSTA: _____

2) NA CLASSE DE JOELMA ESTUDAM 12  E 11  QUANTOS SÃO AO TODO?

RESPOSTA: _____

3) TENHO 1 DEZENA DE  E 2 DEZENAS DE  NA MINHA COLEÇÃO. QUANTAS BOLINHAS TÊM EM TODA COLEÇÃO?

RESPOSTA: _____

4) MAMÃE FEZ 65  . COMEMOS 35. QUANTOS SOBRARAM?

RESPOSTA: _____

Figuras 68.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo mostra a importância de dar dicas visuais estratégicas, por vezes o aluno deixa de realizar as atividades por falta de pistas que são fundamentais para que ele consiga desenvolvê-la com autonomia, vale ressaltar o cuidado que devemos ter em não disponibilizar muitas imagens com fundo decorativo, pois podem ser distratores no momento da realização das tarefas, em alguns momentos deve ser priorizada a utilização de palavras mais fáceis como dissílabas e trissílabas deixando para mais adiante as dificuldades ortográficas e para os numerais priorizar também os numerais que o aluno já tenha conhecimento e a partir de então aumentar os níveis de aprendizagem.

 Efetua as operações.		 EFETUA AS OPERAÇÕES.	
$\begin{array}{r} 16 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 16 \\ + 19 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 16 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 16 \\ + 19 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 14 \\ + 16 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 17 \\ + 14 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 14 \\ + 16 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 17 \\ + 14 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 20 \\ + 20 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 19 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 20 \\ + 20 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 19 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 12 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 15 \\ + 19 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 12 \\ + 17 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 15 \\ + 19 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 11 \\ + 11 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 16 \\ + 12 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 11 \\ + 11 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 16 \\ + 12 \\ \hline \end{array}$

Figuras 69.
Fonte: Acervo pessoal.

Vale ressaltar que, para colocar em prática as ideias e sugestões de adaptações e adequações pedagógicas até aqui mencionadas, tanto para o contexto escolar ou para o contexto familiar onde grande parte dos alunos encontram-se em ensino remoto, torna-se fundamental seguir algumas dicas importantes.

**6 passos
essenciais para
adaptações de
atividades:**

- 1° Passo. Conheça seu aluno;**
- 2° Passo. Entenda qual o estilo de aprendizagem do aluno;**
- 3° Passo. Estabeleça bons vínculos;**
- 4° Passo. Crie possibilidades de aprendizagens;**
- 5° Passo. Faça trocas de ideias com os demais colegas;**
- 6° Passo. Organize um material específico para cada aluno.**

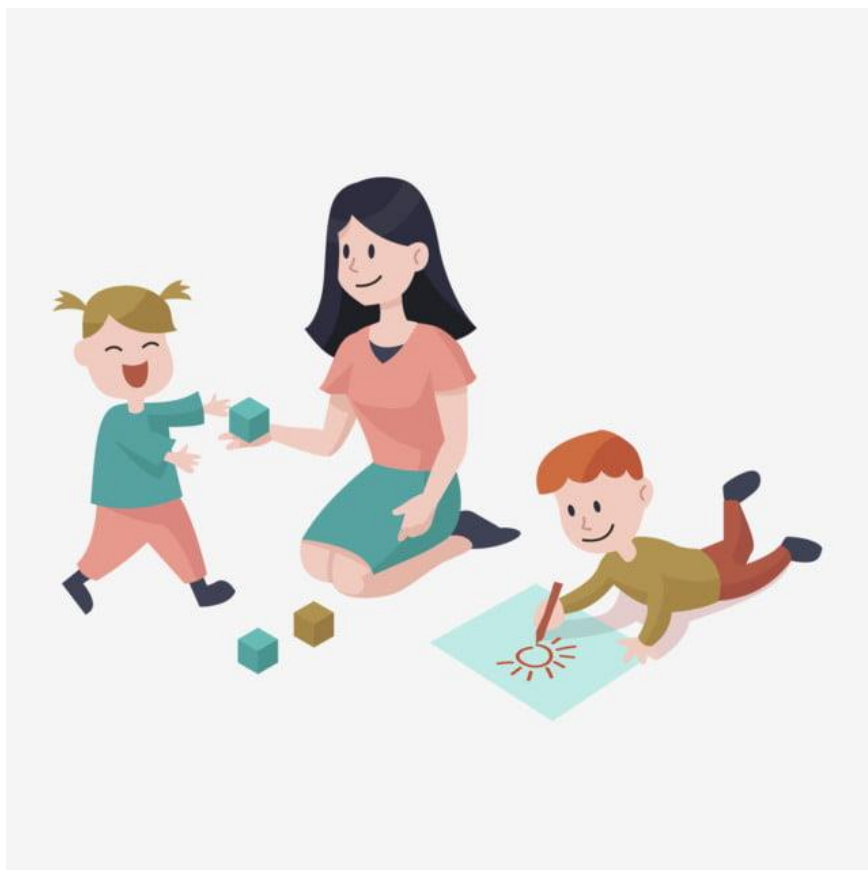
1º Passo. Conheça seu aluno

Saiba quais são as suas preferências e interesses a partir de suas vivências com a escola e a sua família. Fazer estes levantamentos são muito importantes para pensar nas adaptações ou adequações pedagógicas e suas variadas possibilidades.



2º Passo. Entenda qual o seu estágio de desenvolvimento

Torna-se importante que além de entendermos como fazer as devidas adaptações ou adequações pedagógicas, saibamos como utilizar os conteúdos, respeitando os níveis de aprendizagens dos alunos, sendo assim que estejam no estágio adequado de desenvolvimento.



3º Passo. Estabeleça bons vínculos

Torna-se relevante estabelecer vínculos positivos com o aluno, pois no momento que ambos possam estabelecer confiança, tudo torna-se mais fácil principalmente perceber se as atividades estão sendo ou não satisfatórias.



4° Passo. Crie possibilidades de aprendizagens

Criar novas e criativas formas de aprendizagens são ideias, principalmente se entendermos os estilos de aprendizagens de cada aluno, essa tarefa não é fácil mas quanto mais pesquisamos e aprofundamos sobre as estratégias e recursos mais ficamos envolvidos.



5° Passo. Faça trocas de ideias com os demais colegas;

Vale ressaltar de forma positiva a importância de fazer trocas de experiências e ideias acerca do aluno em questão, o professor titular tem total responsabilidade sobre o seu aluno que na qual faz parte da sua sala de aula e o professor de AEE será o apoio para juntos pensarem e repensarem estratégias necessárias em cada situação.

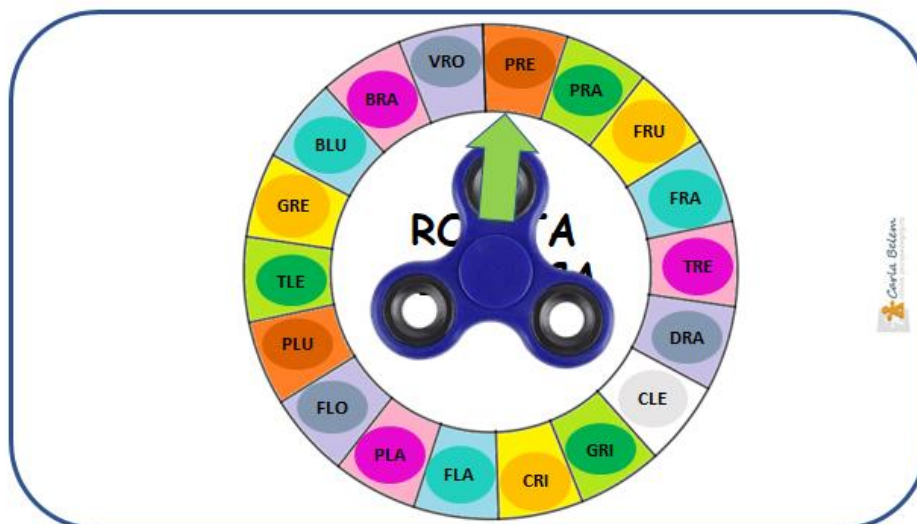
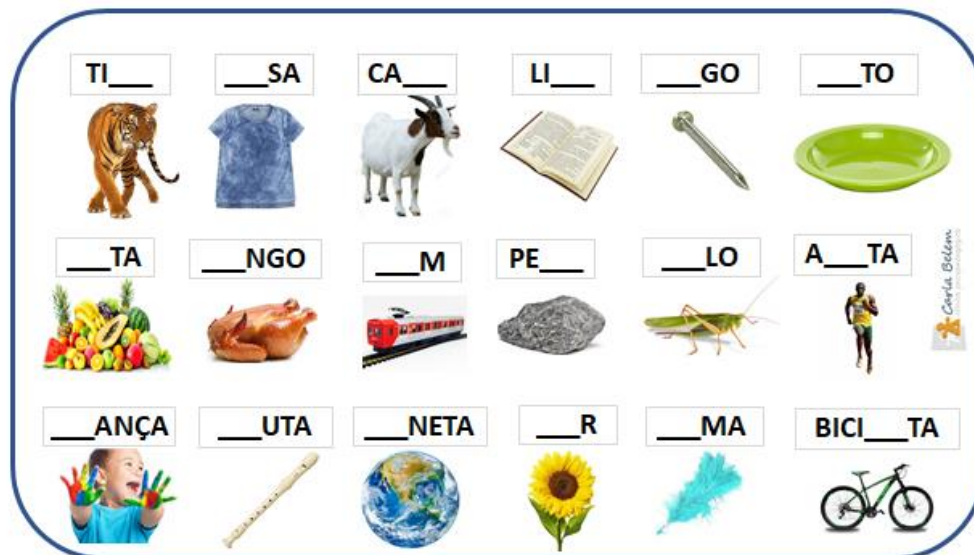


6° Passo. Organize um material específico para cada aluno.

É extremamente importante elaborar um material específico, contendo uma listagem de atividades pedagógicas que serão realizadas com o aluno, contendo os conteúdos adaptados e objetivos bem definidos, respeitando as especificidades de cada um.

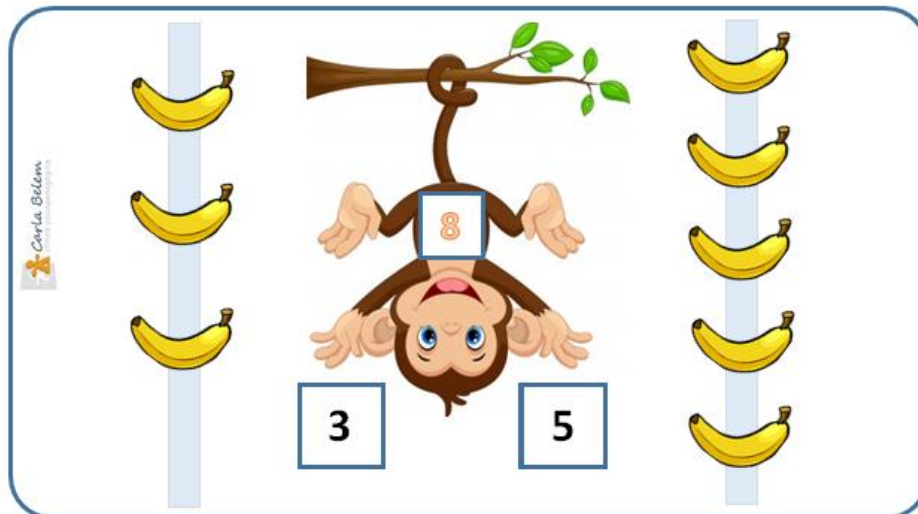
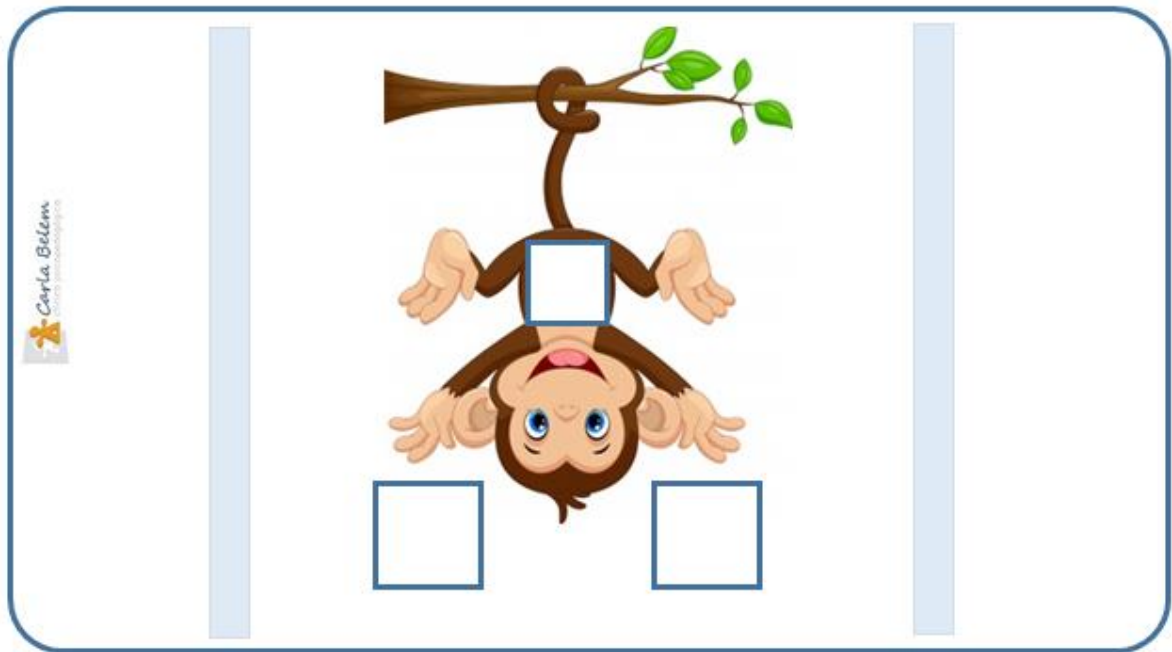


A partir das ideias e sugestões aqui mencionadas, é importante enfatizar sobre a influência positiva acerca da ludicidade no processo de desenvolvimento e aprendizagem, promovendo uma melhora significativa nos aspectos motores, cognitivos e sociais, principalmente em tempos de pandemia. Segue abaixo algumas sugestões de jogos lúdicos.



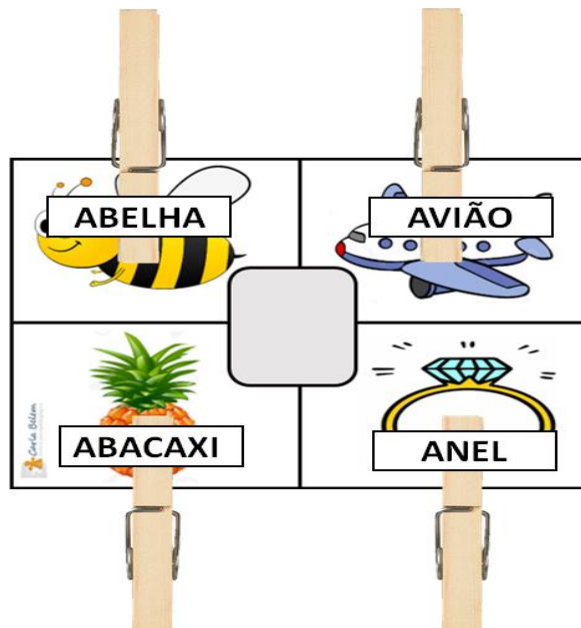
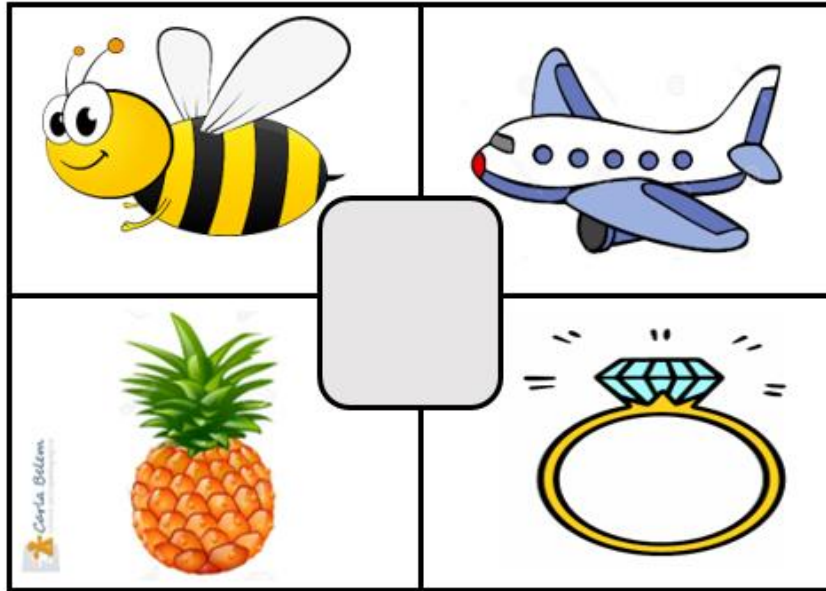
Figuras 70 e 71.
Fonte: Acervo pessoal.

No jogo da trilha do caracol abaixo é uma ideia de atividade lúdica onde poderemos trabalhar muitos aspectos importantes para o desenvolvimento dos alunos como: percepção visual, esperar a sua vez, contagens e quantidades, escrita de palavras, atenção e etc.



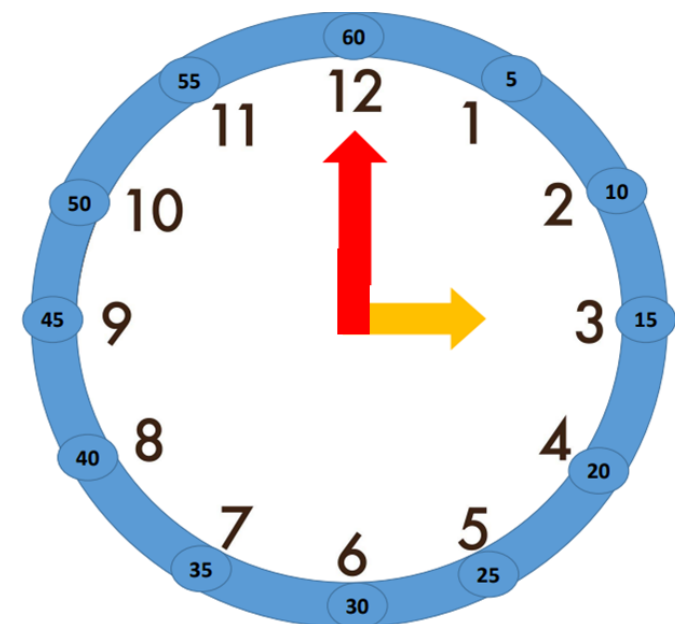
Figuras 73 e 74.
Fonte: Acervo pessoal.





A atividade pedagógica abaixo tem como objetivo apoiar de forma lúdica a alfabetização.



Figuras 75 e 76.
Fonte: Acervo pessoal.

A atividade abaixo foi produzida para trabalhar horas compreendendo as unidades de medidas de horas e minutos.



 <p>ACORDO ÀS ____ HORAS.</p>	 <p>VOU PARA A ESCOLA ÀS ____ HORAS.</p>
 <p>DURMO ÀS ____ HORAS.</p>	 <p>BRINCO ÀS ____ HORAS.</p>

Figuras 77 e 78.
Fonte: Acervo pessoal.

Significado de Inclusão

O que é a **Inclusão**:

Inclusão é o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte.

Inclusão representa um ato de igualdade entre as especificidades dos indivíduos que habitam determinada sociedade. Assim, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Fechamento

É considerada escola inclusiva, aquela que recebe os seus alunos independentemente das suas dificuldades, a inclusão destas pessoas com múltiplas dificuldades, constitui numa transição de valores, éticas e crenças que devem ser praticados nos dois contextos: escolar e familiar.

Bem sabemos que os assuntos relacionados com a inclusão, causam inseguranças por parte de alguns profissionais da área da educação, pois quando um aluno inclusivo é inserido em uma turma de ensino regular é comum surgir inúmeros questionamentos a respeito dos novos procedimentos adotados para o desenvolvimento escolar do aluno em evidência.

Referências

CUNHA, Eugênio. **Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade**. Rio de Janeiro: Editora Wak Rio de Janeiro, 2012.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Estudantes com Necessidades Especiais**. Rio de Janeiro: Editora Wak Rio de Janeiro, 2012.

PACHECO, José. **Inclusão Não Rima com Solidão**. Rio de Janeiro: Editora Wak Rio de Janeiro, 2012.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da Criança com Autismo na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Editora Wak Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Emilene Coco. **Linguagem Escrita e a Criança com Autismo**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol, MOLINA, Nilcemara Leal, DIAS, Vanda Fattori. **Orientações e Dicas Práticas para Trabalhos Acadêmicos**. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

ROTTA, Newra Tellechea, FILHO, César Augusto Bridi, BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Plasticidade Cerebral e Aprendizagem Abordagem Multidisciplinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2018.

NOVAES, Andrea Firmina. **Inclusão – Adequações Curricular para Qualificar a Atuação Pedagógica**. São Paulo: Editora Edicon, 2016.

TECNOLOGIA ASSISTIVA: METODOLOGIA E RECURSOS ADAPTADOS

Formadora: Laura Terezinha Limons



INTRODUÇÃO

O Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo o IBGE. Este número representa 8,4% da população acima de dois anos de idade.

As informações fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019. A pesquisa detalha que 7,8 milhões, ou 3,8% da população acima de dois anos, apresentam deficiência física nos membros inferiores e 2,7% das pessoas nos membros superiores. Já 3,4% dos brasileiros possuem deficiência visual; e 1,1%, deficiência auditiva. Enquanto 1,2% ou 2,5 milhões de brasileiros apresentam deficiência intelectual.

O levantamento do IBGE aponta também que apenas 28,3% de pessoas com deficiência conseguem se inserir no mercado de trabalho. A desigualdade também aparece no nível de escolaridade. Quase 68% da população com deficiência são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto. (BRASIL, 2019)

Vale lembrar que a Lei nº 13.146, aprovada em 2015, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e deu à acessibilidade caráter de lei. Com essa previsão legal, chegamos também em um conceito muito difundido dentro da Educação inclusiva: a tecnologia assistiva, que ajuda a pessoa com deficiência a realizar atividades do dia a dia e proporciona maior mobilidade. Segundo BERSCH, 2006, sempre que uma pessoa com deficiência tem uma limitação ou impedimento de uma ação, ela precisa ser apoiada por um recurso que amplia sua habilidade para a tarefa pretendida.

Quando pensamos nas dificuldades de acesso dos alunos aos conteúdos oferecidos durante o ensino remoto, é preciso estar atento, não apenas à falta de acesso à internet, mas às barreiras que alunos com deficiência podem enfrentar por não serem oferecidas atividades acessíveis.

Desta forma, a disciplina busca proporcionar ao aluno compreensão dos conceitos e recursos relacionados a tecnologias de alta e baixa complexidade disponíveis para o suporte funcional e educacional para alunos com deficiência.

Compreender conceitos e exemplos de tecnologia assistiva, introduzir o aluno a reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência no contexto escolar e proporcionar conhecimento de diferentes possibilidades de utilização de recursos e serviços de tecnologia assistiva nesse contexto.

Tecnologia Assistiva: metodologia e recursos adaptados

O ano de 2020 e 2021 foram marcados de uma maneira sem precedentes devido a pandemia pelo COVID-19. Rapidamente o mundo precisou se adaptar a um novo modo de viver: em que a criação e adoção imediata de protocolos de distanciamento social e higiene passaram a ser a prioridade na tentativa de prevenir o contágio. Alunos passaram a estudar à distância, o que evidenciou mais ainda as fragilidades da educação brasileira quando nos deparamos com a realidade de que o acesso ao ensino remoto não contempla a todos, revelando uma intrínseca insuficiência.

Esta lacuna é ainda maior quando pensamos na perspectiva da Educação Inclusiva e na garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Segundo pesquisa feita e publicada pelo Instituto Rodrigo Mendes (2020) com base em consulta feita a especialistas do mundo todo e na análise de documentos de organismos internacionais e governos de países que já elaboraram protocolos especialmente voltados à educação no período da pandemia, cabe ressaltar a profunda complexidade trazida por este novo contexto não pode ser usada como justificativa para que estudantes com deficiência sejam privados do acesso à aprendizagem.

A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à Internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico

para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p.5-6)

O desafio dessa forma de ensino é muito grande para os professores, levando em conta que alguns indivíduos com deficiência apresentam muita dificuldade em ficar sentado por muito tempo, muitas vezes não conseguem assimilar o abstrato, precisam de materiais concretos e atividades que estimulem sistemas sensoriais, além da importância das relações humanas e rotinas estabelecidas para o auxílio na aprendizagem.

Isso reforça a importância de pensar em estratégias para além da pandemia, visando atender as necessidades desses alunos e reforçar a sua inclusão em salas regulares, junto a outros alunos sem deficiência.

Para elaboração de recursos de tecnologia assistiva (TA) para o aluno com deficiência, é essencial que possamos compreender quem é o aluno, qual o contexto que está inserido, quais as condições de vida que apresenta e principalmente, o objetivo do uso da tecnologia assistiva no contexto em que se encontra. Partindo da análise dessa realidade, torna-se possível traçar estratégias que contemplem verdadeiramente o seu cotidiano, identificando a funcionalidade do sujeito, bem como, do recurso tecnológico. (BRASIL, 2009).

As tecnologias assistivas, conforme Galvão Filho (2009), apresentam-se como potencializadoras do processo inclusivo, na medida que pode proporcionar maior interação e autonomia das pessoas nos espaços educacionais e sociais.

Dessa forma, podemos dizer que **tecnologia assistiva** é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de **Recursos, Serviços e Estratégias** que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais e conseqüentemente promover **Vida Independente e Inclusão**.

O termo TA refere-se à aplicação de qualquer item, peça de equipamento, sistema ou produto adquirido comercialmente, modificado ou feito sob medida, que é usado para aumentar, manter ou devolver a capacidade funcional de indivíduos com deficiência. (Trombly, 2013)

Além dos recursos podemos inserir as estratégias empregadas para a utilização desses recursos. No contexto da pandemia, podemos compreender a importância da tecnologia assistiva como meio que proporciona a inclusão e participação no processo educacional dos alunos público da educação especial, assim como a mediação pode

ser utilizada como estratégia desse processo. Esses recursos podem potencializar a autonomia e a inclusão social, em especial nesse momento de Pandemia, elas se tornaram valiosas para garantir o acesso à escola. Para Bersch (2006), na educação, a Tecnologia Assistiva vem assumindo um papel importante, na medida que aproxima a aprendizagem e a autonomia pedagógica dos sujeitos com deficiência, potencializando as interações.

Categorias de Tecnologia Assistiva

- Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)
- Informática Acessível
- Auxílios de Vida Diária
- Adequação Postural
- Sistemas de Controle de Ambiente
- Auxílio de Mobilidade
- Modificações Arquitetônicas
- Órteses e Prótese
- Auxílios para Deficientes visuais ou auditivos
- Adaptações em Veículos



Acessibilidade

A facilidade com a qual o ambiente físico pode ser alcançado, acessado e utilizado por todos os indivíduos.

Adequação (ambiental)

Remoção das barreiras ambientais e promoção de suportes e recursos ambientais que permitem a uma pessoa com uma incapacidade usufruir de qualquer oportunidade.

Barreira ambiental

Qualquer componente do ambiente que impeça a funcionalidade ocupacional ideal.

Facilitador ambiental

Qualquer componente do ambiente que encoraje, facilite ou proporcione assistência para permitir que uma pessoa atinja a funcionalidade ocupacional mais elevada.

Adequação

A excelência de se adequar entre os fatores pessoais (por exemplo: funcionais, sociais e psicológicos), as características do ambiente (por exemplo: barreiras e facilitadores) e as características da ocupação escolhida.

Ambiente físico

As características naturais ou construídas do ambiente dentro do qual ocorre o funcionamento ocupacional.

Desenho Universal

Características do projeto do ambiente de construção que potencializa a função e a conveniência ideais para todos os indivíduos, independentemente de sua capacidade.

Baixa e alta complexidade em tecnologias assistivas

Recursos e Serviços

Os **recursos** são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência.

Os **serviços** são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos.

Recursos

Podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

Serviços

São aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de tecnologia assistiva. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos. Os serviços de Tecnologia assistiva são normalmente transdisciplinares envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como:

Terapia ocupacional
Fonoaudiologia
Fisioterapia
Educação
Psicologia
Engenharia
Arquitetura
Design
Técnicos de muitas outras especialidades

A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA ESCOLA:

A tecnologia educacional também é facilmente confundida com a Tecnologia Assistiva. Um aluno com deficiência física nos membros inferiores e que faz uso de cadeira de rodas, utilizará o computador com o mesmo objetivo que seus colegas: pesquisar na web, construir textos, tabular informações, organizar suas apresentações etc. O computador é para este aluno, como para seus colegas, uma ferramenta tecnológica aplicada no contexto educacional e, neste caso, não se trata de Tecnologia Assistiva. Qualquer aluno, tendo ou não deficiência ao utilizar um software educacional está se beneficiando da tecnologia para o aprendizado. Na escola o professor propõe

novas ferramentas tecnológicas com objetivo de diversificar e qualificar o acesso ativo dos alunos às informações e também proporcionar a eles múltiplas formas de organizarem, expressarem e apresentarem os conhecimentos construídos

Quando então a tecnologia pode ser considerada Assistiva no contexto educacional? Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. São exemplos de TA no contexto educacional os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, mobiliário acessível, recursos de mobilidade pessoal, etc.

No campo educacional, por vezes, pode haver uma distinção sutil entre TA e tecnologia educacional e para tirar dúvidas a respeito disso sugiro que se façam três perguntas:

- O recurso está sendo utilizado por um aluno que enfrenta alguma barreira em função de sua deficiência (sensorial, motora ou intelectual) e este recurso/estratégia o auxilia na superação desta barreira?
- O recurso está apoiando o aluno na realização de uma tarefa e proporcionando a ele a participação autônoma no desafio educacional, visando sempre chegar ao objetivo educacional proposto?
- Sem este recurso o aluno estaria em desvantagem ou excluído de participação?

Tendo respostas afirmativas para as três questões, podemos chamar a ferramenta utilizada pelo aluno de Tecnologia Assistiva, mesmo quando ela também se refere à tecnologia educacional comum. Podemos afirmar então que a tecnologia educacional comum nem sempre será assistiva, mas também poderá exercer a função assistiva quando favorecer de forma significativa a participação do aluno com deficiência no desempenho de uma tarefa escolar proposta a ele. Dizemos que é tecnologia assistiva quando percebemos que retirando o apoio dado pelo recurso, o aluno encontra dificuldades para realizar a tarefa e/ou fica excluído da participação.

FINALIDADE OBJETIVOS

O acesso à internet coloca facilmente à nossa vista uma série de alternativas de recursos que prometem auxiliar as pessoas com deficiência no desempenho de ações pretendidas. Muitas vezes temos a tendência de direcionar a nossa “busca” por “grupo de recursos” para grupos de pessoas com uma “determinada deficiência”: recursos para cegos, recursos para surdos, recursos para pessoas com deficiência física, recursos para pessoas com deficiência intelectual, recursos para autistas etc. Este ponto de vista não considera que as pessoas com deficiência são diferentes entre si, vivem em contextos diferentes e enfrentam problemas únicos de participação e desempenho de tarefas, nos lugares onde vivem.

Podemos resumir e afirmar então que o PAREAMENTO entre DEFICIÊNCIA X TECNOLOGIA é INSUFICIENTE na busca da alternativa em TA apropriada a uma situação problema vivida por um usuário específico. Para definir a melhor tecnologia a ser proposta para um aluno, o profissional deve observar atentamente:

• A pessoa (o aluno):

Deve-se criar a oportunidade de o aluno manifestar, de forma bem clara e objetiva, quais são os problemas que ele pretende ver resolvidos, no sentido de ter ampliada a sua participação no ambiente e nos desafios propostos a todos na escola. Quais são os interesses e prioridades do aluno neste sentido?

Deveremos também realizar uma análise sobre as condições pessoais do aluno no que diz respeito à sua condição (habilidade e dificuldades) físicas, sensorial, intelectual, emocional etc.

• O contexto:

Recursos humanos disponibilizados (ou não);

Recursos materiais disponíveis ou ausentes;

Acessibilidade ambiental e de comunicações;

Qualidade de conhecimentos da equipe e como ela consegue aplicá-los na busca de acessibilidade e participação do aluno.

Gestão de tempo dos profissionais para realização de ações em parceria (AEE, sala comum, gestão, demais parceiros). Como são estas parcerias efetivamente?

- **A tarefa:**

Com base no plano de aula do professor da sala comum e na observação das tarefas que ele propõe ao grupo de alunos perceberemos “que tarefa” está organizada de maneira a proporcionar uma “participação parcial”, ou uma “não participação do aluno” com deficiência. Sobre as barreiras que limitam a participação do aluno é que o profissional deve intervir.

A TA deverá ser então introduzida com o objetivo de ampliar a participação do aluno neste desafio/tarefa, de forma que ele realize as mesmas atividades e junto com seus colegas. Para identificação de barreiras à participação, o profissional especializado deverá observar o aluno na sala de aula comum e no momento da realização das tarefas propostas à turma. **(Análise de atividades)**

Somente depois destes conhecimentos é que o profissional poderá indicar a TA adequada.

- Neste momento é importante a participação de uma equipe interdisciplinar para o processo de escolha, indicação, treino e adaptação da TA mais apropriada.

Tecnologia Assistiva de baixo custo para o processo educacional: produção, finalidades e utilização

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, utilizados como Tecnologia Assistiva, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades.

Com muita frequência, a disponibilização de recursos e adaptações bastante simples e artesanais, às vezes construídos por seus próprios professores, torna-se a diferença, para determinados alunos com deficiência, entre poder ou não estudar, aprender e desenvolver-se, junto com seus colegas.

Falar de produtos de Tecnologia Assistiva (TA) é falar de um horizonte muitíssimo amplo de possibilidades e recursos. Conforme mencionado anteriormente,

qualquer ferramenta, adaptação, dispositivo, equipamento ou sistema que favoreça a autonomia, atividade e participação da pessoa com deficiência é efetivamente um produto de TA. Existem os produtos denominados de Baixa Tecnologia (low-tech) e os produtos de Alta Tecnologia (high-tech). Essa diferença não significa atribuir uma maior ou menor funcionalidade ou eficiência a um ou a outro, mas, sim, caracterizar apenas a maior ou menor sofisticação dos componentes com os quais esses produtos são construídos e disponibilizados. São considerados produtos de TA, portanto, desde artefatos simples como uma colher adaptada, uma bengala ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados sistemas computadorizados, utilizados para proporcionar uma maior independência, qualidade de vida, autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência ou idosa (GALVÃO FILHO, 2009).

Como o avanço acelerado dos recursos computacionais e telemáticos, vêm assumindo cada vez mais relevância, além de se tornarem cada vez mais acessíveis, os recursos de TA relacionados à área de informática. Porém, embora todas as tecnologias nos levem, cada vez mais, para uma relação direta com as tecnologias de informação, não se pode deixar de estar atento às pequenas soluções artesanais do dia-a-dia, utilizadas em casa ou numa sala de aula, por exemplo, que, embora simples, muitas vezes têm o poder de solucionar problemas concretos e complexos. Soluções simples e artesanais que, frequentemente, apresentam um alto grau de eficiência e funcionalidade. Mesmo os dispositivos ou adaptações para uso de um recurso sofisticado como o computador, por exemplo, contrariando o mito de que se tratariam de recursos caros, pouco acessíveis ou indisponíveis no país, com frequência podem ser construídos de forma artesanal, fácil, barata ou mesmo gratuita.

O suporte técnico que a escola deve dispor, não pode restringir-se apenas às fases de implementação da TA, mas deve ir além, alcançando também as fases posteriores de acompanhamento, ajustes, personalização e revisões. Esse seguimento do processo é fundamental para o sucesso da aplicação das soluções encontradas e para o não abandono da TA utilizada. Como alerta Bersch:

Um atendimento completo de TA só ocorre quando é oferecido ao usuário um seguimento adequado. Este segmento envolve ajustes, treinamentos, adequações, personalizações, adaptação ao crescimento e à mudança da condição física, e busca por novas oportunidades de atividade pessoal, que por sua vez geram novas necessidades, as quais podem ou não requerer novos recursos tecnológicos. (BERSCH, 2008, p. 16)

Produção de materiais adaptados e alternativos para apoiar o processo educativo no ensino remoto

Os recursos e serviços abordados pelas Tecnologias Assistivas acompanham o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, permeando a prática pedagógica. Deste modo, é preciso que o professor tenha claro a necessidade de seu aluno e assim possa definir estratégias de ensino, bem como os materiais necessários que facilitarão o progresso global do aluno.

Perguntas comuns:

- Como saber o que meu aluno quer se ele não pode falar?
- Será que ele entende e aprende?
- Como meu aluno poderá participar das atividades de recorte, pintura, desenho?
- Ele se sentirá excluído se ficar observando?
- Ele pode alimentar-se sozinho?
- Quem auxiliará na higiene e banheiro?
- E o aluno cego, o que é necessário para que acompanhe e tenha acesso ao que é disponibilizado a todos?
- O conhecimento é construído nas trocas comunicativas entre alunos e professor e entre colegas. Como ficará meu aluno surdo?

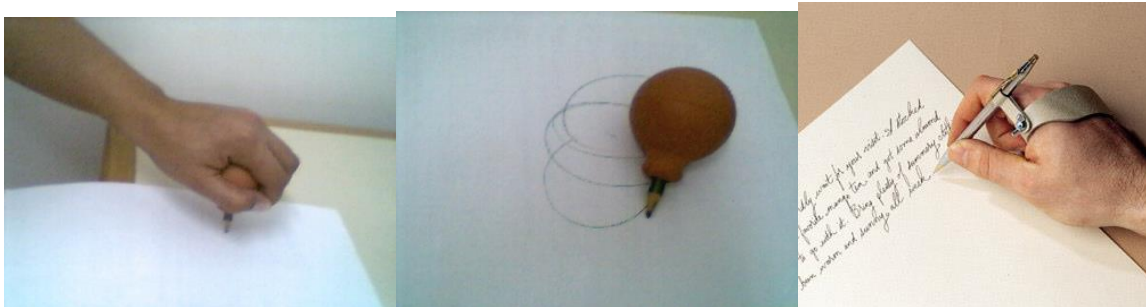
***Importante: Serviços de Tecnologia Assistiva:
Equipe interdisciplinar (peça ajuda!!!)***

Tecnologia Assistiva – Criatividade – Resolução de Problemas?

Auxílios para a vida diária e vida prática:

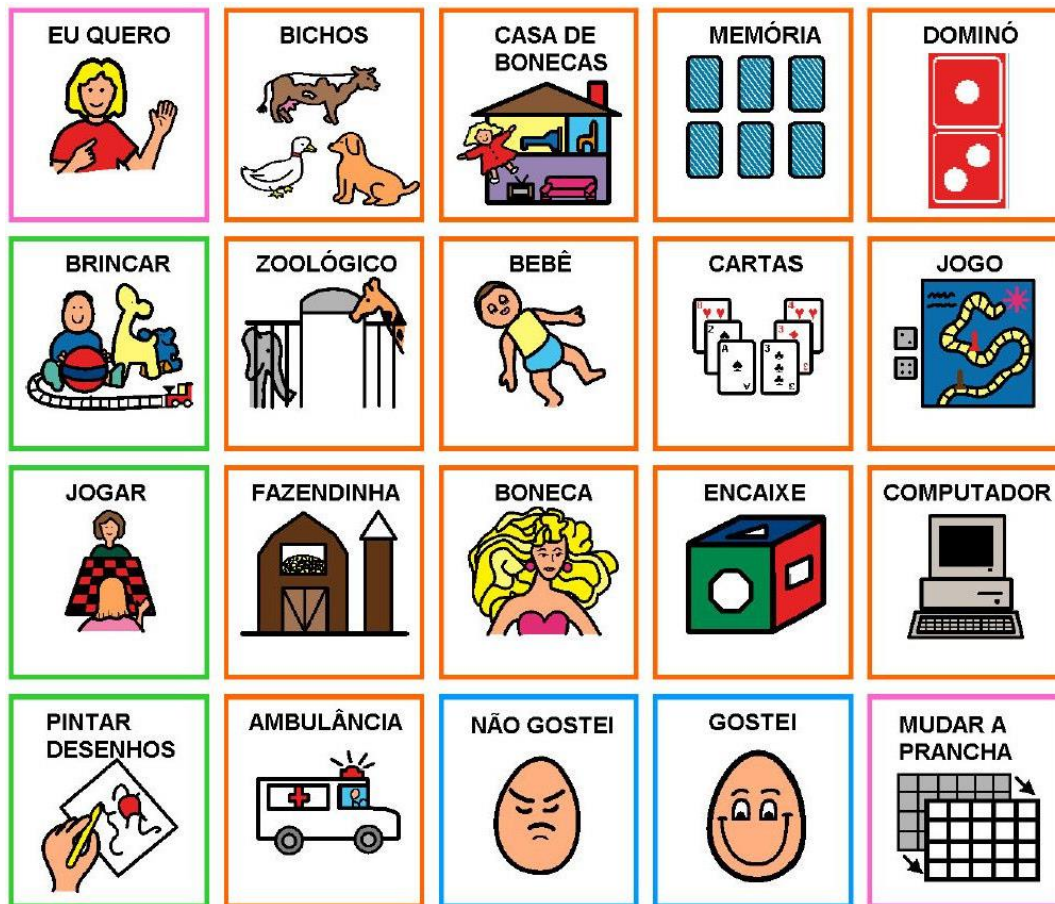
- Materiais e produtos que favorecem desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou que facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais.
- No contexto educacional são exemplos os materiais escolares especiais ou adaptados: lápis, apontador, pincel, tesoura, livros de histórias sensoriais, virador de página, plano inclinado para apoio de livros, etc.

Material Escolar Adaptado, alguns exemplos:



Figuras 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90.
Fonte: Google imagens.

Prancha de comunicação com Símbolos PECS



Figuras 91.
Fonte: Google imagens.

Adequação Postural



Figuras 92.
Fonte: Acervo pessoal.

Fechamento

FALANDO UM POUCO DE DIREITOS

A Legislação Brasileira em TA e as Ações Governamentais

Apesar de a legislação brasileira apontar para o direito do cidadão com deficiência da concessão dos recursos de tecnologia assistiva dos quais necessita, estamos no início de um trabalho para o reconhecimento e estruturação desta área de conhecimento em nosso país. Inicial também é o estágio de incentivos à pesquisa e à produção nacional de recursos de TA, que venham a atender a grande demanda reprimida existente, no entanto, passos importantes estão acontecendo nestes últimos anos. No que se refere à legislação nacional podemos mencionar a promulgação do Decreto 3.298 de 1999, que no artigo 19, fala do direito do cidadão brasileiro com deficiência às Ajudas Técnicas. Nele consta que: “Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Também o decreto 5.296 de 2004 que dá prioridade de atendimento e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possui um capítulo específico sobre as ajudas técnicas (VII) onde descreve várias intenções governamentais na área da tecnologia assistiva, além de referir a constituição do CAT/SEDH. Neste decreto encontramos que: “Consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade de pessoas portadoras de deficiência, com habilidade reduzida favorecendo autonomia pessoal, total ou assistida”.

O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência da ONU e a incorporou ao seu ordenamento jurídico conferindo-lhe equivalência constitucional. (BRASIL, SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. 2012)

Os Estados partem desta Convenção comprometem-se a assegurar os direitos nela impressos e aqui destacamos todos os artigos referentes ao tema da Tecnologia Assistiva:

Artigo 4. Das obrigações gerais: Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível; Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;

Artigo 20: Mobilidade pessoal: Facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível; Incentivando entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência.

Artigo 26: Habilitação e reabilitação: Os Estados Partes promoverão a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com a habilitação e a reabilitação.

Artigo 29: Participação na vida política e pública.: Proteção do direito das pessoas com deficiência ao voto secreto em eleições e plebiscitos, sem intimidação, e a candidatar-se nas eleições, efetivamente ocupar cargos eletivos e desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, usando novas tecnologias assistivas, quando apropriado;

Artigo 32: Cooperação Internacional Propiciar, de maneira apropriada, assistência técnica e financeira, inclusive mediante facilitação do acesso a tecnologias assistivas e acessíveis e seu compartilhamento, bem como por meio de transferência de tecnologias.

Mais recentemente temos a Lei Brasileira de Inclusão, LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que no seu Art. 74 diz: "É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida."

A legislação brasileira estabelece o direito à tecnologia assistiva e preconiza uma ação propositiva da parte do governo, para atender esta demanda, no entanto, o cidadão brasileiro com deficiência carece primeiramente da informação sobre a existência desta legislação e da implicação disto sobre o que lhe é de direito. Não há ainda uma orientação pública acessível (texto orientador ou site institucional) que concentre as informações necessárias sobre Tecnologia Assistiva e aponte aos usuários finais, de forma clara e fácil, os caminhos para o acesso a estes bens e serviços públicos. As informações existentes estão pulverizadas e ficam, muitas vezes, restritas aos diferentes agentes de governo e que atuam nas áreas saúde, educação, assistência social, direitos humanos, trabalho, fazenda etc.

Cientes que nossa legislação garante o acesso à Tecnologia Assistiva cabe agora fiscalizarmos e pressionarmos o governo e autoridades constituídas, no sentido de dar continuidade às ações e políticas públicas já iniciadas dentro desta temática.

De 2007 a 2010 tivemos importantes ações decorrentes da Agenda Social da Presidência da República e mais recentemente, 2011 para cá, do Programa Viver sem Limites, também da Presidência. Recursos financeiros públicos estão sendo aplicados em políticas sociais que integram ações de vários Ministérios e são voltadas às pessoas com deficiência. Entre elas, estão o incremento da pesquisa, desenvolvimento e inovação da TA (Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação) e a organização de redes de serviços e concessão de Tecnologia Assistiva (Ministério da Saúde).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Ministério da Educação) efetivou os Programas Salas de Recursos Multifuncionais e o Programa Escola Acessível. Uma ação conjunta entre Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Fazenda e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com o Banco do Brasil, promoveu a criação de um crédito especial subsidiado para a compra direta de 250 itens de produtos de TA. O usuário possui acesso a crédito facilitado, o "BB Crédito Acessibilidade" que conta com taxa de juros de 0,57% ao mês para quem recebe até cinco salários mínimos, ou 0,64% para quem recebe de seis a dez salários mínimos mensais. Para compra do bem ou serviço o financiamento pode ser de até 100% do valor, com limite máximo de até R\$30 mil por pessoa e prestações debitadas diretamente na conta corrente. O prazo para quitação é de quatro a 60 meses e a primeira prestação pode ser paga em até 59 dias. Outra ação que teve por objetivo facilitar o acesso à Tecnologia Assistiva e a diminuição do custo final dos produtos, foi

feita pelo Ministério da Fazenda ao aprovar a isenção de impostos de importação de alguns itens de TA não fabricados no Brasil.

Segundo resultados divulgados pelo IBGE, do Censo 2010, o País possui 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,91% da população. No campo da Tecnologia Assistiva esses números revelam a grande demanda existente no sentido de se incrementar ações de desenvolvimento e concessão destes recursos que são fundamentais à promoção da inclusão das pessoas com deficiência, tanto no campo da educação, inserção no trabalho como na vida em sociedade. Apesar de visualizarmos ações importantes, podemos afirmar que estamos dando os primeiros passos e o que conseguimos fazer no momento atual ainda é insuficiente.

Como ter acesso a financiamento para compra de TA no âmbito das escolas públicas?

As redes públicas de educação possuem financiamento para compra de recursos de TA por meio dos programas Salas de Recursos Multifuncionais, Escola Acessível, do Plano de Ações Articuladas - PAR e do Fundeb duplo.

O Ministério da Educação introduziu o Serviço de Tecnologia Assistiva nas escolas públicas por meio do Programa “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRMF). As SRMF são espaços onde o professor especializado realiza o “Atendimento Educacional Especializado” (AEE) para alunos com deficiência, no contraturno escolar. É atribuição do professor do AEE reconhecer as necessidades de recursos pedagógicos e de recursos de Tecnologia Assistiva que serão necessários à participação de seu aluno nos desafios de aprendizagem que acontecem no dia a dia da escola comum. Identificando o recurso de TA apropriado o professor encaminhará a sua aquisição e trabalhará junto com seu aluno capacitando-o no uso da tecnologia. Juntos, levarão esta ferramenta para a escola, visando a superação das barreiras à participação do aluno nos vários projetos, experimentos, acesso às informações, produções/registros pessoais, comunicação e avaliações.

O programa Escola Acessível disponibiliza verba diretamente na escola na promoção da acessibilidade arquitetônica e compra de recursos de TA.

No PAR – Plano de Ações Articuladas, as secretarias de educação municipais e estaduais poderão demandar verbas para adequação do espaço físico de suas escolas, tornando-as acessíveis, poderão ainda solicitar salas de recursos multifuncionais e

verbas específicas para compra de recursos de TA destinados à complementação dos equipamentos já existentes nas salas de AEE ou que deverão servir diretamente aos alunos atendidos por este serviço. Ainda no PAR o gestor poderá demandar verbas para a organização de eventos de formação dos profissionais da educação e estes, poderão contemplar o Tema da Tecnologia Assistiva no contexto educacional.

As prefeituras e estados recebem do governo federal o valor referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No caso dos alunos com deficiência o repasse deste valor é acrescido de 1.2 nas matrículas daqueles que frequentam classes comuns do ensino regular e o atendimento educacional especializado. Este valor adicional poderá ser utilizado para a compra de recursos de tecnologia assistiva e também em outras ações destinadas a qualificar a educação inclusiva e a ação da educação especial nesta perspectiva, sendo um exemplo o investimento na formação dos gestores, dos profissionais do AEE e da escola comum.

BONS ESTUDOS PARA TODOS E TODAS!!!



“Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis.
Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.”

Mary Pat Radabaugh

Referências

- ADA - AMERICAN WITH DISABILITIES ACT** 1994. Disponível em: <http://www.resna.org/taproject/library/laws/techact94.htm> Acesso em 05/09/2021.
- BAPTISTA, Cláudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. 12º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. conhecimento local e conhecimento universal.** Curitiba, 20 de agosto a 1º de setembro de 2004. Disponível em: <http://peadinclusao.pbworks.com/f/palestraclaudio.pdf>, acessado em 28 de setembro de 2021.
- BERSCH, R. C. R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva. Ensaios Pedagógicos. In: Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 2006.** Brasília: MEC/SEE, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006>. Acessado em 28/09/2021
- BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008.**
- BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva e modelos de abordagem da deficiência.** Porto Alegre: CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2006.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educativas especiais-** Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** Brasília, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-62.pdf>.
- BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDP.** 2012 Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/> Acesso em 06/09/2021
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf. Acesso em 10/09/2021
- CARVALHO, A. C. S. et al. **Acessibilidade.** FMP/FASE. Cartilha. Petrópolis – RJ. Brasil. 2017. Disponível em <http://fmpfase.edu.br/pdf/cartAcessibilidade/CartilhaAcessibilidade.pdf>

CAVALCANTI, A. et al. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CRUZ, D. M. C. **Terapia Ocupacional na reabilitação pós-acidente vascular encefálico**. São Paulo: Santos, 2012.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educarn. 31, Curitiba: Editora UFPR, 2008.

DECRETO Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 06/08/2021.

DECRETO Nº 3.298, de 29 de dezembro de 1999.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em 06/08/2021

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

LIMA, Niusarete Margarida de. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

MENDES, Instituto Rodrigo. **PROTOCOLOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais**. 2020.

PINTO, L. F., Silva, V.S.T.M. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS-2019) e o Primary Care Assesment Tool (PCAT): a construção de uma nova linha de base para avaliação dos serviços de saúde no Brasil**. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Nov.). disponível em:

<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/pesquisa-nacional-de-saude-pns2019-e-o-primary-care-assement-tool-pcat-a-construcao-de-uma-nova-linha-de-base-para-avaliacao-dos-servicos-de-saude-no-brasil/17833?id=17833>

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 362, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012. Disponível em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_genérico_imagens-filefielddescription%5D_58.pdf Acesso em 07/08/2021.

TROMBLY, C. A. L. et. al. **Terapia Ocupacional para disfunção física**. São Paulo: Santos, 2013.

Considerações Finais

OS CURSOS AEE OFERTADOS PELO IB/UFPEL NA PERSPECTIVA DE UM DOCENTE-ADMINISTRADOR

Iniciar a redação de algum texto sempre exige um pequeno esforço para superarmos nossa inércia mental e passarmos a registrar de forma gráfica nossas ideias sobre um dado tema. No momento em que fui convidado a escrever um capítulo para a obra de compilação das atividades realizadas e registradas nos Cursos de Extensão em Atendimento Educacional Especializado (AEE) me vi desafiado a entrar num universo relativamente novo em minha experiência profissional, mas superados os medos, aceitei o convite e aqui estou apresentando as considerações sobre minha percepção em relação aos Cursos e aos temas abordados e trabalhados pela equipe que ofertou os referidos Cursos, pelos seus colaboradores e participantes. Visando facilitar a compreensão da minha hesitação inicial farei uma abordagem da minha trajetória de formação e dos meus 35 anos de exercício profissional no Ensino Médio e Superior abordando alguns aspectos dessas vivências que julgo necessários para apresentar minha construção pessoal sobre os temas aqui abordados de forma resumida.

DA FORMAÇÃO

A minha formação começou na Educação Infantil no Jardim de Infância onde iniciei minha socialização, depois tive um ensino de 1º grau tradicional conteudista seguido de um ensino de 2º grau técnico com formação de habilidades para o mercado de trabalho (auxiliar de arquitetura), sendo a primeira parte da Educação Básica (atual ensino Fundamental) feita em Escolas Públicas de uma cidade de pequeno porte com a economia baseada na agropecuária. A conclusão do 2º grau (atual ensino Médio) ocorreu em uma cidade do interior de porte médio no coração do Rio Grande do Sul onde a Universidade Federal tinha um papel relevante na sua economia. Nessa trajetória Eu não vivenciei a experiência de ter algum colega com necessidades educacionais especiais. Uma exceção foi feita no final do ensino médio onde na escola que frequentava havia ingressado um cadeirante. Tão pouco essa

escola pública era inclusiva, pois o acesso se dava por diferentes métodos de seleção. Essa formação era tida como modelo e não admitia fracassos escolares, sendo que o número de alunos que ingressava deveria ser igual ao que saia (Modelo Prussiano), assim como, o foco era disciplinar, pois nesse tempo vivíamos sob a regência do AI5. Recordo que o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964 no Brasil.

Concluída essa etapa de ensino para acesso a Universidade passei pelo Vestibular, tendo feito para isso reforço num dos métodos de formação em expansão nessa época, ou seja, os cursinhos pré-vestibular. Mesmo com uma formação conteudista baseada na disciplina esse gargalo era gigante, pois a oferta de vagas era limitada. Passado o vestibular ingressei no Curso de Ciências Biológicas Licenciatura já no advento das manifestações pró-democracia. No entanto, o ensino seguiu praticamente a mesma metodologia, somente com a diferença de mais recursos didáticos (sai do mimeógrafo a álcool ao com tinta, seguido do projetor de livros, retroprojetor e projetor de diapositivos começando pelo de unidades individualizadas, depois o de carretel linear chegando ao de carrossel. Também surgiram os primeiros microcomputadores com a linguagem DOS) e aulas práticas bem elaboradas e adequadas. Na formação pedagógica além da legislação vigente aprendíamos a “como dar aulas” numa realidade dissociada da que encontrávamos na prática escolar. Nesse período no meu Curso de graduação não havia pessoas com necessidades educacionais especiais, nem tão pouco recursos para permanência estudantil, além do difícil acesso à Universidade Pública. Cabe ressaltar que durante toda essa trajetória jamais recebi qualquer formação prática ou fui apresentado a legislação sobre processos inclusivos de qualquer natureza.

Prossigui para a pós-graduação na área de geociências paleontologia (mestrado - UFRGS), estudos de aperfeiçoamento em neurobiologia na Espanha (Universidad de Leon) e doutorado em bem-estar animal (Zootecnia – UFPEL). Nesse tempo já vivenciei propostas de inclusão iniciando sua gestação e tive acesso a novos recursos didáticos como o Datashow, a WEB e assim por diante. Por outro lado, mesmo com esses processos inclusivos em fase inicial de implantação, nessa formação não tive nenhum preparo para essa realidade. Cabe ressaltar que as IFES

são consideradas pela sua qualidade na sua formação de egressos. Paralelamente realizei vários Cursos de Formação, sobretudo em gestão, gestão de riscos e similares. O processo de formação persiste através de cursos de qualificação, como por exemplo, ForRisco que trata do gerenciamento de riscos em instituições públicas na prática que se aplica à prevenção de riscos nas diversas esferas administrativas do serviço público e que é necessário na formação do docente-administrador e outros cursos como, por exemplo, treinamento para o uso de sistemas como SEI, SISRERF, SouGov, COBALTO, SIGEPE, etc.) assim como formação para o docente-professor ministrar aulas remotas durante a pandemia (AVA, e-aula UFPEL, Google Meet, dentre outros), ainda há formação para o docente-pesquisador (Plataformas CNPq, SISBIO, SISGEN, etc.) e do docente-extensionista (projetos unificados, dentre outros).

DA ATUAÇÃO

Durante a graduação, mais especificamente enquanto fazia o estágio curricular fui contratado pelo Círculo de Pais e Mestres de uma escola estadual pública através de RPA para ministrar aulas de Biologia a turmas de terceira série do Ensino Médio que eram consideradas problemáticas, mas que tiveram uma excelente convivência comigo. Com a formação descrita comecei a ministrar aulas em uma Faculdade Privada (FUNBA – Faculdade de Veterinária na Região da Campanha que depois virou a URCAMP) onde ministrava aulas de Histologia. Faço um parêntese que esse foi um desafio, pois, essa disciplina foi muito mal ministrada na minha graduação e com isso tive que aprender no exercício profissional (formação no exercício) para poder ensiná-la. Meus alunos tinham quase que minha idade, outro desafio que tive que superar, felizmente a didática tradicional auxiliou nessa fase, pois como Instituição de Ensino Superior Privada os métodos eram tradicionais. Paralelamente, administrava um Museu de Paleontologia em São Pedro do Sul nos finais de semana e feriados, além de cursar o Mestrado. Nesse período viajava 24 horas por semana para atender essas atividades aproveitando os deslocamentos de uma cidade a outra para preparar aulas, corrigir avaliações maximizando ao máximo o uso desse tempo. Na administração do Museu atuei na formação de biólogos na paleontologia do Triássico Superior, hoje parte dessa atividade auxiliou no recente reconhecimento dessa região no *Guinness Book* em função da sua riqueza em fósseis animais e

vegetais (uma verdadeira floresta petrificada que me oportunizou estudar e descrever seus processos de fossilização). Depois de 5 anos na Universidade Privada, onde também ministrei aulas ao Curso de Fisioterapia, participei do processo de transformação da Instituição de Faculdades Unidas a Universidade (URCAMP). Montei uma equipe de trabalho, todos inicialmente horistas (Regime 20 horas, alguns depois passaram a 40 horas) e junto construímos um laboratório regional de análises histopatológicas qualificando o ensino ministrado. Em todo tempo que atuei nessa Instituição não tive alunos com qualquer tipo de necessidade educacional especial e o único processo inclusivo era a concessão de bolsas a poucos alunos carentes.

Em 1992 ingressei na UFPEL no Departamento de Morfologia (como professor da área de Histologia, Anatomia do Desenvolvimento, Embriologia e Biologia Celular), onde no primeiro ano de atuação recebi a tarefa com outros dois colegas da Unidade de criar um Curso que desse identidade ao Instituto de Biologia que na sua essência ministrava disciplinas básicas (das áreas de botânica, ecologia, zoologia, genética, morfologia, fisiologia, farmacologia, parasitologia, microbiologia) a mais de 12 cursos de graduação e iniciava a oferta de cursos próprios de pós-graduação. Assim em dois anos foi criado o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas e que, por força de legislação foi desdobrado em dois cursos posteriormente. Após a criação do Curso fui seu primeiro Coordenador e como estava em implantação quando faltava algum docente para uma dada disciplina acabava ministrando a mesma, de forma que, a primeira turma de egressos, teve na sua formação muito da minha contribuição docente. Em seguida passei atuar na gestão como Diretor de Ensino da Pró-Reitoria de Graduação (atual Pró-Reitoria de Ensino) onde fui responsável pela administração dos cursos de graduação e das bibliotecas entre outras funções do cargo. Prossegui atuando na gestão no processo vestibular sendo membro da COPERV e responsável pela segurança, diagramação, impressão e distribuição das provas por 5 anos. Depois administrei o Departamento de Morfologia, sendo Chefe e Subchefe dele assumindo a função de Pró-Reitor de Graduação durante a implantação do PROGRAMA REUNI.

Como Pró-Reitor de Graduação participei ativamente da criação da UNIPAMPA em especial dos Campus de Bagé, Dom Pedrito, Jaguarão, Caçapava do Sul e Santana do Livramento dando o suporte pedagógico para a criação dos cursos dessa IFES. Esse momento foi de expansão dos Cursos da UFPEL que praticamente

duplicaram e a oferta de vagas aumentou, sendo aqui gestados os embriões da inclusão e a preocupação com a permanência e evasão, mais por força de Lei do que pela realidade Institucional à época. O processo inclusivo que vivenciei nesse momento foi coordenação do Programa de Formação de Professores Leigos no exercício, fora da sede, um desafio imenso onde foram plantadas as primeiras sementes da Educação à Distância na UFPEL. Depois da Pró-Reitoria retornei à função de Chefe de Departamento de Morfologia e, atualmente assumi, após processo eleitoral, a função de Diretor do Instituto de Biologia.

Atuei em pesquisa e extensão, sendo que na interface do ensino e da extensão participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UFPEL) na área de biologia atendendo escolas em projetos interdisciplinares e multidisciplinares, coordenando grupo de trabalho em Escolas Públicas Estaduais e Municipais com equipe formada por discentes e docentes da maioria das licenciaturas da UFPEL (Física, Matemática, Ciências Biológicas, Teatro, Geografia, História, Ciências Sociais, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Química) atuando junto às séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio através da proposição, elaboração e execução de projetos permitindo a interação de discentes universitários de forma precoce com aqueles dos níveis de ensino abrangidos pelo Programa. Auxiliei na criação do Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre (NURFS) a mais de 15 anos atrás e o Coordeno até o presente momento prestando serviços a preservação da fauna silvestre brasileira.

Nessa trajetória vivenciei o desafio da inclusão na Universidade com as diferentes Cotas em Implantação, o planejamento para superar a ausência de acessibilidade física, a implantação de estruturas para gestão dessa realidade (ex. NAI), a contratação de profissionais em AEE e o desafio docente para atender essa demanda justa e verdadeira. Também veio a mudança do perfil dos ingressantes nos Cursos de Graduação parte devida ao ENEM e a Assistência Estudantil com maior diversidade e o fim da regionalização (mantida em parte graças ao PAVE). Nesse cenário e com a formação que apresentei tive que me reconstruir como docente vendo as fragilidades frente ao desconhecido tendo que vivenciá-lo quando apresentado, sendo que, a formação que deveria acontecer previamente para enfrentamento dessa

realidade, não aconteceu. Em outras palavras, aprendi a trocar o pneu com o “carro andando”.

Esse processo além da inexistência de formação para atender essa necessidade foi dificultado pela demora nos processos internos da Instituição para nos alertar sobre a presença desses alunos em sala de aula, que muitas vezes era relatada pelos próprios alunos, gerando desconforto na situação, ou mesmo após a aplicação de avaliações sem atentar a nenhuma didática aplicada a necessidade educacional especializada necessária para atender essa demanda. Dentre minhas experiências vivenciadas em sala de aula encontrei alunos diagnosticados com déficit intelectual, TDAH, síndrome do espectro autista, deficiência motora e auditiva recordando que, além de não ter tido um processo de formação específica para esse perfil de alunos, os pareceres orientadores, por uma série de fatores (Dentre eles, por exemplo, a confirmação de matrícula) chegavam até um mês depois de iniciadas as aulas e nos obrigavam a “correr atrás” para resgatar esses alunos usando metodologias adequadas oriundas dessas referidas notas técnicas buscando minimizar os prejuízos decorrentes desse atraso.

Esse cenário se agravou com o ensino remoto implantado de forma compulsória em decorrência da pandemia da COVID19. Se para aqueles alunos sem deficiências físicas ou intelectuais foi difícil essa adaptação, avalie-se a situação do grupo que as possui. Esse é o desafio do momento, assim como a recuperação dos conteúdos e habilidades não desenvolvidas em função desse cenário e a necessidade de apoiar aqueles docentes que estão ingressando na carreira para fazer frente a essas demandas no ensino de graduação e pós-graduação. Em síntese tive que atuar num cenário diferente do meu habitual, o que gerou desconforto inicial, mas, como em outros momentos da minha trajetória como professor foi o que me fez buscar as soluções a esse desconforto. Com certeza aqui vale aquela máxima: “O caos gera vida, ao passo que a ordem gera o hábito” (Henry Adams).

Outro fator importante a ser salientado é a mudança no modo de pensar, pois incluir não é somente “colocar dentro”, o que pode ser até “exclusão” mas, sim oportunizar que esse discente tenha a mesma qualidade de oportunidades que seus colegas, que o itinerário seja adequado a sua realidade, que tenha equidade, qualidade e inserção ao seu meio ambiente com vistas a sua preservação, dentre

outros aspectos, em fim que as “desigualdades” de qualquer natureza sejam desafios para a inclusão e verdadeira transformação social que desejamos. Devemos recordar que a verdadeira inclusão social deve apresentar um conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, gênero, poder aquisitivo, dentre outras formas de exclusão, dentro da comunidade.

O “caos” da desigualdade nos causa desconforto, esse por sua vez gera ações e buscas de respostas que nos levam a soluções e essas nos permitem novas práticas que geram novos desconfortos e assim vamos caminhando em direção a um futuro com inclusão real, mesmo que as vezes tenhamos tropeços em função de políticas governamentais equivocadas e não baseadas no método científico e, por consequência na Ciência. Poderia seguir apresentando outros fatores, como a fome, ausência de moradia, diferenças de crença, etnia, entre outras, que antes da diversificação da comunidade estudantil da UFPEL não eram perceptíveis e que hoje devemos estar atentos a elas além das nossas percepções metodológicas para que nossos alunos atinjam êxito na construção dos seus itinerários de formação de forma equitativa, com qualidade e uma visão de formação holística em harmonia com o meio ambiente.

DA GESTÃO DE PROJETOS

O cenário que apresentei sobre minha formação e atuação profissional pode ter sido feito com que alguns dos leitores se identifiquem, de diferentes modos e tempos, na construção de sua trajetória até a chegada aos cursos de AEE. Partindo dessa premissa entendo a importância da oferta de cursos de extensão dessa natureza pela UFPEL, uma vez que, é uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade que tem excelência nesse saber. Passo agora a dissertar como me inseri no cenário dos Cursos de Extensão em AEE que foram ofertados, assim como a especialização e qual meu papel dentro desse cenário.

Contextualizando, como Diretor do Instituto de Biologia administro uma unidade básica de ensino que oferta disciplinas na graduação e pós-graduação nas áreas de Botânica (DB), Ecologia, Zoologia e Genética (DEZG), Fisiologia e Farmacologia (DFF), Morfologia Humana e Animal (DM) e Microbiologia e

Parasitologia (DMP) estando organizada em cinco Departamentos (DB, DEZG, DFF, DM, DMP) e quatro Órgãos Suplementares a saber: Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCR), Horto Botânico Irmão Teodósio, Herbário Pel. e Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre (NURFS) além de realizar atividades de extensão (onde está inserida a oferta dos Cursos AEE), pesquisa e prestação de serviços.

No Instituto de Biologia somos 115 servidores públicos, dos quais 81 docentes e 34 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) que são responsáveis pela oferta desses serviços à população estudantil dos Cursos de Graduação em Agronomia, Medicina, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Dança e Teatro, Educação Física, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Gestão Ambiental além dos seus Cursos próprios de Graduação em Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura e Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Microbiologia e Parasitologia; Mestrado e Doutorado em Fisiologia Vegetal; Mestrado Acadêmico em Entomologia; Mestrado Acadêmico em Biologia Animal, Mestrado em Biodiversidade Animal e Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas, da Sociedade Brasileira de Fisiologia, além dos Cursos de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis e Serviço em Atendimento Educacional Especializado (SAEE).

Cabe ao Diretor do Instituto com seu Vice-Diretor e Chefe do Núcleo Administrativo administrar a Unidade fazendo cumprir as normativas vigentes e as deliberações do Conselho Departamental da Unidade (CD/IB), do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e do Conselho Universitário (CONSUN), sendo que seus atos são apreciados pelo CD/IB que é a instância Colegiada Administrativa da Unidade, de modo similar aos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Sendo a UFPEL uma Universidade Pública sua Gestão é norteadada pelos ritos administrativos (para tramitação e emissão de documentos, compras, serviços terceirizados, alimentação – RE, transporte, assistência estudantil, etc.) que, em muitos casos, dependem de aprovação dos seus Colegiados, como por exemplo, a oferta de cursos de graduação presenciais e em EAD e de extensão, entre outros, o que em geral leva no rito administrativo alguns meses. Esses Cursos necessitarão da contratação de pessoal em serviços de terceiros (Pessoa Física e/ou Jurídica), aquisição de insumos, aquisição de

equipamentos, infraestruturas e pequenas e médias obras, dentre outras necessidades, sendo que cada uma dessas necessidades tem ritos próprios e instâncias para aprovação. Para facilitar a compreensão desses ritos, suas dificuldades e prazos apresento dois exemplos a seguir.

Exemplo 01 – Oferta de Curso de Extensão – proposição pelo docente coordenador no sistema COBALTO em projetos Unificados, remessa via sistema para Comissão de Avaliação Institucional, aprovação pelo Diretor da Unidade no COBALTO, remessa ao COCEPE para aprovação e retorno a Unidade após aprovação pelo COCEPE para execução. Esses passos levam, numa tramitação rápida, se tudo estiver adequado e coincidirem as datas de reuniões dos Conselhos cerca de 45 dias. Paralelamente o docente após inserir a proposta de projeto no sistema COBALTO ele deve imprimi-la e tramitar no seu Departamento em reunião ordinária (mensal) ou extraordinária (convocada com pauta única mediante caráter de urgência) para essa na análise inicial é necessário abrir processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e tramitar o mesmo, após aprovado no Departamento será inserida a Ata de Aprovação da Reunião realizada e tramitado para apreciação do Conselho Departamental em reunião ordinária ou extraordinária. Em geral esses passos levam com excelente tramitação de 30 a 45 dias. Após concluído o Curso a mesma tramitação deve ocorrer para que seja possível a emissão de certificados.

Exemplo 02 – Aquisição de insumos de custeio. Para o custeio de cursos ofertados a primeira coisa a fazer é ver a natureza das despesas que vamos ter, seja de consumo, material permanente, serviços de terceiros pessoa Jurídica e/ou Física; passagens, diárias, dentre outros. Eleitas as despesas por sua natureza é necessário quantificar seus valores totais para informar no planejamento financeiro dos projetos. Essa é a parte de planejamento do custeio do projeto.

A outra parte é aquisição e contratação dos itens orçados nas diferentes rubricas. No caso de materiais de consumo, como exemplo, a aquisição necessita no seu planejamento no ano anterior ao do exercício atual com sua previsão no Plano Geral de Contratações (PGC) feito no início de 2021 e revisado ao final do ano contendo os itens e quantitativos previstos e sua destinação, assim como valores aproximados de mercado. Partindo desse PGC no início de 2022 a Pró-Reitoria

Administrativa (PRA) lança o calendário anual de elaboração de pregões e de compras dos itens previstos de acordo com sua natureza (laboratório, rações, medicamentos, vidraria, expediente etc.). Baseado nesse calendário e observando seus prazos são elaborados os seus pregões de aquisição que dentre outros documentos necessitam do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que prevê quantitativos, descrição preliminar e detalhada dos itens, quantitativos, preço médio unitário e fontes dos orçamentos com seus requisitos (Atas de Preços, CNPJ, Empresa, descrição, valor unitário, valor total, dentre outros dados), destinação descritiva, cuidados ambientais com descarte, entre outros itens. Realizado esse ETP, paralelamente, é inserido no COBALTO o pedido desse pregão e adicionado ao ETP. Depois de inserido no COBALTO o documento é impresso em formato pdf e aberto processo de compra para elaboração de pregão no SEI onde esse material é inserido e tramita para PRA que elabora o Pregão, sendo que, respeitados os prazos de adesão dos fornecedores será apreciado pelo Pró-Reitor podendo ser homologado ou não.

As vezes alguns itens restam vazios (sem oferta de fornecedores) ou com preços acima do previsto e nesse segundo caso, o pregão não é homologado devendo ser reiniciado todo o processo ou feito para aqueles itens dados como vazios, desde o encaminhamento da Unidade até a homologação do pregão podem transcorrer seis meses ou mais. Homologados os pregões eles têm vigência de 6 a 12 meses para que sejam comprados seus itens. Então na posse dos recursos destinados a UFPEL para os projetos a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) descentraliza os recursos a Unidade de Gestão de Recursos (UGR) da Unidade para que possa realizar o pedido. Sem os recursos o sistema COBALTO não permite a elaboração dos pedidos, mas estando disponíveis o pedido é inserido no COBALTO e depois de pronto é digitalizado em formato PDF, sendo aberto processo no SEI para sua inserção e tramitado a PRA que procederá a aquisição. Depois de adquiridos a empresa poderá fazer a entregas dos itens dentro dos prazos estabelecidos demorando de 30 a 45 dias em média para sua entrega. Caso o preço do item seja defasado, como por exemplo aconteceu com medicações e outros itens de segurança durante a pandemia o fornecedor poderá solicitar reajuste para o equilíbrio financeiro, podendo ou não ser acatado pela PRA. No caso de não se acatado o pedido de ajuste a compra não ocorre e a Unidade fica sem o produto. Nesse caso, se houver urgência poderão ser acionados outros mecanismos de aquisição mais ágeis desde que

devidamente justificada a necessidade e de acordo com o preço de mercado praticado para o item em consideração.

Pelos exemplos dados pode ser visto que o planejamento de um curso para seguir o rito habitual tem que começar no ano anterior a sua execução no que se refere ao seu custeio e execução ou não poderá ser executado, mesmo que, os recursos estejam disponíveis, nesse caso eles são devolvidos a União na conta única do Tesouro Nacional. Caso esses recursos cheguem próximo ao mês de novembro, não havendo esse planejamento prévio, não haverá como executar seu financeiro, o que inviabiliza um projeto. Há que se ressaltar que existem mecanismos de exceção que podem ser acionados desde que com parecer favorável da Procuradoria Jurídica que atende a Universidade.

No provimento dos recursos pela União deverão ser enviadas as propostas de projetos dentro de Editais Específicos que aprovarão a viabilidades da oferta em Programas do Ministério da Educação, sendo que os projetos que foram aprovados são transpostos para formulários próprios dos sistemas da União pela Administração Central da Universidade, após toda sua aprovação na UFPEL em seus Órgãos Colegiados observando os ritos próprios. Caso aprovados, os recursos à Universidade deverão apresentar uma série de negativas que comprovam que está em situação regular diante da União para que os recursos sejam descentralizados à UFPEL para sua execução conforme previsto nos projetos.

A essa altura peço desculpas aos leitores pela narrativa extensão e burocrática, mas ela é necessária para a compreensão do que seguirei apresentando.

DA OFERTA DOS CURSOS EM AEE

Embora minhas fragilidades, comuns a muitos outros profissionais, no que se refere a formação no AEE entendo que a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM DAS NAÇÕES UNIDAS é a mesma para deficientes e não deficientes que habitam nesse planeta chamado TERRA. Os Direitos humanos são universais, o que quer dizer que devem ser aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas; os direitos humanos devem ser inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; embora eles possam ser limitados em situações específicas, sendo que de forma resumida tais direitos são:

1. Todos Nascermos Livres e Iguais.
2. Não Discrimine.
3. O Direito à Vida.
4. Nenhuma Escravatura.
5. Nenhuma Tortura.
6. Você Tem Direitos onde quer que vá.
7. Somos Todos Iguais Perante a Lei.
8. Os Direitos Humanos são Protegidos por Lei.
9. Nenhuma Detenção Injusta.
10. O Direito a Julgamento.
11. Estamos sempre inocentes até prova em Contrário.
12. O Direito à Privacidade.
13. Liberdade para Locomover.
14. O Direito de Procurar um Lugar Seguro para Viver.
15. Direito a uma Nacionalidade.
- . 16. Casamento e Família.
17. O Direito às Suas Próprias Coisas.
18. Liberdade de Pensamento.
19. Liberdade de Expressão.
20. O Direito de se Reunir Publicamente.
21. O Direito à Democracia.

22. Segurança Social.
23. Direitos do Trabalhador.
24. O Direito à Diversão.
25. Comida e Abrigo para Todos.
26. O Direito à Educação.
27. Direitos de Autor.
28. Um Mundo Justo e Livre.
29. Responsabilidade.
30. Ninguém pode tirar os seus Direitos Humanos.

Não obstante os Direitos Humanos das Nações Unidas, a Declaração Mundial sobre Educação para todos, plano de ação para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem aprovada em 1990 pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem realizada Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990 também está dentro dos Direitos Humanos qualificando o Direito à Educação. Essa declaração prevê em seus artigos de forma resumida o dever de:

EDUCAÇÃO PARA TODOS: OBJETIVOS

- 1) Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem
- 2) Expandir o enfoque
- 3) Universalizar o acesso à educação e promover a equidade
- 4) Concentrar a atenção na aprendizagem
- 5) Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica
- 6) Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem
- 7) Fortalecer as alianças

EDUCAÇÃO PARA TODOS: OS REQUISITOS

- 8) Desenvolver uma política contextualizada de apoio
- 9) Mobilizar os recursos
- 10) Fortalecer solidariedade internacional

Essa Declaração teve seu Plano de Ação concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos. Este plano compreende três grandes níveis de ação conjunta:

- (i) ação direta em cada país;
- (ii) cooperação entre grupos de países que compartilhem certas características e interesses; e
- (iii) cooperação multilateral e bilateral na comunidade mundial.

Nesse mesmo contexto devemos considerar alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU dentre eles:

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água limpa e saneamento
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades

11. Cidades e comunidades sustentáveis

17. Parcerias e meios de implementação

Na esfera da América Latina e Caribe as Diretrizes da UNESCO são seguidas da mesma forma respeitando as regionalidades e realizando avaliações através de relatórios. No contexto do Brasil essas Diretrizes relacionadas a Direitos Humanos e Educação estão expressas na Constituição Federal e em toda normativa infraconstitucional. Na Carta Magna a Educação é tratada como direito, sendo que, em primeiro lugar, o direito à Educação é tomado como um direito de todos. As políticas públicas devem prever o acesso, a permanência, evitar a evasão e ser compartilhadas entre os Entes da União, assim como ser avaliada sua qualidade. Daí decorre o Plano Nacional de Educação (implementado, mas com todas as suas metas atrasadas), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ), o ENEM, o Novo Ensino Médio implantado a partir de 2022, entre outros exemplos.

De forma simplificada a Educação no Brasil está organizada pelo Sistema Nacional de Educação que tem como uma de suas fontes de financiamento o FUNDEB recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República em 2021. A Educação Gratuita ofertada pelo Estado brasileiro está sob responsabilidade da União no Ensino de Graduação e Pós-Graduação, assim como o Ensino Tecnológico Profissionalizante, enquanto os Estados da Federação, assumem o Ensino Médio e os Municípios o Ensino Fundamental na Educação Básica além da Educação Infantil.

A iniciativa privada está prevista no Sistema e pode receber, dentro de algumas normas, aporte de recursos públicos, princípio esse que norteou a criação do PROUNI e mesmo do crédito educativo. Nesse Sistema a gestão do sistema está sob responsabilidade do Ministério da Educação no nível Federal, pelas Secretarias Estaduais de Educação (SE, algumas vezes associadas a Cultura SEC), depois pelas Secretarias Municipais de Educação (SME, algumas vezes associadas a cultura SMEC ou desporto SMED) e na ponta do Sistema Universidades, Faculdades, Centros Universitários, Instituto Federais (IFES) no nível superior com oferta de

ensino presencial, remoto e em EAD e Escolas na Educação Básica compreendendo as esferas Estaduais e Municipais.

Por fim, nas Escolas e Universidades as Diretrizes já citadas, respeitadas as normativas nacionais, estaduais e municipais, norteiam a elaboração de seus Regimentos e Estatutos e o Ensino propriamente dito antes de chegar aos alunos está regulamentado em sua missão, visão e demais peculiaridades no PDI, PPI, PPC e Planos de Ensino. Dentre os documentos que devem ser observados na Construção Coletiva Colegiada está o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD), sancionado em 2015, que garantiu uma série de direitos a aproximadamente 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Recordado que, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, esse número representa 23,8% da população do país. Nesse contexto Deficiência, segundo o Estatuto, é *“uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”*.

O Estatuto prevê ações no âmbito do trabalho, da educação, da saúde e das políticas públicas em geral que devem ser e determina o papel do Ministério Público e de Estados e Municípios na sua fiscalização e no cumprimento. No caso específico da Educação Superior o Estatuto prevê o ingresso em cursos de ensino superior, técnico ou tecnológico, através da fixação determinada de uma cota de 10% de vagas para pessoas com deficiência. Por outro lado, cabe ao poder público, segundo o Estatuto, a garantia ao pleno acesso ao currículo escolar em condições de igualdade, em um sistema educacional realmente inclusivo e com total acessibilidade, oferecendo apoio especializado sempre que necessário.

Complementando a parte da legislação infraconstitucional a título de exemplos podemos citar:

- Constituição federal 1988: o artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede

regular de ensino. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

- Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793/1994: recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. (<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>);

- Lei nº 9.394/1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB): define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

- Decreto nº 3.298/1999: dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

- Resolução da Câmara de educação básica do Conselho nacional de educação (CNE/CEB) nº 4/1999: institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Também aborda, no artigo 16, a organização do sistema nacional de certificação profissional baseado em competências. (http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf)

- Resolução CNE/CEB nº 2: institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>)

- Parecer CNE/CP nº 9/2001: institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a

educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>)

- Parecer CNE/CEB nº 17/2001: destaca-se por sua abrangência, indo além da educação básica, e por se basear em vários documentos sobre educação especial. No item 4, afirma que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas. (http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf)

- Lei nº 10.436/2002: dispõe sobre a Língua brasileira de sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)

- Portaria MEC nº 2.678/2002: aprova o projeto da grafia Braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino. (<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>)

- Portaria nº 3.284/2004: dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. (<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>)

- Programa universidade para todos (PROUNI) - 2004: programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)

- Programa de acessibilidade no ensino superior (Programa INCLUIR) - 2005: propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O programa tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nessas unidades, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>)

- Decreto nº 5.626/2005: regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - 2007: recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE). (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>)

- Decreto nº 6.094/2007: implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)

- Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva - 2008: documento de grande importância, fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da”. Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva). (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>)

- Decreto legislativo nº 186/2008: aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)

- Decreto executivo nº 6.949/2009: promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

- Resolução MEC CNE/CEB/2009: institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Afirma que o AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

- Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência (Plano VIVER SEM LIMITE) - 2011: no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. O eixo educacional prevê dentre outros Programas o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); o Programa de acessibilidade no ensino superior (INCLUIR); Educação bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras). (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm)

- Decreto nº 7.611/2011: declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

- Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 06 – 2011: dispõe sobre avaliação de estudante com deficiência intelectual. Estabelece que cabe ao professor do atendimento educacional especializado a identificação das especificidades

educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual, esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular. (<https://inclusaoja.com.br/2011/06/02/avaliacao-de-estudante-com-deficiencia-intelectual-nota-tecnica-062011-mecseespgab/>)

- Decreto nº 7.750/2012: regulamenta o Programa um computador por aluno (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOM). Estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7750.htm)

- Parecer CNE/CEB nº 2/2013: responde à consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “O IFES entende que a ‘terminalidade específica’, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada”. (http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=12517-pceb002-13-pdf&category_slug=fevereiro-2013-pdf&option=com_docman&view=download)

- Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014: define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm;

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=12517-pceb002-13-pdf&category_slug=fevereiro-2013-pdf&option=com_docman&view=download)

- Portaria interministerial nº 5/2014: trata da reorganização da Rede nacional de certificação profissional (Rede CERTIFIC). Recomenda, entre outros itens, respeito às especificidades dos trabalhadores e das ocupações laborais no processo de concepção e de desenvolvimento da certificação profissional. (https://www.ifsc.edu.br/arquivos/proeja/portaria_interministerial_n%C2%BA_5-2014-rede_nacional_certificacao_profissional-certific.pdf)

- Lei nº 13.146/2015: Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI): o capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

- Lei nº 13.409/2016: Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)

Como referências internacionais podem ser citados: 1) Declaração de Salamanca (Espanha)-1994; 2) Convenção da Guatemala – 1999; 3) Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência - 2006; 4) Relatório situação mundial da infância - 2013 e 5) Objetivos de desenvolvimento sustentável - 2015. (<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>)

Como tratado até o presente momento, não resta dúvida a obrigatoriedade da inclusão da diversidade, das deficiências com equidade, qualidade e inserção no mundo do trabalho com vínculo direto à preservação ambiental sustentável.

A questão da Educação Especial tornou-se motivo de preocupação a partir da importância de se incluir todos os alunos no processo educacional. Os alunos portadores de necessidades educativas especiais são aqueles que destacam um domínio de aprendizagens curriculares de forma diferenciada dos demais alunos. Trazendo a necessidades de adaptações curriculares e de recursos pedagógicos específicos. Desta forma, é muito importante que os profissionais da educação estejam qualificados para atuar com estes alunos. É importante que os recursos humanos na área de educação possam atuar nas diferentes possibilidades como a sala de recursos, o atendimento educacional especializado, como professor de apoio e mesmo atuando como professor regente na sala de aula. Ambos devem estar preparados para a atuação na Educação Especial e Inclusiva. (Jucélia Alves Ferreira, Rovânia Gomes. EDUCAÇÃO ESPECIAL: formação de recursos humanos em Educação Especial e Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. Consulta On line: Educação Inclusiva - <https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/201906051506299.pdf>)

As autoras deixam claro um dos principais problemas ao enfrentamento da inclusão com qualidade, que não aqueles de infraestruturas e recursos financeiros, a ausência de qualificação docente para o atendimento educacional especializado (AEE). Não obstante essa fragilidade em todo o mundo, a COVID-19 manteve crianças e adolescentes fora de escolas e universidades. Na América Latina e no Caribe, quase todos os países fecharam as instituições de ensino e/ou declararam quarentena geral para impedir a propagação da pandemia. Essa fragilidade fez com que a UNESCO apoiasse os países que precisam de assistência para enfrentar esse novo cenário e manter a continuidade da aprendizagem. Além disso, a UNESCO está trabalhando para compilar informações para ter uma visão completa dos efeitos da pandemia nos sistemas educacionais da região, assim como monitorar as formas pelas quais as populações estudantis estão sendo afetadas pelo fechamento de escolas, universidades e outras instituições de ensino.

Na tentativa de suprir essa mão-de-obra qualificada em AEE (o professor de AEE, o professor regente, o professor auxiliar, o mediador escolar e o profissional de apoio) as Universidades passaram a oferecer Cursos de Graduação em formação em LIBRAS, assim como disciplinas voltadas a essa demanda, mesmo assim a oferta está muito aquém das necessidades do mercado de trabalho. No cenário nacional cabe ao Ministério da Educação prover soluções que possam amenizar a situação mitigando os riscos de colapso do sistema. Para o Ministério da Educação a construção de políticas de educação inclusivas é o pilar da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) do Ministério da Educação. Em 2020 a capacitação de professores na educação indígena e especial foram a grande prioridade da Secretaria.

Visando atingir essa capacitação em 2020 e 2021 o Ministério da Educação lançou Editais que podiam ser acessados para cadastro, assim como a documentação pertinente podia ser obtida por meio do portal do MEC na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/>, clicando-se na opção “educação profissional e tecnológica” e em seguida em “Cadastro Nacional de Cursos Técnicos - CNCT”.

Em 2020 e 2021 as professoras Rita de Cassia Morem Cossio Rodriguez e Francele Abreu Carlan me procuraram para ver se a Direção apoiaria sua proposta de Cursos de Extensão e Especialização em AEE, atendendo tais Editais de formação de professores publicados pelo Ministério da Educação. Minha primeira pergunta foi: O que é AEE, uma vez que dentro da Universidade temos muitas siglas com diferentes significados (TAE, SISREF, COBALTO, SDISGEN, IB, DM, DFF, MCR etc.). Prontamente fui respondido por ambas as colegas – Atendimento Educacional Especializado.

Prosseguindo, nossa conversa fluiu no sentido de qual intervenção caberia a Direção para viabilizar a proposta e os prazos existentes para participar do Edital de 2020. Nos seus relatos as professoras apresentaram ritos administrativos necessários na UFPEL, desde a aprovação na Universidade e, posterior remessa ao Ministério da Educação, assim como os prazos exíguos, menores que os praticados em geral em função do calendário do Edital do Ministério da Educação. Nesse primeiro ano, em 2020, a Especialização também havia sido proposta. Imediatamente conhecendo os

ritos, graças à atuação na gestão anteriormente descrita, aceitei o desafio, pois percebi a importância dessa oferta e a mobilidade de formação que isso traria a UFPEL e a todos implicados nesse processo formativo de forma ativa ou como seus futuros participantes. Teve início nesse momento nossa corrida pelo cumprimento de prazos e ritos.

Para agilizar os processos, convidei todos os atores da Administração Central que deveriam atuar nos ritos para discutir a proposta e ver se haveria como priorizar os encaminhamentos dando maior celeridade em função dos prazos citados, assim como, incluindo na equipe a TAE que atuaria nos ritos de compras e similares. A reunião rendeu seus frutos e todos se engajaram no processo e para agilizar a tramitação foi usada a figura do “*ad referendum*” que permite ao Diretor aprovar os projetos em função da sua urgência devendo seus atos serem apreciados pelo Conselho Departamental, assim que, possível para referendar ou não os mesmos. Nessa perspectiva os prazos e ritos foram cumpridos sempre com a acompanhamento da Equipe em AEE composta nesse momento pelas colegas docentes Rita Rodriguez, Francele Carlan e Raquel Lüdtkke e pela TAE Michele Pepe Cerqueira. Observando o calendário de apreciação pelo Ministério da Educação os projetos foram pré-aprovados e os ajustes solicitados realizados e, assim que os recursos foram disponibilizados na UFPEL teve início a corrida contra o tempo para contratação de serviços de terceiros de pessoa física e jurídica para as infraestruturas de TI, impressões, pagamentos de tutores e colaboradores, ritos realizados pela TAE Michele sob orientação das docentes da equipe e supervisão direta da Direção.

Finalmente chegaram os recursos que foram aplicados e os Cursos disponibilizados em 2020 foram de extensão AEE contexto de pandemia; Aperfeiçoamentos AEE – DV; AEE – DI; AEE – TEA e o início do Especialização em AEE.

No decorrer de sua execução tive a grata satisfação de abrir esses Cursos e ter um contato com seus participantes, mesmo que remoto. Havia a participação de pessoas de todo o Brasil, com suas diferentes realidades e vivências, o que enriqueceu muito os cursos e trouxe retornos importantes a academia através das interações que ocorreram e os produtos que foram gerados. A avaliação realizada antes da conclusão de cada um dos cursos revelou um grau de satisfação elevado

dos participantes e organizadores apontando as potencialidades e fragilidades das atividades realizadas. Concluídos os Cursos para a emissão de certificados foi realizado o relatório das atividades de extensão e, paralelamente, a prestação de contas ao Ministério da Educação encerrando as atividades no ano de 2020.

Em 2021, contando com a experiência do ano de 2020, participamos e fomos selecionados para a oferta dos Cursos de extensão AEE – em contexto de pandemia; Gestão da Educação Especial e de Educação Inclusiva; Acessibilidade e Tecnologias como acesso à aprendizagem; Cursos de Aperfeiçoamento AEE – DI; AEE – TEA, AEE – Altas Habilidades e encerramento da primeira turma de especialização. Repetimos nossa participação na tramitação e viabilidade de execução em tempo hábil dos projetos de forma a cumprir o calendário proposto. Em ambos os anos, o número de concluintes dos Cursos de Extensão e da Especialização revelaram uma baixa evasão e um grande número de participantes qualificados para atuação em AEE.

A pandemia da COVID19 nos afastou das vivências cotidianas, mas, os Cursos de AEE à distância permitiram a continuidade das atividades e a capilarização do processo de formação em AEE pelo Brasil. Nossa oferta de Cursos de extensão e Especialização à distância durante a pandemia atendeu a chamada feita pela UNESCO recentemente marcando a inserção da UFPEL na sociedade e seu papel de disseminar seus saberes acadêmicos atendendo às demandas que lhes são apresentadas.

Agora, mais do que nunca, as sociedades latino-americanas precisam se unir como sociedade e construir pontes. O que todos nós pensamos e defendemos importa. A discriminação cotidiana contra os migrantes, as reações contra o progresso em prol da igualdade, da identidade e da expressão de gênero, bem como as falsas crenças sobre o limite do potencial das pessoas com deficiência acabam se refletindo nos sistemas educacionais. A mudança é necessária com urgência, mas ela não acontecerá a menos que todos nós nos comprometamos. (Manos Antoninis, diretor do Relatório GEM. Relatório de monitoramento global da educação, 2020, América Latina e Caribe: Inclusão e educação: todos sem exceção, principais mensagens e recomendações. 15p. Consulta *on line* – Prejuízos da Educação causados pela pandemia da COVID19, https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374790_por)

Poderia seguir falando dos Cursos, de seus participantes, das fragilidades, das potencialidades entre outros aspectos mas, como já me estendi demasiado em minhas considerações e devaneios, prefiro realizar um corte transversal nesse discurso encerrando-o com nossa dedicação (IB)/UFPEL) para que esses cursos possam ser ofertados novamente em 2022 e quiçá possamos avançar talvez da especialização *latu senso* para um Mestrado *strictu senso* multicêntrico a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Fisiologia. Em 2022 projetamos mais seis cursos recordando que faz dez anos que foi pactuado o primeiro curso entre UFPEL e Ministério da Educação na área de Educação Especial e Educação Inclusiva.

Por fim, cabe ressaltar que a superação das minhas fragilidades no AEE diante dos meus alunos no Ensino Superior está ocorrendo natural e gradativamente graças a trajetória de minha formação pessoal frente a superação dos obstáculos que foram apresentados e no apoio a projetos e ações de formação para atuação nessa área através da função de docente-administrador público. Minha efetiva contribuição foi e continuará sendo realizada através da aplicação dos meus saberes administrativos, pois alguém tem que mover essa engrenagem para permitir que o processo de ensino e de aprendizagem ocorra e a verdadeira educação inclusiva possa ser viabilizada pelos sonhos e realizações desses recursos humanos em AEE que foram qualificados na sua trajetória de formação nos cursos de extensão ofertados pelo Instituto de Biologia da UFPEL. Da mesma forma como aconteceu comigo na minha trajetória acredito que tenha acontecido ou esteja acontecendo com cada um dos leitores que participaram de diferentes maneiras nos Curso de Extensão em consideração, ou seja, as novas demandas que surgem são superadas pela “bagagem” da trajetória de cada um e, nesse contexto, ela está sendo enriquecida pelos Cursos ofertados pela UFPEL

Poderia dedicar uma longa oratória para falar da qualidade dos cursos, dos materiais produzidos, dos saberes disseminados, do corpo docente e de apoio, dos meios de difusão, entre muitos aspectos a serem considerados. Ao invés dessa fala prefiro fazer a avaliação dos cursos ofertados de uma maneira mais simples, o grau de satisfação de cada um dos seus participantes que os conduzem até esse momento de leitura do presente texto. Tenho certeza de que essa percepção é mais poderosa e realista que quaisquer considerações que possam ser feitas sobre os Cursos

ofertados e todos os agentes implicados nesses processos de ensino e de aprendizagem.

Quando resolvi apoiar a execução desses cursos me vi na “pele” de cada um daqueles que necessitam dessa formação para atender a inclusão e, de imediato, percebi a oportunidade que a UFPEL teria nesse cenário ao ofertar cursos que pudessem preencher essa lacuna. Cabe recordar que somos todos HOMO, *Homo sapiens sapiens* embora todas nossas diferenças e desigualdades somos a mesma espécie o que nos torna iguais, mesmo que, distintos em nossos percursos, desejos, opiniões, morfologia, sonhos, visão de mundo, deficiências, entre outros aspectos. Um importante referencial que não devemos esquecer é que na dúvida o melhor caminho é se colocar no lugar do outro, pois assim encontraremos o melhor caminho a ser percorrido. Viva a Diversidade e a desigualdade com respeito total e irrestrito a igualdade de direitos e deveres de tod@s.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA



Cursos de
Aperfeiçoamento em
**Atendimento
Educativo
Especializado**

Curso de
**Serviço de
Atendimento
Educativo
Especializado
em contexto
de Pandemia**